

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia
Universidade Católica de Campinas

ANO XI — Nº 94

JANEIRO/MARÇO — 1979

BC - PERIÓDICOS - PUCC
Class. 900/3
Revista: 25/07/79
EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA
(1910 — 1977)

Odilon Nogueira de Matos

Há pouco mais de um ano, precisamente a 21 de novembro de 1977, vítima de brutal atropelamento na Rua da Consolação, em São Paulo, falecia uma das mais expressivas figuras da vida universitária brasileira: **Eurípedes Simões de Paula**, diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, professor de História Antiga e Medieval da mesma Faculdade, fundador e diretor da **Revista de História**, presidente da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, membro fundador da Academia Paulista de História e membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual se empossara algumas semanas antes de seu falecimento.

A morte o levou em pleno vigor físico e intelectual, quando dele ainda muito se podia esperar, pois completara sessenta e sete anos poucos dias antes, exatamente na data da proclamação da República. Todos os que o conheceram são testemunhas do desprendimento e da dedicação com que se

atirava a todos os empreendimentos que levou a efeito ou a todas as atividades de que participava. Mais que diretor e professor, era um amigo. Difícil encontrar alguém, nos quarenta anos em que esteve vinculado à Universidade de São Paulo, que lhe não seja devedor de alguma coisa, desde a orientação amiga aos jovens estudantes, o conselho nobre e desprendido aos colegas inseguros, até auxílios materiais aos que se mostrassem necessitados. Seu desaparecimento abriu na Faculdade que dirigia e para a qual viveu quase toda a sua existência, um vazio sem igual, difícil senão impossível de preencher. Tive o privilégio de com ele conviver durante quarenta e um anos, ou seja, desde 1936, quando cheguei a São Paulo a fim de pleitear ingresso na então novel Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, para cursar a mesma seção de Geografia e História, que Eurípedes estava concluindo. E como, depois de formados, tanto ele como eu, continuássemos vinculados à Faculdade, nosso convívio não se interrompeu. Durante cerca de oito anos foi diário, quando exerci o cargo de Secretário na mesma Faculdade de que ele era diretor. Aprendi, pois, a conhecê-lo sob todos os aspectos, e ele cada vez crescendo mais na minha admiração, pois tive o privilégio de senti-lo sob ângulos ou facetas que muitos ignoravam.

Pertenceu Eurípedes Simões de Paula à primeira turma da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, constituída quase exclusivamente de pessoas já de formação cultural bem desenvolvida, pois já formadas por outros institutos superiores — Direito, Medicina, Engenharia etc. — que haviam freqüentado provavelmente por não existir na época instituição que lhes ministrasse o ensinamento das matérias para as quais se achavam realmente vocacionados. Eis por que, ao fundar-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pelo mesmo ato que criou a Universidade de São Paulo, em 1934, e ao oferecer o novo instituto universitário, em variadíssima gama de interesses, cursos que pela primeira vez no Brasil eram ministrados em nível superior, tais como a História, a Geografia, as Ciências Sociais, as Ciências Exatas e as Ciências Biológicas, muitos dos que cursavam as escolas tradicionais, mas que não desejavam ser nem médicos, nem advogados, nem engenheiros, ou qualquer outra das atividades profissionais para as quais essas escolas habilitavam, correram à procura da nova Faculdade, ingressando nos numerosos cursos que ela oferecia às mais variadas vocações culturais. Assim, Eurípedes Simões de Paula, que concluía a Faculdade de Direito, mas sem nunca ter-se tornado advogado, preferiu o curso de Geografia e História (na época unidos), pois nas letras históricas estava a sua verdadeira vocação.

Ainda quando estudante, já demonstrava extraordinária dedicação aos calouros que ingressavam para a Faculdade, orientando-os nos seus primeiros trabalhos de classe, inclusive pondo à disposição de todos a sua biblio-

teca, na época já riquíssima, cujos livros circulavam entre os estudantes como se fora livraria pública. Depois de concluído o curso, passou a lecionar na Faculdade, encarregando-se das aulas de História Antiga e Medieval, especialidade na qual realizou toda a sua carreira universitária: o doutorado, em 1942, com a tese “O comércio varegue e o Grão-Principado de Kiev” e o concurso de cátedra em 1946, com a tese “Marrocos e suas relações com a Ibéria na Antiguidade”. Entre esses dois momentos de sua carreira universitária, o “intermezzo” bélico, pois como integrante da Força Expedicionária Brasileira, seguiu para os campos da luta, na Itália, onde permaneceu até o fim do conflito. Regressando ao Brasil, tornou-se sempre dedicado aos “pracinhas”, seus companheiros de “front”, integrando a diretoria da associação que reunia os antigos combatentes, falando e escrevendo sobre a participação do Brasil na guerra, assunto sobre o qual preparava um livro, que seria, dizia ele, sua última obra... Infelizmente o Brasil ficou sem conhecer um dos mais sinceros depoimentos acerca de um dos momentos mais importantes de nossa história. Sua última visita a Campinas, em junho de 1977, foi precisamente para proferir uma conferência sobre a FEB, na Academia Campinense de Letras...

Acompanhei de perto as duas maiores realizações de Eurípedes Simões de Paula: a “Revista de História”, que fundou em 1950, e da qual já se publicaram cento e doze volumes, e o esforço para congregar os professores universitários de História, do país, em simpósios bienais, o último dos quais (o nono) realizou-se em julho do ano passado na cidade de Florianópolis. Estas duas realizações, ainda que outras não existissem em sua folha de serviços, seriam suficientes para credenciá-lo ao respeito e sobretudo à gratidão de todos quantos no Brasil militam nas áreas da História, ou por elas se interessam. A “Revista de História”, de projeção internacional, contribuiu para inscrever o nome de nosso país na bibliografia histórica universal.

O fato de ter se consagrado durante muitos anos à administração, ora da Faculdade de Filosofia, ora da própria Universidade de São Paulo, não o fez abandonar os estudos, como geralmente acontece. Nunca foi apenas diretor. Continuou sempre dando aulas, orientando mestrandos e doutorandos e pesquisando para os trabalhos que, bianualmente, apresentava aos simpósios promovidos pela entidade que dirigia. A eles nunca compareceu, como se diz, de mãos vazias: dando exemplo aos demais, era quase sempre o primeiro a entregar uma contribuição de grande valor, na área afeta ao tema dos simpósios.

Em nossa Universidade esteve diversas vezes realizando palestras aos nossos estudantes, por ocasião das movimentadas e saudosas Semanas de

Estudos Históricos que, por mais de doze anos consecutivos foram realizadas, ao tempo em que tínhamos o curso completo de História; de três dessas palestras, pelo menos, tenho nítida lembrança: sobre a civilização bizantina, sobre a vida universitária medieval e sobre o renascimento do comércio no fim da Idade Média, assuntos todos eles de sua preferência e sobre os quais muito escreveu ou falou, inclusive em diversas regiões do país. Em Campinas, presidiu o Quinto Simpósio de Professores Universitários de História, em 1969, e todos os que dele participaram puderam testemunhar a dedicação sem par com que se consagrava aos empreendimentos dessa natureza. Mais uma vez compareceu em nossa Universidade para prestigiar o Primeiro Congresso de História de São Paulo, promovido pelo Departamento de História em julho de 1972. E em junho de 1977 em Campinas esteve pela derradeira vez, desta feita a convite da Academia Campinense de Letras para, como foi lembrado, proferir conferência sobre a Força Expedicionária Brasileira, assunto que tomou, também, para o seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, poucas semanas antes de falecer.

O Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas entendeu de prestar ao grande amigo e mestre uma homenagem ao ensejo do transcurso do aniversário de seu falecimento, consagrando-lhe todo este fascículo da **Notícia Bibliográfica e Histórica**, revista de que ele se mostrou sempre muito amigo e cujo interesse foi dos primeiros a reconhecer, timbrando sempre em ver mérito em nosso trabalho a ponto de transcrever numerosas notas desta publicação nas páginas de sua prestigiosa **Revista de História**.

Após esta nota introdutória, o leitor encontrará:

1 – o discurso do Prof. Dr. Eduardo d'Oliveira França na sessão especial com que a Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo reverenciou a memória de Eurípedes Simões de Paula;

2 – “Eurípedes e a ANPUH”, artigo do Prof. Dr. Raul de Andrada e Silva;

3 – “A Universidade Católica de Campinas e os Simpósios de História”, de autoria do responsável por esta publicação, publicado originalmente no **Correio Popular**, de Campinas, e aqui reproduzido, revisto e ampliado, em memória de Eurípedes Simões de Paula;

4 – “Eurípedes Simões de Paula e a criação do Centro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo”, artigo do Prof. Dr. Nachman Falbel;

- 5 — “A Revista de História e a Coleção Revista de História, também de autoria do responsável por esta publicação;
- 6 — A bibliografia de Eurípedes Simões de Paula e, finalmente;
- 7 — Uma seleção de escritos de Eurípedes Simões de Paula.

Com este volume, o Departamento de História da Pontifícia Universidade de Campinas procurou assinalar de maneira duradoura o aniversário do falecimento de Eurípedes Simões de Paula e tributar à sua memória, de maneira igualmente duradoura o reconhecimento por quem tanto fez pelos estudos históricos em nosso país.

*

HOMENAGEM DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO À MEMÓRIA DE EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

No dia 5 de dezembro de 1977 reuniu-se a Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas em sessão especialmente convocada para homenagear a memória de seu pranteado diretor. Presentes à cerimônia, encontravam-se, além da totalidade dos integrantes do órgão máximo da Instituição, pessoas da família de Eurípedes Simões de Paula. O orador designado para falar em nome da Congregação foi — e nem poderia ser outro — Eduardo d'Oliveira França, seu amigo e companheiro de mais de quarenta anos. Após as saudações aos presentes, Oliveira França proferiu a oração que aqui transcrevemos na íntegra:

Vazio está o lugar da cabeceira. Um grande, um imenso e desconsolante vazio em nossa casa grande. Não temos mais conosco o quase-patriarca que, por tantos anos, amorosamente presidiu os destinos universitários de nós todos, num dia-a-dia feito de compreensão e boa vontade. Eurípedes Simões de Paula foi-se embora para não voltar mais. O Eurípedes. Um écran pesado, escuro, fumacento, no trauma de uma perda sem preço, encobre-nos a visão toldada. Ainda não sabemos da saudade porque por momentos queremos esquecer o que aconteceu, esperando vê-lo surgir nos corredores com aquela boêmia “nonchalance” com que cruzava conosco. Parece que ele ainda está aqui.

Aquela cabeça vazia da cabeceira. Outros a ocuparam, outros a ocuparão — por certo com nobreza, mas será ele por muitos anos a referência, a marca de um tempo da história da Faculdade. Tanto a viveu, que nele ela se identificou. Menos pelo tempo em que a dirigiu, do que pela integração total com que o fez.

Essa tristeza opaca que a todos nos envolve, como uma névoa envenenada, não se esbate na lembrança que restitui a presença, sabendo como sabemos que toda a comunidade, como cada um de nós, não o poderemos esquecer. Polarizou nossas vontades, cimentou nosso convívio, inclusive quando a ventania poeirenta da reforma despedaçou nossa antiga e benéfica unidade, a velha escola, e ele soldou alguns fragmentos para que alguma coisa se salvasse na partilha do botim da cidade que se rendia. E a Faculdade de Filosofia, emagrecida embora, continuou mais sua do que nunca.

Agora aqui estamos, ante o gonfalon rasgado do capitão abatido em plena lide. Antes da hora que viria um dia. E sou eu, que recebo amargamente o decanato que era seu, quem, após mais de quarenta anos de convivência universitária, tem, por dever, officiar a cerimônia tristíssima deste momento: o trágico privilégio do cavaleiro mais velho. Sinceramente não sei, não sei senhores, se ele me escolheria a mim para esta missão, para este adeus. Todos sabem o quanto fraternalmente brigávamos. Brigávamos muito, de longe e de perto. Como dois irmãos na corte da mesma namorada: a Faculdade, cujo bem ambos queríamos. Ante os problemas cotidianos, não raro impacientava-se ante minhas interferências, mas em face dos mais grandes estávamos juntos, de braços dados como dois mosqueiteiros. Bons companheiros de jornada. Paradoxalmente, o ciúme nos unia.

Assim, mesmo temendo sua desaprovação, teimo em ser eu a dizer-lhe o adeus de todos para que até o fim seja como sempre: os amigos diferentes que quando concordam têm a impressão de que alguma coisa está fora do lugar. Sob uma condição: não alongar a fala, para não alongar a sessão, tendo a certeza de que neste instante ele sorri complacente. Porque tem dúvida se é por deferência, ou por provocação o que eu digo.

O tema do coração: Lembrar o Eurípides não é lembrar uma obra, e ela foi grande e significativa, mas é antes lembrar um estilo. Um estilo de ser e realizar a vida. A vida com um profundo sentido de comunicação, de vida vivida em comum, de vida partilhada, de vida gasta para atapetar a vida dos outros. Um estilo e uma atitude.

Sua trajetória, todos o sabemos, foi marcada pelo sentido do humano, vendo o homem amigo do homem. Com aquela autenticidade de quem obedece à própria natureza. Era a boa vontade vigilante, espontânea, de quem não sabe fazer de outro jeito. Como ninguém, sabia respeitar o outro, porque, sem derrames de sociabilidade convencional, totalmente descuidado de grifar seus gestos, com o despacho de soldado na caserna, ele via a relação entre os homens, no plano afetivo. Julgava-os, talvez equivocadamente às vezes, porque os via pelo vidro da magnanimidade. Neste sentido, um rousseauniano: os homens são bons, precisam de oportunidade para prová-lo. E procurava propiciar-lhes essa oportunidade. Para depois, raras vezes, zangar-se a extremo ante a decepção, ou continuar esperando a revelação que não chegava, proibindo-se a si mesmo qualquer tomada de contas. Porque teimava em resguardar, como tesouro, o seu otimismo em relação aos homens.

Sua vida realizou-a como a objetivação do serviço ao outro. Sua intenção constante era servir, não tanto à instituição de seu amor, entidade abstrata, insensível, mas aos indivíduos que a compunham. Os homens eram o objeto de seus cuidados: os homens que trabalham, os homens que sentem, os homens que têm aspirações na vida. A ninguém pedia mais do que cada um podia dar. Era profundo o seu respeito pelo outro: chegava a ser excessivo. Porque não pretendia balizar as vidas que o cercavam. Daí a sua receptividade em face das iniciativas: se não exigia, não queria desestimular as vontades, porque para ele, em todas as vontades havia algo de bom que não se devia estorvar. Neste sentido, o coronel dadivoso que nele existia, era de um democraticismo sem cessar, sem parêntesis. Era preciso dar linha para pescar, de cada um, bons resultados: e o melhor resultado, na coordenada humanista que era a sua, era a auto-realização de um por um.

Aqui estava o núcleo de sua visão das coisas, de seu real senso de serviço ao outro. Pode-se pensar que não sabia dizer “não”; na verdade, não queria dizer “não”. E não queria porque seria pedra no caminho de alguma realização pessoal alheia, recusando-se a julgar ou a prejudicar o que era ainda promessa, e as aquiescências eram para todos, com mínima interposição de requisitos prévios. E o crédito que assim abria para quem dele se acercava não tinha prazo. Ele esperava sempre, indefinidamente, porque esse crédito não era dado pelo raciocínio frio, pelo balanço das probabilidades, mas pelo coração que via o outro à sua imagem e semelhança, e acreditava, acreditava — não calculava — que sempre podia esperar, não raro, racionalizando afetivamente patentes decepções. Racionalizava, na sua oceânica boa vontade, para poder continuar esperando. E para ter razão em confiar nos homens.

Um coração ao mar, “no mar imenso da vida”, realizando o seu projeto de equacionar viver com fazer, e fazer com servir. Todos conhecemos sua volúpia em “quebrar galhos”, os galhos dos outros; e quem, nesta Faculdade, ao fim de algum tempo, não lhe ficou devendo algum benefício? Benefícios que distribuía com indistinta liberalidade. Gostava de sentir o humano, mais no concreto da pessoa que os recebia, do que nos benefícios impersonalizados, de caráter geral. Sua inquietação estava em dar com endereço certo, e sofria quando não podia, por razões mais fortes que sua vontade, atender ao que se lhe pedia. O que não quer dizer que não usasse, de quando em quando, um “não” de inércia, um “não” inexpressivo, um “não” punitivo, um “não” de castigo, e até um “não” de represália. Praticava a dosagem das expectativas: a inteligência da valorização do “sim”, por contraste, como estimulante.

Animar vocações, acelerar carreiras: o seu gosto era oferecer oportunidades de afirmações individuais. Gostava, com um empenho a toda prova, das publicações. Um dos seus cuidados foi equipar a Faculdade de condições para promovê-las. Mas, ao contrário da maioria em situações semelhantes, não cogitava de se auto-publicar; queria antes publicar as produções dos outros, para asfaltar-lhes o caminho das promoções acadêmicas e para crédito de produtividade da Escola como um todo.

Por certo gostava humanamente do poder, mas esse poder para ele era a condição para servir melhor, sentindo que na ascensão dos demais que assim podia propiciar, a si mesmo se realizava como vida útil, ainda, forma de testar sua crença nos homens, vendo-os fazer frutificar as oportunidades que lhes oferecia.

Esse programa fazia-os amigos de todos; desconcertava-se quando uma crítica ou uma oposição mais pronunciada se erguia. Os amigos apóiam os amigos: resistência só podia significar incompreensão. Quanto era difícil convalidar a todo instante e sua tese de que todos os homens são potencialmente bons e positivos, e merecem, sem discriminação, iguais responsabilidades, ou que deles todos se pode esperar algo, indefinidamente!

No fundo, Eurípedes era demasiado professor; desses impenitentes professores que esperam de todos os alunos indistintamente, e que dispensam particular solicitude justamente àqueles que mais precisam de professor. Sua alma de professor viu nos homens, para sorte nossa, alunos que confiam no mestre, e o mestre tem o compromisso de bem merecer essa confiança.

A docência como serviço: Não sei como Eurípedes descobriu sua vocação docente. Aluno-assistente de Braudel, assistente de J. Gagé, compre-

endeu a assistência no estrito sentido da palavra: havia de assistir de fato, a cada passo, ao professor e aos alunos. Tem-se perdido, na maré das vaidades precoces, aquela linha, nobre e fecunda, da assistência, vista como serviço e como colaboração, visando ao ganho de experiência, no desempenho de uma tarefa de co-participação realmente significativa graças a uma vontade sem reservas de dar, cada um, o seu préstimo. Simões de Paula, com o seu trabalho, nos dotou, pelos anos depois, de uma excelente coleção de mapas, praticamente os únicos que até hoje temos, e das admiráveis apostilas de Jean Gagé, que de tão boas não se desatualizaram tantos anos depois.

Assistente, assistente-modelo. Lembro-me bem de um dos conselhos de Braudel, recomendando-me que, na dúvida sobre o comportamento certo, olhasse para o que fazia o “Eurípedes”. Era uma referência, era uma carta de crédito.

De volta da Itália, fez o seu concurso de cátedra, ainda não esfriado da influência de Pirenne que lhe instilara Fernand Braudel. Ei-lo agora com sua banqueta famosa que amparava suas trabalhadas fichas de aula, com seus mapas e sua alegre disposição de ensinar, transitando para as aulas, com aquele senso de responsabilidade docente, um pouco ingênuo talvez, mas de uma sinceridade a toda luz, que nunca o abandonou.

Como professor se via a serviço dos alunos, cujos problemas sentia como se fossem seus problemas. O coração levava-o a se pôr sempre no lugar deles, ansiosos de promoção. O Eurípedes nunca soube dar notas — ou será que soube muito bem? — pois sua humana complacência preferia acudi-los a julgá-los. Fariam no futuro, quando mais responsáveis e conseqüentes, aquilo que não estavam fazendo agora. Confiava neles, em suas virtualidades, à espera de florescimento. Por isso era um refúgio. O protetor que todos buscavam, ainda e sempre um coração em atividade, amenizando as vidas em começo, amaciando as tensões com uma benevolência que, para chegar, não esperou a idade do avô.

Sempre gostou de suas classes, até nos tempos mais recentes, quando elas tudo fazem para serem desamadas. Não sei se veio a sofrer com as intolerâncias e displicências dos últimos anos, pois nunca o vimos, em conversas ou em conselhos, queixar-se com amargor das atitudes dos alunos, dos seus alunos em classe. De nenhum pretexto — tendo-os tantos — aproveitou-se para distanciar-se das aulas. Não descontou os encargos administrativos à custa da docência. Em nenhum momento, por este ou por aquele motivo, afastou-se de

seus alunos, porque queria ser, mais que tudo, professor. Professor de História, quando se sentia a serviço da História e dos jovens postulantes que ele sabia precisarem dele. Professor e diretor, o cruzamento das atribuições lhe permitia servi-los melhor, ora ensinando e aconselhando, ora resolvendo problemas de situações escolares, quando não pessoais.

Sua visão da docência espontaneamente ultrapassava os horizontes das salas de aula. Como catedrático, e depois, várias vezes, chefe de Departamento, seus veteranos, a constelação de assistentes e auxiliares de ensino, eram objeto de solicitude. Com insistência instigava-os a avançar na carreira, ao mesmo tempo em que multiplicava as ofertas de oportunidades de enriquecimento de currículos. Reclamava a presença de comunicações nos certames e congressos, e propiciava-lhes a publicação de resultados. Cada um por sua conta, com plena liberdade de fazer e criar, porque, por experiência própria eu sei, o Prof. Simões deixava o campo livre, e orientar, para ele, estava muito longe de qualquer tutela de pensamento. Mais orientava a vida, os procedimentos, do que cada pesquisa. Ainda e sempre, o tema da confiança nos indivíduos.

Essas posições do espírito tiravam ao seu ensino qualquer eiva de dogmatismo. Não impunha as suas verdades sem remédio, em História, sem atormentações teóricas. A História era algo que era bom, que era gostoso saber porque proporcionava o espetáculo do humano ao longo do tempo. Sem macerações críticas, ele contava o que sabia, aprendido na sua bela e caprichada biblioteca. Bom saber, bom fazer. Bom, como uma convivência encantada: e essa convivência era o seu convite. Maneira de fazer-bem aos que o cercavam para aprender, e para aprender e fazer bem.

A História como crença. Diante da História, ainda era um impulso afetivo que, sem desbordamentos, o impulsionava. Sem maiores inquietações, sem idéias teorizantes e sinuosidades de equações metodológicas, sabendo-se bem armado com sua iniciação na orientação dos **Annales**, herdeiro de excelentes mestres e contagiado de boa convivência intelectual, a História era, para Simões de Paula, uma espécie de amor, ao qual se abandonava sem aquelas desconfianças que germinam dúvidas.

Sendo um amor, era também, em consequência, um compromisso. Devia servi-la, servindo principalmente à corte dos que a ela se dedicavam, alargando sua clientela, sua corte. Não se tratava de declamar sua excelência, mas de promover essa excelência no Brasil. Aqui temos de encontrar o sentido de sua atividade na **Revista de História**, no **Centro de Documentação**, na **Associação dos**

Professores Universitários de História e nas várias comissões de que fazia parte. Onde o serviço a essa patroa — a História — rendia também um serviço à Escola de sua eleição.

A **Revista de História** é pouco mais criança que seu tempo de vida intelectual. Era o grande patrimônio de sua vida, muito sua, ciosamente sua. Ela o tiranizava como um vício bom. Quantas vezes, na efervescência de problemas da Faculdade, íamos encontrar, na Diretoria, o Eurípedes debruçado sobre provas tipográficas da revista, como se no mar só houvesse o ameno balanço dos marulhos. A **Revista**, esse milagre que só podemos entender como prêmio a uma dedicação sem-par. Essa orgulhosa alegria do centésimo número com colaborações escolhidas. Ele, só ele poderia conseguir, sozinho quase, ao longo de tantos anos, com quantos sacrifícios, realizar essa duração: 1 950 — 1 977.

A serviço da História, a **Revista** era uma armadilha para conquistar adeptos, num silencioso proselitismo. Catequese discreta. Fogueira acesa para aquecer vocações. Muitos traziam lenha, mas era ele quem mantinha vivo o fogo. Grande História? Nem sempre: tinha a astúcia de se contentar com a História possível. Nem tudo eram jóias na casa de gente pobre. Muito poucos, ao longo da historiografia no Brasil, terão feito tanto por ela.

A **Revista** era um instrumento de poder — esse poder que se traduzia num programa de produtividade para tantos, para todos os aspirantes a uma carreira nas ciências humanas. Porque a **Revista** era um campo aberto para a comunicação dos que a buscavam. Era algo mais que o Eurípedes podia dar, com tanto maior largueza, porque a pretexto de interdisciplinaridade, fazia com que a revista não fosse privativa dos historiadores, podendo assim acolher maior número e acudir valores que despontavam em muitos campos. Sem compromissos com determinadas orientações filosóficas ou historiográficas, sem exclusivismos, sem dogmas, sem máscaras, ela representava, ao gosto do espírito de seu diretor, uma realização extrema do princípio da oportunidade para todos. Dos grandes, muito grandes, aos pequenos que ainda engatinhavam.

No gosto de proporcionar louros para a História, essa greco-romana do seu encantamento, fazia dela uma espécie de arsenal onde se fundiam armas para escudeiros e cavaleiros que se apresentavam para as lições da carreira do magistério e da cultura. E a tudo se juntava o prazer bem seu de poder distribuí-la liberalmente esquecido dos sucessivos **deficits**, que a sua custa havia de cobrir. Consequia assim gerar de seu orgulho de criador, um orgulho de todos nós, mesmo daqueles que, como eu próprio, tão nada colaboramos para

sua grandeza. No fundo, respeitávamos ou temíamos o seu ciúme de fazê-la sozinho, cercado apenas de uns poucos colaboradores diretos, de sua escolha.

A par da **Revista** anos depois, com a ajuda que obtive da FAPESP, criou o **Centro de Documentação**. Outra coisa muito sua para serviço da História, e de quantos a ela queriam-se achar. Sabia e sentia a necessidade de preservar e organizar esta seiva da História que é a documentação. Já nos congressos anuais da ANPUH nos impunha ouvir, e ler depois nos Anais, longos e cansativos levantamentos de arquivos locais que desinspirados curumins da História realizavam, não sem mérito aliás. Eurípedes, que, por certo, estava longe de encantar-se com vilegiaturas em arquivos, e que pessoalmente, creio, não sentia a volúpia do manuseio de documentos encardidos, entendia sua essencialidade para o ofício do historiador. Essa matéria-prima que desencadeia as visões do passado, de cuja iluminação brotam as compreensões do romance do humano no tempo. Sem gostar de documentos, para servir, para prover a dispensa dos historiadores e dos aprendizes de historiador, ele promoveu o **Centro**, e sempre quis dirigi-lo pessoalmente pelo desejo que tinha de poder oferecer, ele próprio, novas condições de trabalho. Com espírito semelhante, associou-se à iniciativa da criação do **Museu de Arqueologia**; e mais além, a colaboração que emprestou à organização do **Instituto de Pré-História**.

Essa crença na História, esse proselitismo intensamente militante, o levava a tornar-se amorosamente possessivo. Possessivo em relação às agências para servir à História, àqueles que queriam viver e pensar à sombra dela. Paradoxal que a possessividade fosse o antídoto do exclusivismo, do egoísmo. Defendia suas posições de servir aos outros. E a gente acabava por se acostumar à idéia de que sem ele, nada disso iria avante, porque nele residia a flama e a pertinácia nos propósitos. A confiança que distribuía, muitas vezes de graça, gerava a confiança em sua dedicação, e a gente descansava no seu comando.

Foi assim que por tantos anos tornou-se o presidente, quase vitalício, mercê de reeleições, da Associação Nacional dos Professores Universitários de História e da Sociedade de Estudos Históricos, ordenando e mobilizando a grande e displicente família dos historiadores. Acreditava ele que não bastava pesquisar e escrever história. Era preciso conversar. Conversar e conviver. A História como resultante do esforço conjugado. Não teorizava: entregava-se às canseiras da organização dos simpósios, dos ciclos de estudos, em andanças por todo o lado. Deu vida à ANPUH, e recusou-se a deixar morrer a Sociedade de Estudos Históricos, herança dos tempos do Professor Jean Gagé, mesmo sabendo-a agora uma duplicação pouco viável.

A publicação dos Anais da ANPUH foi sempre um capricho, porque era um prêmio que ele podia dar aos participantes, mesmo convencido de que certos trabalhos, numa filtragem de mediano rigor, mereciam a caridade do esquecimento. Era fiel a si mesmo: a participação tinha que ser para todos, e os fracos, com essas vitaminas estimulantes, acabariam fortes, e a História sairia ganhando. Hoje, meio desnorteados, todos perguntamos: sem o Professor Eurípedes, sem o presidente Eurípedes, que será da ANPUH ?

Esta mesma linha de atividades, a serviço da História e dos historiadores, o levou aos Conselhos de defesa do patrimônio histórico, gastando seu tempo ainda e sempre na mesma militância. E esse tempo, incrivelmente fecundo, ainda lhe sobrava para fugir para o Exterior, sempre a convite, para ver os movimentos da história de outros povos, de outras civilizações, do Ocidente ou do Oriente.

Política sem políticas e comando sem comandos. Prometi ser breve, e vou esquecendo, mas uma vida tão densa de serviços, mesmo higienizada esta fala da tentação das reminiscências, é inimiga da síntese. Há porém outro aspecto, entre muitos que ficarão omissos, que não pode ser deixado de lado, principalmente porque diz respeito ao que pôde sentir o maior número dos aqui presentes: O Professor Simões de Paula, administrador da Faculdade, o “capitão” da hoste.

Por muitos anos, por nossa vontade foi nosso diretor, presidiu aos destinos da Faculdade. E entre os títulos que possuiu para bem merecer essa confiança reiterada estava o seu vigilante amor a esta nossa aldeia, a esta nossa tribo, da qual foi guerreiro e era pajé. Longos anos. Muita gente ouviu dizer: “quando entrei aluno, era Eurípedes o diretor; agora docente, o diretor é o Eurípedes”. Assim foi: a Faculdade, com todo o seu compromisso democrático, mercê de eleição e reeleições, engendrou o seu “coronel”, a autoridade de fato, mais que consentida, procurada. Isto se chama confiança.

Não sei se muitos se detiveram a pensar o quanto o nosso perdido Eurípedes era político. Político à mineira, com a matreirice de quem não quer, conquistando as vontades, vergando docemente as resistências. Ele queria o posto para a santa vaidade de melhor servir.

Hoje em dia, a mentalidade política insiste numa simplificação classificatória: direita e esquerda. Quem não está de um lado, para a opinião corrente, está do outro. Ora, ninguém se lembrava de inscrever o Eurípedes em uma ou outra banda. Direita ? Esquerda ? o Eurípedes parecia pairar acima

dessa classificação simplista. Como se dissesse: “a etiqueta importa pouco, digam-me o que há de bom a ser feito, de um lado ou de outro, e podem contar comigo”. Sem intransigências, sempre em benefício da Faculdade, ou melhor, de seus componentes, sem maiores diferenciações. Uma espécie de getulismo sublimado. Isto porque políticas não digeriam o seu tempo, sua política era o governo da unidade sob seu comando e defesa.

Ele sabia, como ninguém, desarmar as eventuais prevenções, com sua naturalidade, usando o poder como instrumento de bem servir. A tônica da boa vontade, da compreensividade sem propaganda. Tudo fluente. Aquela ausência quase cabocla de formalidade que se traduzia numa quase intimidade partilhada. A sala aberta. O atendimento meio distraído nos corredores, nas escadas; de passagem, um “não tem problema”. Igual, igual para todos, graúdos e miúdos. Uma faixa larga de desierarquização nos procedimentos. E a constante inspiração da benevolência, da aquiescência, sempre engatilhado o “sim”, ou com muito pessimismo, o “talvez”.

Político? Sim. O político nato, natural, nunca ensaiado, porque tinha o sentido da comunicação humana, sensível às dificuldades dos outros. Sendo assim, quando precisava negar, quase ninguém acreditava que poderia ter concordado e que não o tivesse querido fazer. Por amor aos seus subordinados, o que dizia, de certo ou de menos certo, resultava ser geralmente aceito, sem resistências.

Apesar de sua experiência militar, quando, sabemos, foi muito estimado por seus soldados, sabia comandar sem constranger. Comando sem mando. Coronel sem mandonismo. Sim, administrar, dirigir é difícil: aquele fio de navalha entre o autoritarismo e a diluição da autoridade no abandono à rotina, no deserto da iniciativa, na autofagia da burocracia digestiva. Essa arte de conseguir sem pressionar, de fletir sem quebrar, a sabedoria de quem conhece a maestria da regência.

Eurípedes conseguiu ano após ano, raramente zangado para valer, às vezes, magoado bastante para uma queixa agressiva, quase destemperada, conseguiu ser mais que respeitado, benquisto. A impor, preferiu envolver, aprisionar, ou simplesmente contemporizar para amenizar os ímpetos iniciais.

E nessa constante de sensibilidade para com as aspirações dos outros, preferindo a reticência evasiva à negativa sem alternativa, soube a arte de deixar fazer, de animar as iniciativas de cada um, não raro aderindo a elas. E

assim, o humano se expandia como gás aquecido, sob a benevolência compreensiva de sua sabedoria política. Aos que queriam fazer, acreditando no mérito da ação bem intencionada, abria caminho, caminho para que cada um a si mesmo se encontrasse.

A Faculdade foi o tema de sua vida: com ela se identificou. Por ela viveu numa comunhão de aspirações. Serviu com fidelidade à Universidade, na qual exerceu altos encargos com seriedade e dedicação, essa Universidade que valia muito porque era a moldura que cercava a Faculdade, esta, a sua ternura confessa.

Agora que ele se despediu, certo, a Faculdade, no imenso vazio que deixou, continuará a ser sem ele. Mas todos sabemos que, com ele, um ciclo de sua história se fecha. E que a melhor forma que nos resta de bem guardar a lembrança do tanto que a amou é lutar ainda para não desmerecer a herança, e preservar sua unidade e nobreza. De onde está, por vontade de Deus, onde nos ouve na meia voz da saudade, certo, ele espera que a Faculdade que continua, tudo fará para que o dom que a ela fez de uma existência inteira de dedicação, não tenha sido vão, para uma obra frustrada. Temos, senhores, que resguardar o legado que nos deixou, de sua inteligência e de seu coração.

E por último, neste preito de fidelidade a ele e a tudo quanto mais amou, queremos em nome desta Congregação, expressar aos seus entes mais queridos, — dele, que tanto soube esbanjar sua afetividade —, o quanto a tristeza comum nos une. A seu bom pai que no-lo deu, à esposa, a nossa Maria Regina, que com ele viveu a vida do lar e a vida de nossa Faculdade, e a seus filhos e parentes, dos quais tanto tempo de convivência com ele tomamos para nós, a expressão sentida de nossa solidariedade na dor, e de nossa fidelidade na lembrança, lembrança que o tempo não apagará nesta Escola a que ele dedicou a vida, e que agora lhe dará vida em sua história. Este adeus na vida é um “seja bem-vindo” nesta lembrança, bem-vindo na história a que serviu, e que agora o servirá para sempre.

*

EURÍPEDES E A ANPUH

Raul de Andrada e Silva

A todas as iniciativas que tomava, tinha Eurípedes Simões de Paula o condão de comunicar a carga vital que sempre o animou, em tudo que

assim, o humano se expandia como gás aquecido, sob a benevolência compreensiva de sua sabedoria política. Aos que queriam fazer, acreditando no mérito da ação bem intencionada, abria caminho, caminho para que cada um a si mesmo se encontrasse.

A Faculdade foi o tema de sua vida: com ela se identificou. Por ela viveu numa comunhão de aspirações. Serviu com fidelidade à Universidade, na qual exerceu altos encargos com seriedade e dedicação, essa Universidade que valia muito porque era a moldura que cercava a Faculdade, esta, a sua ternura confessa.

Agora que ele se despediu, certo, a Faculdade, no imenso vazio que deixou, continuará a ser sem ele. Mas todos sabemos que, com ele, um ciclo de sua história se fecha. E que a melhor forma que nos resta de bem guardar a lembrança do tanto que a amou é lutar ainda para não desmerecer a herança, e preservar sua unidade e nobreza. De onde está, por vontade de Deus, onde nos ouve na meia voz da saudade, certo, ele espera que a Faculdade que continua, tudo fará para que o dom que a ela fez de uma existência inteira de dedicação, não tenha sido vão, para uma obra frustrada. Temos, senhores, que resguardar o legado que nos deixou, de sua inteligência e de seu coração.

E por último, neste pretoito de fidelidade a ele e a tudo quanto mais amou, queremos em nome desta Congregação, expressar aos seus entes mais queridos, — dele, que tanto soube esbanjar sua afetividade —, o quanto a tristeza comum nos une. A seu bom pai que no-lo deu, à esposa, a nossa Maria Regina, que com ele viveu a vida do lar e a vida de nossa Faculdade, e a seus filhos e parentes, dos quais tanto tempo de convivência com ele tomamos para nós, a expressão sentida de nossa solidariedade na dor, e de nossa fidelidade na lembrança, lembrança que o tempo não apagará nesta Escola a que ele dedicou a vida, e que agora lhe dará vida em sua história. Este adeus na vida é um “seja bem-vindo” nesta lembrança, bem-vindo na história a que serviu, e que agora o servirá para sempre.

*

EURÍPEDES E A ANPUH

Raul de Andrada e Silva

A todas as iniciativas que tomava, tinha Eurípedes Simões de Paula o condão de comunicar a carga vital que sempre o animou, em tudo que

empreendia. E isto, com aquela natural simplicidade, que era um dos traços mais cativantes da sua personalidade inconfundível.

Foi um homem que nada soube fazer sem entusiasmo. O entusiasmo com que, ainda não concluído o curso jurídico, ingressou na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, núcleo da USP, quando de sua fundação, em 1934, para licenciar-se em história, logo na primeira turma; o entusiasmo com que prosseguiu na carreira universitária e se dedicou ao seu magistério, na qualidade de assistente e colaborador mais abalizado dos nossos mestres Fernand Braudel e Jean Gágé; o entusiasmo com que elaborou suas teses de doutoramento e de Cátedra, e impulsionou os estudos da disciplina de sua especialidade: a História da Civilização Antiga e Medieval; o entusiasmo com que fundou e manteve até o seu número 112 essa nunca assaz louvada **Revista de História** a qual, cessada a publicação dos **Boletins** das Cadeiras de História, na Faculdade de Filosofia, veio a ser, por muitos anos, o único veículo de divulgação continuada e regular da produção histórica de professores e estudantes da USP, abrindo ainda o espaço de suas páginas aos escritos dos pesquisadores e mestres de outros rincões do Brasil e do estrangeiro; o entusiasmo com que participou da fundação da Sociedade de Estudos Históricos a qual, numa alternância de ascensões e descensos, sobreviveu e ainda recentemente se reagrupou, na estimulante convocação de Eurípedes, como seu Presidente; o entusiasmo com que, sempre animado do seu espírito de pioneirismo, prestou mais um inestimável serviço aos estudos históricos, instalando na sua Faculdade, um Centro de Documentação, onde se encontra farta matéria-prima a ser utilizada por quantos se consagram ali à docência e à pesquisa.

Pois foi com essa mesma flama que ele pôs em ação mais um gerador de cultura histórica, mediante a instituição da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), de que foi o principal criador, aliado a outros expoentes do magistério superior, como Sérgio Buarque de Holanda, Alice Piffer Cannabrava e Eduardo d'Oliveira França.

Reverenciando a memória do Prof. Eurípedes Simões de Paula, a quem me liguei por uma inalterável amizade, ao longo de quarenta e seis anos, quero recordar mais essa realização sua, numa breve evocação repassada de saudade, deixando ao mesmo tempo o meu testemunho sobre o engrandecimento da ANPUH, que acompanhei desde os seus primeiros passos.

Disse-me certa vez Eurípedes: "Não me tenho em conta de Historiador. Sou apenas um professor de História". Excesso de modéstia, evidentemente, pois ele era um Historiador, como o demonstram à saciedade suas teses

universitárias e outras obras suas. Era, porém, verdadeiro o conceito, no sentido de que sua vocação maior, sua paixão quase absorvente, foi de fato o magistério, bem como os problemas ligados à docência e à pesquisa: o levantamento das fontes, a publicação de trabalhos de investigação e síntese, a estruturação de equipes de trabalho, o convívio e a troca de idéias entre os que cultivam a História, a arregimentação dos “homens de boa vontade”, a quem abriu as portas da sua já legendária Revista. Foi esse incoercível pendor para congregar os que lavram o campo da História e somar os esforços dos que mourejam nessa labuta, que o levou a planejar o estabelecimento da ANPUH.

O passo inicial foi dado quando Simões de Paula, então Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Marília, promoveu, com o decidido apoio do seu corpo docente e dos colegas da USP, o I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, em 1961. Foi o primeiro toque de reunir, tão sonoro e vibrante, que a ele acudiram figuras das mais representativas do magistério nacional e estrangeiro. Lá estiveram, proferindo substanciosas conferências, nomes como Pedro Calmon, então Reitor da Universidade do Brasil, Michel Mollat, da “Sorbonne”, Arthur César Ferreira Reis; e assumiram a direção das discussões em torno dos diversos temas desse conclave os Profs. Eurípedes Simões de Paula, Eduardo d’Oliveira França, Alice Piffer Cannabrava, Eremildo Luís Vianna, Maria Yedda Linhares, Carl Laga, Olga Pantaleão. O temário constava de questões de currículo e metodologia do ensino universitário. Essa a preocupação dos orientadores do Simpósio: a divisão das áreas de ensino e estudo, os processos de docência, os métodos de trabalho, o relacionamento entre docentes e discípulos. A estrutura do ensino universitário, em suma (1). Mas, no meio dos debates, “uma alegria inolvidável”: a fundação da Associação dos Professores Universitários de História (APUH), processada numa das sessões plenárias. Palavras que bem traduzem o sentimento e o estado de espírito dos fundadores dessa agremiação, Eurípedes à frente: alegria inolvidável !

Estava lançada a semente, para que frutificasse no II Simpósio, levado a efeito em Curitiba, no ano seguinte. Com este Simpósio começavam a tomar feição nova os encontros promovidos pela ANPUH, em cujas sessões passaram a ser apresentadas comunicações sobre temários previamente assentados, o que ensejava a divulgação de pesquisas em andamento, por parte dos investigadores; e, por outro lado, outras tantas sessões foram reservadas a comunicações referentes ao arrolamento de fontes e à discussão de problemas metodológicos.

(1) Cf. ANAIS do I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Marília, 1962.

Abarcavam-se, pois, todas as áreas de investigação histórica que interessam ao magistério, enquanto periodicamente se propiciava aos professores a oportunidade de reforçar velhas amizades, de ganhar novas relações, de enriquecer as experiências próprias, no fecundo comércio das idéias, de aguçar o espírito crítico, ao calor de sadias divergências. Conviver e discutir, produzir e criticar, superiormente. “A História como resultante do esforço conjugado”, lembrou o Prof. Eduardo d’Oliveira França. (2) Esta, a nosso ver, uma das mais eficazes finalidades da ANPUH.

Ao Simpósio de Curitiba, seguiram-se mais sete, ampliando-se progressivamente o concurso de participantes e a diversidade das comunicações. Quem se der ao trabalho de analisar os Anais dos sucessivos Simpósios, até agora realizados por essa entidade, constatará, malgrado as inevitáveis desigualdades, a riqueza de conteúdo histórico, a variedade das investigações, a massa de material informativo, que encerram esses prestigiosos volumes. A simples menção dos temas versados atesta a justeza desta apreciação: propriedade e regimes de terras; trabalho artesanal, manufatura, indústria; colonização e migração; portos, rotas, comércio; trabalho livre e trabalho escravo; a cidade e a História; a propriedade rural; o homem e a técnica. E justo é proclamar que se deve incontestavelmente a Eurípedes a publicação regular e ininterrupta desses Anais, pois que ele ordenava os textos, promovia a impressão, corrigia provas tipográficas e até respondia por encargos financeiros, sempre que necessários. Tudo isto, depois de haver esbanjado esforços e fadigas, na montagem dos Simpósios, dos ciclos de seus cursos, conferências e comunicações, sempre contando com a indefectível cooperação da Profa. Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula, sua dedicada esposa e seu braço direito, nas lides pela História. Por isso, vencido o período da primeira Diretoria da ANPUH, instalado o seu primeiro Núcleo Regional em São Paulo, do qual Eurípedes foi o arquiteto e primeiro Presidente, tendo eu tido o privilégio e o júbilo de ser o seu secretário, ascendeu ele à presidência da entidade nacional e foi reconduzido a esse cargo em sucessivas reeleições, mantendo-se nele até o dia nefasto do seu inesperado falecimento. Oxalá possam os que lhe recolheram o legado arcar com o pesado ônus e a responsabilidade de assegurar a continuidade da ANPUH.

De tal modo ficou a sua passagem marcada nos cargos que exerceu, nas empreitadas que levou a termo, que não nos podemos habituar à sua falta e temos, a cada momento, a impressão de vê-lo aparecer ao longo de um

(2) França, Eduardo d’Oliveira — *Homenagem da Congregação à Memória do Professor Dr. Eurípedes Simões de Paula*, p. 14, USP, São Paulo, 1977

corredor ou através de uma porta da nossa Faculdade, a qual foi a essencial razão de ser da sua existência. Estava ele em franca atividade, e na plena posse de suas faculdades intelectuais e de sua energia moral, quando a morte inopinada veio roubar ao nosso convívio um dos maiores cultores e animadores dos estudos históricos, no país. O seu desaparecimento nos deixou a nós, seus amigos de sempre, a amarga sensação de uma ausência penosa e, ao mesmo tempo, a consoladora certeza de uma presença imperecível.

*

A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS E OS SIMPÓSIOS DE HISTÓRIA

À memória de Eurípedes Simões de Paula

Odilon Nogueira de Matos

A idéia de reunir os professores universitários de História de todo o país para o debate de uma série de problemas que então se configuravam face a uma anunciada reforma do ensino universitário surgiu em 1961, partindo a iniciativa da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, na época instituto isolado de ensino superior do Estado e atualmente integrada na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Embora distinguido com honroso convite para ser um dos conferencistas da reunião de Marília (distinção que não foi tanto a mim, mas à Universidade Católica de Campinas, que lá representaria), não me foi dado comparecer por motivo de doença em pessoa de minha família. Tomando conhecimento, entretanto, do que se debateu nessa reunião pioneira, através de colegas que dela participaram e lendo posteriormente os seus **Anais**, senti — e comigo todos os professores de História — que a reunião de Marília poderia ser, como efetivamente o foi, o primeiro passo para um empreendimento de âmbito nacional, cada vez mais reconhecido e considerado no panorama cultural do país, mesmo fora do ambiente universitário. De fato, na reunião de Marília foi decidida a fundação da Associação dos Professores Universitários de História (APUH), bem como a realização periódica de simpósios, marcando-se o segundo já para o ano seguinte em Curitiba. A expansão da APUH, com sócios em quase todos os estados, justificou, no simpósio de Goiânia, em 1971, a alteração de seu nome, com a inclusão da palavra **Nacional**, passando a denominar-se, pois, Associação Nacional dos Professores Universitários de História, com a sigla igualmente alterada para ANPUH.

corredor ou através de uma porta da nossa Faculdade, a qual foi a essencial razão de ser da sua existência. Estava ele em franca atividade, e na plena posse de suas faculdades intelectuais e de sua energia moral, quando a morte inopinada veio roubar ao nosso convívio um dos maiores cultores e animadores dos estudos históricos, no país. O seu desaparecimento nos deixou a nós, seus amigos de sempre, a amarga sensação de uma ausência penosa e, ao mesmo tempo, a consoladora certeza de uma presença imperecível.

*

A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS E OS SIMPÓSIOS DE HISTÓRIA

À memória de Eurípedes Simões de Paula

Odilon Nogueira de Matos

A idéia de reunir os professores universitários de História de todo o país para o debate de uma série de problemas que então se configuravam face a uma anunciada reforma do ensino universitário surgiu em 1961, partindo a iniciativa da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, na época instituto isolado de ensino superior do Estado e atualmente integrada na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Embora distinguido com honroso convite para ser um dos conferencistas da reunião de Marília (distinção que não foi tanto a mim, mas à Universidade Católica de Campinas, que lá representaria), não me foi dado comparecer por motivo de doença em pessoa de minha família. Tomando conhecimento, entretanto, do que se debateu nessa reunião pioneira, através de colegas que dela participaram e lendo posteriormente os seus **Anais**, senti — e comigo todos os professores de História — que a reunião de Marília poderia ser, como efetivamente o foi, o primeiro passo para um empreendimento de âmbito nacional, cada vez mais reconhecido e considerado no panorama cultural do país, mesmo fora do ambiente universitário. De fato, na reunião de Marília foi decidida a fundação da Associação dos Professores Universitários de História (APUH), bem como a realização periódica de simpósios, marcando-se o segundo já para o ano seguinte em Curitiba. A expansão da APUH, com sócios em quase todos os estados, justificou, no simpósio de Goiânia, em 1971, a alteração de seu nome, com a inclusão da palavra **Nacional**, passando a denominar-se, pois, Associação Nacional dos Professores Universitários de História, com a sigla igualmente alterada para ANPUH.

Ao segundo simpósio, realizado em Curitiba em fins de outubro de 1962, seguiram-se o terceiro, em Franca, em 1965 e o quarto, em Porto Alegre, em 1967. Na reunião francana votou-se pela periodicidade bienal das reuniões. Na capital gaúcha votou-se por Salvador como sede do quinto simpósio. Já quase nas vésperas de sua realização, em março ou abril de 1969, ficou-se sabendo que, por motivos imprevistos e imperiosos, não teriam os colegas baianos condições para a efetivação do simpósio não apenas programado, mas até anunciado. Foi quando o Professor Eurípedes Simões de Paula, presidente da entidade promotora, expediu circular solicitando sugestões para a possível sede do quinto simpósio.

Entra aqui a bela participação de nossa Universidade Católica. Aproveitei uma reunião do Departamento de História, então dirigido pelo Professor Ersio Lensi, para comunicar o teor da circular do presidente da Associação dos Professores Universitários de História. Foi quando o então estudante Ademir Gebara (atualmente professor da Unicamp) indagou se o simpósio não poderia realizar-se em Campinas. A princípio, fiquei em dúvida. Pela minha experiência de participação nos simpósios anteriores, não via muitas possibilidades de nossa então modesta Faculdade de Filosofia sediar tão importante reunião. Ainda mais que, das vezes anteriores, os simpósios realizaram-se sempre em institutos oficiais, naturalmente mais bem dotados de recursos. Seria a primeira vez (e continua sendo a única) que uma instituição particular se abalancharia a uma responsabilidade de tal natureza. Os estudantes insistiram. Perguntaram se nós, os professores, nos importariamos se eles fossem falar com o Reitor. Era evidente que não nos iríamos importar. Foram e falaram. O resultado foi que, na tarde daquele mesmo dia, levava para o Professor Eurípedes Simões de Paula o ofício de nosso Reitor oferecendo a Universidade Católica de Campinas para sede do V Simpósio Nacional de Professores Universitários de História.

Aceito o oferecimento, o mais foi torná-lo exequível. Expedidas pela secretaria da APUH as primeiras circulares concretizando a idéia, tratamos de cuidar dos preparativos da reunião. Tudo isso aconteceu durante o mês de junho. A dispersão naturalmente provocada pelas férias de julho fez com que, praticamente, tivéssemos apenas um mês para os trabalhos de preparação do simpósio. O importante foi que ele saiu. E saiu melhor do que poderíamos prever. A começar pela afluência: esperávamos umas cem ou cento e cinquenta pessoas e compareceram mais de trezentas ! O que valeu foi que todos gostaram, apesar de alguns inevitáveis contratempos e aborrecimentos por parte de alguns que, chegando atrasados, não mais encontraram o material que fora distribuído. Mas, no fim, todos compreenderam.

A cordialidade campineira esteve presente em todos os momentos, e ainda aqui não poderíamos deixar de reconhecer a colaboração dos estudantes que, como recepcionistas e monitores, deram uma nota de grande simpatia. E veio gente de todo o Brasil, desde o saudoso Professor Figueiredo, do Ceará, até uma numerosa delegação gaúcha, que precisou fretar um ônibus. Muitos vinham a Campinas pela primeira vez e alguns nem faziam idéia da importância de nossa cidade... O que, todavia, mais agradou a todos foi o ambiente cordial, o calor humano de nossa então modesta Universidade. Todos se sentiram “em casa”. E depois que a Reitoria determinou a suspensão das aulas nos últimos dias da chamada “Semana da Pátria”, aí, então, a Universidade ficou sendo nossa. Pelo “pátio dos leões” e pelo jardim interno do velho solar do Barão de Itapura, espalhavam-se os simposiastas, como nos dias normais espalhavam-se os alunos. Era gostoso ver professores de todo o Brasil, muitas vezes, tertuliano ao pé das nossas belas palmeiras imperiais.

O V Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, realizado em Campinas em setembro de 1969, vinculou definitivamente o nome de nossa Universidade Católica e, conseqüentemente, o da própria cidade, à bibliografia histórica brasileira. Com efeito, pouco mais de um ano após a realização do simpósio, eram publicados os dois alentados volumes dos respectivos **Anais**, reunindo todo o material apresentado — cerca de cinquenta trabalhos — à importante reunião, que foi, como todos reconheceram e a evidência o demonstrou, o primeiro dos grandes simpósios promovidos pela ANPUH. De fato, os anteriormente realizados (Marília, Curitiba, Franca e Porto Alegre) não chegaram a reunir uma centena de participantes e, no máximo, de quinze a vinte trabalhos, enquanto o de Campinas registrou os índices já assinalados, a ponto de ter sido o primeiro a exigir mais de um volume para a publicação dos trabalhos apresentados. De então por diante, as realizações da entidade foram num crescendo surpreendente, registrando os últimos mais de setecentas inscrições e exigindo até três volumes para os seus anais. Aquilo que começou como modesta experiência, em 1961, constitui hoje uma das grandes realizações culturais do Brasil, ansiosamente esperada cada dois anos, numa obra cada vez mais valiosa de conagraçamento dos professores universitários de História.

Os dois belos volumes “campineiros” reproduziam, na capa, a caravela que Roberto Villas Boas desenhou para o expressivo cartaz de propaganda do simpósio. Cartaz de que todos gostaram e que muitos quiseram levar de lembrança. Aliás, foi o único “souvenir” que pudemos oferecer... A premência de tempo não nos permitiu entrar em contato com indústrias, bancos, institui-

ções, firmas comerciais para o oferecimento de mimos aos congressistas, como, de comum, acontece em tais ocasiões. As próprias pastas de plástico foram oferecidas pelos estudantes, e como seus recursos eram poucos, tiveram que ser da maior simplicidade possível. Mas os **Anais** aí estão, e graças a eles, os nomes de nossa Universidade e de nossa cidade ficarão definitivamente inscritos na bibliografia histórica brasileira.

Os simpósios da ANPUH comportam sempre um tema principal, escolhido por votação na reunião anterior, e mais dois temas permanentes, um referente à metodologia da História e outro a fontes primárias. Como temas principais, os mais interessantes assuntos já têm sido oferecidos: uso da terra, migração e colonização, trabalho livre e trabalho escravo, a cidade na história, a propriedade... O tema de Campinas foi comércio e circulação, mais precisamente **Rotas, Portos, Comércio**, e sobre ele vinte e dois trabalhos foram apresentados, abordando-o sob os mais diversos aspectos, quer nos quadros da história geral, quer com referência ao Brasil, desde os caminhos líbios da era pré-dinástica, a importância do porto de Alexandria ou as vias fluviais da Rússia medieval, até o porto de Paranaguá, o tráfico entre a Venezuela e a Espanha ou a ligação Araguaia-Tocantins.

O segundo volume foi todo preenchido com arrolamentos de fontes históricas, setor que vinha sendo estimulado pela ANPUH desde o início de suas atividades, e ao qual tem dado valiosa contribuição a **Revista de História**, que freqüentemente intercala em suas páginas trabalhos dessa natureza. Quando tínhamos em nossa Universidade Católica o curso completo de História (agora lamentavelmente diluído na vala comum dos “Estudos Sociais”) procurava estimular meus alunos a essa atividade, quase sempre com relação às cidades donde eles provinham, nas quais, naturalmente, teriam acesso mais fácil para a pesquisa. Alguns, infelizmente poucos, atenderam ao meu apelo: José Ênio Casalecchi, Antônio Euler Lopes de Camargo, Regina Bueno Teixeira, Nilza Arrelaro, Marilze Caldas, Maria Isabel Cruz, Sônia Moreira Sales, Fernando Marciano de Oliveira... Quase todos esses nossos antigos alunos militam atualmente no ensino secundário, enquanto que o primeiro mencionado, José Ênio Casalecchi, já doutor, com excelente tese sobre a presença de capitais ingleses na lavoura paulista, leciona na antiga Faculdade de Filosofia de Araraquara, atualmente, tal como a de Marília, incorporada também à Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho.

Diga-se de passagem que o interesse do Professor Eurípedes Simões de Paula e de sua digna esposa, Professora Maria Regina, vinha de antes

da criação da ANPUH, vinha dos tempos da **Sociedade de Estudos Históricos** (ainda existirá ?), entidade de que tive a honra de ser um dos fundadores, há quase quarenta anos, e que, ao ser reestruturada em 1950, teve como uma de suas metas o incentivo ao arrolamento das fontes primárias de interesse para a história de São Paulo. A criação, nessa mesma época, da **Revista de História**, veio permitir que a Sociedade levasse avante boa parte de seu programa. Com efeito, raro era o número da prestigiosa revista que não dedicasse algumas páginas a esse trabalho aparentemente tão simples, mas de tanta importância para a pesquisa histórica. A própria professora Maria Regina Simões de Paula elaborou um roteiro, que foi amplamente distribuído para servir àqueles que se dispusessem à tarefa.

Como, pelo regulamento da ANPUH, os estudantes não têm direito à apresentação de trabalhos, a não ser quando patrocinados por um professor que por eles responda, fiz alguns desses trabalhos aparecerem como atividades da cadeira de Introdução aos Estudos Históricos, que eu então regia em nossa Universidade Católica. Escrevi, para eles, uma apresentação intitulada **Breve relatório sobre arrolamento de fontes primárias na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Campinas**, relatório esse publicado nos respectivos anais e antes divulgado nesta publicação. Registro, com a maior alegria, que esse modesto relatório despertou enorme interesse em outras Faculdades de Filosofia do país, que pretenderam que seus alunos fizessem coisa semelhante ao que os nossos estavam fazendo. Recebi cartas de Juiz de Fora, de Uruguaiana, do Crato, de Campina Grande, além das que me vieram do próprio Estado de São Paulo. Tudo isso, em última análise, representava projeção para a nossa Universidade Católica, na época ainda não distinguida com o **Pontifícia**.

O **Breve relatório**, publicado logo às primeiras páginas do segundo volume dos **Anais do V Simpósio de Professores Universitários de História**, levantava uma série de problemas ainda hoje de palpitante atualidade, pois muito pouco se fez de então para cá, com relação ao tema abordado. Lembrava o Relatório, entre outras coisas, que “uma cidade como Campinas, com tantas participações na vida de São Paulo e do Brasil, desde a expansão interior promovida pelo Morgado de Mateus, nos fins do século XVIII, até o recente surto industrial, poderia fornecer condições ideais para a pesquisa histórica se, infelizmente, a incúria dos poderes públicos, a falta de interesse de uns, e o interesse excessivo, ciumento e zeloso de outros, não constituíssem óbices quase intransponíveis”. E para citar alguns exemplos, lembrava que um levantamento de fontes em Campinas, além das habituais áreas de pesquisa (cartórios,

prefeitura, câmara, paróquias, jornais, cúria metropolitana) deveria abranger estabelecimentos de ensino, instituições hospitalares, estradas de ferro, fazendas, colônias estrangeiras, indústrias, institutos técnicos e científicos, instituições culturais diversas, clubes recreativos e esportivos, associações de classe... Iria longe a nominata. Do interesse dos arquivos dessas instituições, basta lembrar que a maior parte delas provém do século passado, e muitas foram verdadeiramente pioneiras não apenas em São Paulo, mas no próprio país.

Todavia, enquanto as pesquisas em Campinas não podiam ser levadas a cabo da maneira como se pretendia, o Departamento de História da Universidade Católica continuou estimulando seus estudantes (especialmente os do último ano) ao trabalho de arrolamento das fontes de outras áreas, às quais estivessem vinculados, pois nossa Faculdade (transformada, na nova nomenclatura, em Instituto de Ciências Humanas) recebia, e ainda recebe (embora menos agora) estudantes das mais diversas regiões do Estado. Apenas um trabalho com a Cúria Metropolitana local foi iniciado e suas perspectivas mostravam-se animadoras, como o afirmaram, em seu relatório, Regina Bueno Teixeira e Antônio Euler Lopes de Camargo. A este já devíamos dois trabalhos de arrolamento de fontes referentes a Barra Bonita e a Igarapu do Tietê, ambos impressos e distribuídos durante o Simpósio. Áreas de povoamento não muito antigo, mas que sofreram profundas transformações na sua paisagem e na sua estrutura, com a passagem do ciclo do café para o da cana, certamente guardam seus arquivos aquela “riqueza imprevisível”, a que se referia a Professora Maria Regina Simões de Paula, esclarecedora da transformação agrícola, social e econômica por que passou a região.

O interesse despertado em ambas as cidades pelo trabalho de Antônio Euler serviu de exemplo para outras áreas. O contraste com uma região de povoamento mais antigo — e portanto com um passado histórico mais atraente — pôde ser constatado dos trabalhos de Nilza Arrelaro sobre Socorro e mais especialmente do de Fernando Marciano de Oliveira e Sônia Moreira Sales sobre Bragança Paulista, área de povoamento mais antigo, e mais antigo mesmo que Campinas, e cuja estrutura social e evolução histórica foram objeto de excelente tese de mestrado na Universidade de São Paulo, elaborada pela Professora Beatriz Westin Cerqueira, e já publicada em livro pela Faculdade de Marília, onde a autora exerce o magistério.

É certo que, no caso das regiões mais antigas de São Paulo, a maior parte da documentação relativa ao período colonial e mesmo imperial acha-se recolhida ao Arquivo Público do Estado, à rua Antônia de Queirós, na

capital paulista, e ali a pesquisa é sempre facilitada por oferecer a instituição condições adequadas a tal tarefa. Mas os arquivos locais guardam, ainda, rico acervo documental, como os então jovens estudantes de Campinas fizeram sentir. De permeio com essas áreas mais antigas, a contribuição de uma cidade vinculada ao povoamento mineiro — como é o caso de São Sebastião da Gramma, estudada por Maria Isabel Cruz — revelará aspectos novos e de interesse para toda a região norte e nordeste do Estado. Da importância desse povoamento mineiro deram conta Mário Leite e Antônio de Almeida Prado em dois valiosos livros sobre o passado paulista. Noutro extremo do Estado, uma área ligada primeiramente ao gado e posteriormente ao café, mas vinculada também ao povoamento mineiro — como é o caso de Quatá, na Alta Sorocabana — poderá revelar algum interesse arquivai, como o demonstrou Marilze L. Caldas. E como essas, outras localidades serão um dia cobertas nesse trabalho que beneficiará mais aos outros do que aos próprios pesquisadores atuais.

Todos os trabalhos realizados pelos estudantes de nossa Universidade Católica, bem como todos os realizados em outras partes do Brasil, não importa se por professores ou estudantes, revelaram uma constante: a falta de pessoal habilitado para o tratamento ou pelo menos a conservação dos documentos em arquivo. É necessário que se compreenda que arquivo não deve ser depósito de papéis velhos, como biblioteca não deve ser depósito de livros. No caso das bibliotecas, já se sentiu a seriedade do problema, pois há quarenta anos funcionam em nosso país escolas ou cursos de biblioteconomia. Por que não fazer o mesmo com os arquivos ?

A falta de uma formação específica e adequada tanto para os que trabalham em arquivos, como para os que se iniciam na pesquisa histórica, já tem constituído alvo de manifestações em diversas reuniões de professores de História e historiadores, não lhe tendo sido indiferente o simpósio que se reuniu em Campinas em 1969. É bem verdade que, de então para cá, a situação se alterou, não diria substancialmente, mas pelo menos de molde que podemos esperar melhores perspectivas. O assunto não é tão simples. Em outros tempos, alguns cursos de História nas Faculdades de Filosofia ou institutos similares (inclusive em Campinas) chegaram a instituir cadeiras ou aulas de Paleografia. Mas, sendo a Paleografia, antes de tudo, uma técnica, seu ensino jamais poderá produzir resultados sem a necessária prática, através de laboratórios que dispusessem do instrumental indispensável, além do documentário propriamente dito. E nenhuma Faculdade, mesmo a da Universidade de São Paulo, que sempre contou com maiores recursos, foi capaz de realizar plenamente o programa a que

se propôs, acabando por extinguir a cadeira, tal como aqui em nossa Universidade Católica. Atualmente o ensino de Paleografia, só é feito nas escolas de Biblioteconomia, mas não tenho condições para informar de que maneira é ele realizado e se, efetivamente, alcança seus objetivos.

Temos em Campinas um exemplo digno de consideração. A Prefeitura Municipal providenciou sobre a microfilmagem de milhares de documentos de interesse para a história campineira existentes no Arquivo do Estado. No entanto, durante quase dez anos tal material ficou sem condições de utilização, porque só recentemente, dispôs-se a Prefeitura a adquirir o indispensável aparelho para a leitura dos microfimes. Doravante, outras perspectivas poderão ser abertas para a pesquisa histórica em nossa cidade, pois além desse documentário procedente do arquivo oficial do Estado, outros arquivos particulares, como o de Francisco Glicério, já se encontram incorporados ao acervo municipal.

Nessas condições, o ensino da pesquisa histórica nas universidades ou faculdades de poucos recursos, não poderá ser feito senão na base da investigação bibliográfica, isto é, através de fontes ditas secundárias, sem que nossos alunos tenham possibilidade sequer de ver um documento.

A referência aos trabalhos de arrolamento de fontes apresentados aos diversos simpósios de história leva-me a um destaque especial para a participação da Universidade Federal do Paraná na importante reunião que aqui se realizou em 1969. Do que foi essa presença paranaense no Quinto Simpósio, já dei conta em diversas oportunidades, mas nunca será demais lembrá-la. Além de alguns trabalhos avulsos, relativos ao tema principal do simpósio, compareceu a delegação do Paraná com um belo volume intitulado **Arquivos Paranaenses**, com mais de quatrocentas páginas, reunindo vinte e dois trabalhos de levantamento de fontes, refletindo um plano lucidamente explicitado no prefácio, e que revela, além de uma reconhecida consciência histórica, uma dedicação exemplar ao trabalho planejado. As Faculdades de Filosofia do Paraná, desde a Federal (de Curitiba) até a mais modesta do interior do Estado, conscientizaram-se de sua reponsabilidade em face da pesquisa histórica, e só esta atitude, que creio não ter sido fácil, de despertar essa consciência, seria suficiente para credenciar os nomes dos responsáveis pelo Departamento de História da Universidade Federal do Paraná ao respeito e à gratidão de todos os que militam no campo da História.

Tal acontecia exatamente quando muitas faculdades do próprio Estado de São Paulo e muitos professores da própria cidade de Campinas

se omitiam no atendimento ao apelo para a participação no Quinto Simpósio. A nota paranaense no Simpósio de Campinas foi, pois, de grande realce: distribuíram o alentado volume a que me referi, além de outras publicações que trouxeram, ocuparam uma sala para suas exposições e todo um dia da reunião lhes foi dedicado. Disse, na ocasião, que poderiam até ter hasteado à porta a bandeira paranaense, com a legenda “Aqui se trabalha”, que era, naquela época, o “slogan” do Estado vizinho...

Em nota então publicada nesta mesma revista, escrevi que esperava pudesse a brilhante contribuição do Paraná ao simpósio de Campinas ser apreciada por quantos não puderam comparecer às reuniões e, mais ainda, servir de estímulo a outras instituições, para que promovessem em seus estados ou em suas regiões, tarefa semelhante a que vinha de ser realizada pelos paranaenses. O exemplo, de fato, não foi vão, pois embora com menos intensidade e com menor embasamento metodológico, outras entidades sentiram-se motivadas ao importante trabalho. A este respeito, já lembrei que até o **Breve relatório** sobre o modesto trabalho feito em nossa Universidade serviu de estímulo a diversos professores e a várias faculdades.

Realizado o V Simpósio da maneira como recordei, a vinculação da Universidade Católica de Campinas com a ANPUH não mais se interrompeu, tomando um sentido diferente, com excelentes resultados nos quatro simpósios que se lhe seguiram: o de Goiânia (1 971), o de Belo Horizonte (1 973), o de Aracaju (1 975) e, no ano passado, o de Florianópolis. De fato, após o êxito da reunião de Campinas, entendemos nós, do Departamento de História, que nossa Universidade não mais poderia ficar alheia aos trabalhos da Associação Nacional dos Professores Universitários de História. O ideal seria se todos os professores pudessem participar dos simpósios, não apenas como assistentes, mas apresentando trabalhos. Todavia, isto não tem sido possível, pois as condições de trabalho nas instituições particulares não deixam tempo para as tarefas de pesquisa e investigação. Mal têm tempo de ministrar suas aulas, pois, não trabalhando em regime de tempo integral como ocorre na maior parte das universidades oficiais, devem dividir seu dia com diversas outras atividades, especialmente no magistério secundário. É, de fato, admirável, que professores nessas condições ainda se sintam estimulados ao mestrado e ao doutorado, encontrando algum tempo, sabe Deus à custa de quantos sacrifícios, para o prosseguimento da carreira universitária.

No encerramento do simpósio de Campinas decidiu-se que a reunião seguinte seria em Goiânia, e com um palpitante tema: **Trabalho livre e**

trabalho escravo. O ano de 1971, da realização do simpósio, marcaria também o centenário da Lei do Ventre Livre, donde o propósito do tema escolhido, que proporcionou à ANPUH comemorar a grata efeméride.

Compareci à reunião de Goiânia com uma pequena comunicação sobre **O Visconde de Indaiatuba e o trabalho livre em São Paulo**, na qual, precedido por ligeiro estudo introdutório de minha lavra, divulguei o “memorandum” do ilustre fazendeiro de Campinas, que não era inédito, pois já havia sido publicado em 1952 na **Monografia histórica de Campinas**, mas dada a pequena divulgação deste belo volume impresso pelo IBGE, era como se o fosse, pois poucos, na ocasião, tinham acesso a ela. Tanto é verdade, que uma grande pesquisadora do assunto, a Professora Emília da Costa Viotti, em seu livro **Da Senzala à Colônia**, a obra mais completa que já se escreveu sobre o regime de trabalho na lavoura paulista, embora cite a experiência do Visconde de Indaiatuba na Fazenda Sete Quedas, não faz a menor referência ao mencionado documento. Dos pesquisadores mais recentes, creio que apenas a Professora Paula Beiguelmann o utilizou em seu excelente estudo sobre **O povo no complexo cafeeiro**. Trata-se, de fato, de documento pouco freqüente na bibliografia brasileira, pois os nossos homens de fazenda, em geral, não eram dados a escrever. Contam-se nos dedos os que o fizeram, e entre estes manda a justiça se coloque o nobre fazendeiro de Campinas. O interesse despertado pelo meu trabalho (não tanto pelo que escrevi, mas pelo texto original do Visconde) foi enorme. Recebi numerosas cartas solicitando maiores informações sobre o assunto e uma professora de História abalou-se do Rio de Janeiro a Campinas especialmente para prosseguir na senda que eu indicara, ficando demais desapontada ao saber que nada mais existe dos arquivos da importante fazenda, onde se realizou uma das primeiras experiências com trabalho livre na Província de São Paulo e mesmo no Brasil. Graças à gentileza do dedicado amigo Benedito Barbosa Pupo, tive meu trabalho divulgado pelo **Correio Popular**, de Campinas e, pouco depois, eu próprio o reproduzi nesta revista (nº 31, de março de 1972). Mas, tanto no jornal, como na **Notícia Bibliográfica**, só se publicou a introdução que escrevera, mas no volume dos **Anais** do Simpósio de Goiânia, foi o “memorandum” do Visconde de Indaiatuba reproduzido integralmente, tornando-se, assim, de acesso mais fácil.

Todavia, mais importante do que meu pequeno trabalho, e mais significativo ainda para o relacionamento de nossa Universidade com o simpósio de Goiânia, foi o número especial, que preparei, da **Notícia Bibliográfica e Histórica**, reunindo uma série de textos de interesse para a história de

Goiás, desde as primeiras explorações do território, até a fundação da nova capital, Goiânia. A tarefa não foi fácil, pois não tendo condições de pesquisar em Goiás, e nem conhecendo as fontes mais importantes da história daquela vasta região que os paulistas descobriram e povoaram no século XVIII, tive de me valer de fontes secundárias, procurando compensar este “handicap” com o critério da seleção dos textos. E foi com a maior satisfação que vi o nº 25 de nossa **Notícia Bibliográfica** agradar em cheio aos goianos, pois deles, é claro, é que esperava as maiores críticas. Naquela ocasião, a **Notícia** era impressa de maneira muito modesta, sem a excelência da apresentação gráfica atual. Mas, mesmo assim, preencheu seus objetivos. Vi, por exemplo, quanto uma descrição do viajante Pohl da velha cidade de Goiás, que o naturalista publicou em 1832, ainda pôde servir de guia aos simposiastas que visitaram a antiga capital, numa agradável excursão promovida pelos organizadores do simpósio. Tão pouco mudaram as condições e os aspectos de certas cidades do interior do Brasil, que, se tirássemos os elementos da civilização moderna, como os veículos a motor e os postes de iluminação elétrica, teríamos a impressão de que a descrição de Pohl havia sido feita para a nossa viagem... Fiquei emocionado ao ver diversos membros do Simpósio com a **Notícia** à mão, procurando identificar na paisagem urbana as ruas, os chafarizes, os sobradões, como se se tratasse de um guia de viagem, feito, no entanto, cento e quarenta anos antes. Bastaria isto, se outras páginas não houvesse no fascículo que a nossa Universidade generosamente mandou imprimir, a confirmarem, mais uma vez, a importância dos textos para o conhecimento da história.

Ao dedicar aos professores e estudantes de Goiás o nº 25 da **Notícia Bibliográfica**, lembrando que Goiânia surgira de outra Campinas, quis deixar bem claro que a Campinas paulista, através de sua Universidade Católica, não só homenageava os congressistas ali presentes, mas iniciava um tipo de relacionamento que não mais cessou, pois para os simpósios subseqüentes trabalhos da mesma natureza foram preparados sempre com o apoio da Reitoria de nossa Universidade, que não titubeou em atender ao pedido para tiragens especiais, que propiciassem uma distribuição mais ampla de nossa revista.

O pequeno textuário de história goiana que o Departamento de História da Universidade Católica de Campinas ofereceu ao VI Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, constante do nº 25 da **Notícia Bibliográfica**, encerrava uma cuidadosa seleção de páginas do maior interesse, desde, como já se disse, as primeiras explorações do território até a fundação de Goiânia. A escolha, confesso, não foi fácil, pois sobre Goiás se escreveu muito,

mas nem tudo se encontrava ao meu alcance. Sabemos todos nós que trabalhamos com a pesquisa histórica o quanto Campinas ainda é uma cidade de poucos recursos bibliográficos. E, naquela ocasião, mais ainda. Mas, felizmente os obstáculos foram superados e o textuário, sem ser naturalmente o ideal, agradou aos mais exigentes professores e pesquisadores daquele Estado. O fascículo foi composto com dezessete textos, aos quais acrescentei trechos de um trabalho recente da Professora Gilka Ferreira de Sales sobre a historiografia goiana, apresentado a uma reunião da Sociedade Brasileira Para o Progresso de Ciência, realizada em Curitiba naquele mesmo ano de 1971, e que veio a calhar para o objetivo que eu tinha em mira.

Foram os seguintes os textos selecionados para o volume “goiano” desta publicação:

1 — **Sobre o descobrimento de Goiás**, documento atribuído a Urbano do Couto Meneses, divulgado pela primeira vez por Pereira de Alencastre em seus **Anais da Província de Goiás** (1864) e reproduzido por Afonso de Taunay no volume XI de sua **História Geral das Bandeiras Paulistas**, págs. 63 a 65, São Paulo, 1950. Mestre Taunay tinha o hábito (mau hábito, aliás) de nem sempre indicar precisamente as fontes utilizadas para os seus trabalhos, defeito que não é tanto dele, mas da historiografia de seu tempo. E como não tive acesso à obra original de Pereira de Alencastre, nenhuma informação me foi possível oferecer aos leitores acerca do precioso documento. Nem sei se ele ali está transcrito na íntegra, como não sei se a cópia que Taunay reproduz é fiel. O grande historiador das bandeiras, trabalhando numa época em que ainda não existia o microfilme, foi freqüentes vezes vítima de copistas inescrupulosos ou simplesmente descuidosos. Mas, numa forma ou doutra, foi o mais antigo texto que pude encontrar relativo à história goiana.

2 — **Decadência de Goiás**, anônimo do início do século XIX, constante da **Breve reflexão sobre o meio eficaz de se remediar a decadência da Capitania de Goiás**, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 44, parte 1ª, págs. 399-402, Rio de Janeiro, 1892.

3 — **A Província de Goiás**, extrato da conhecida **Corografia Brasílica**, de Aires do Casal. Seria desnecessário insistir sobre o interesse desta obra, publicada pela primeira vez em 1817, e que constitui, dentro dos moldes da ciência do tempo, preciosa descrição geográfica e histórica do país. A palavra **Corografia**, que caiu totalmente em desuso, era empregada para designar a geografia específica de um país, usando-se o termo **Geografia** só para as obras que se referissem ao mundo todo. Ainda sou do tempo em que no ginásio havia a

cadeira de Corografia do Brasil, para a qual Horácio Scrosoppi, Carlos Novais, Lacerda, Olavo Freire e Veiga Cabral escreveram compêndios ricamente informativos. Atualmente, quando em aulas de História do Brasil, na Universidade, menciono a “Corografia do Brasil” de Aires do Casal (e o faço, entre outras cousas, porque nela foi pela primeira vez publicada a carta de Pero Vaz da Caminha), não encontro sequer um aluno que conheça o significado da palavra. Como disse, caiu completamente em desuso, a ponto de as novas gerações nem mais a conhecerem.

4 — **O uso da terra em Goiás**, extrato da **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás**, de Saint-Hilaire. Certamente, este é o trecho mais importante de quantos selecionei. Foi o mais apreciado, especialmente pelo fato de se encontrar, na época, totalmente esgotada a obra do grande viajante francês. Saint-Hilaire visitou Goiás em 1 819, depois de ter percorrido todo o oeste de Minas, conforme se depreende do próprio título de seu livro. De Goiás, veio para São Paulo, e daqui tomou a direção do sul do país. Não há na literatura dos viajantes estrangeiros do século passado obra mais valiosa que a do grande botânico. Sua extraordinária capacidade de observação e a simpatia com que sempre soube compreender os mais diversos aspectos de nossa vida, aliadas à sua grande visão como homem de ciência, fazem dos seus livros uma das obras mais importantes da literatura de viagens de todos os tempos. E de tudo quanto escreveu sobre o Brasil, o volume relativo a Goiás é dos mais significativos. A tradução que utilizei, aliás magnífica, foi a de Clado Ribeiro de Lessa, publicada em 1 937, na coleção “Brasiliana”, da Companhia Editora Nacional, e o trecho extraído figura às págs. 322 a 330 do primeiro volume. Convém assinalar, a título de informação bibliográfica, que os volumes de Saint-Hilaire relativos às nascentes do São Francisco e à Província de Goiás, foram recentemente editados de novo pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, como volumes 7 e 8 da prestigiosa e utilíssima coleção **Reconquista do Brasil**, em tradução de Regina Regis Junqueira. A editora (ou a tradutora) em vez de conservar o título original, numerando simplesmente os volumes tal como na edição da **Brasiliana**, deu títulos diferentes: **Viagem às nascentes do Rio São Francisco** e **Viagem à Província de Goiás**. O trecho transcrito, nesta edição, corresponde às págs. 181 – 184, do primeiro volume.

5 — **O comércio em Goiás**, extrato da **Corografia histórica da Província de Goiás**, de Raimundo José da Cunha Matos, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 37, parte 1ª, págs. 278 – 281, Rio de Janeiro, 1 874. Cunha Matos é um dos três historiadores “clássicos” de

Goiás, segundo depoimento da Professora Gilka Ferreira de Sales, e dele já se ocupou esta revista na seção “Vultos da historiografia brasileira” de um dos últimos números. Seu trabalho apresenta dados estatísticos de grande utilidade, muito embora não consiga cobrir, com suas informações numéricas, a totalidade dos povoados da época, possivelmente pela falta de condições para a pesquisa. O trecho selecionado, sobre o comércio, é das melhores coisas de sua **Corografia**.

6 — **A velha Vila Boa na descrição de Pohl**. Vila Boa era o primeiro nome da cidade de Goiás, a primeira capital e que desempenhou esta função até a inauguração de Goiânia, em 1941. Chamam-na hoje simplesmente de Goiás Velho. O naturalista João Emanuel Pohl visitou-a em 1819, deixando a valiosa descrição que consta do primeiro volume de sua **Viagem ao interior do Brasil**. A obra de Pohl foi originalmente editada em Viena em 1832, mas só traduzida para a nossa língua em 1951, numa edição do Instituto Nacional do Livro, em tradução de Teodoro Cabral. O excerto selecionado figura às páginas 326 a 335 do primeiro volume. O que escrevi páginas atrás sobre o interesse despertado por este trecho de Pohl — utilizado pelos congressistas quase como um guia para a excursão que ali fizemos século e meio mais tarde... — diz mais que quaisquer outras palavras acerca de seu valor. É isto que tem levado os pesquisadores modernos a uma valorização cada vez maior da literatura dos grandes viajantes do século passado. Ainda terei ocasião de fazer referências mais concretas aos livros que nos legaram, pois foi com base em muitos deles que preparei o fascículo sobre as cidades mineiras, presente ao simpósio que se realizou em Belo Horizonte em 1973. Ainda aqui cabe outra referência à recente iniciativa da Editora Itatiaia, promovendo uma nova edição da obra de Pohl, na já citada coleção “Reconquista do Brasil”, em tradução de Milton e Eugênio Amado. Nesta nova edição foi a obra enfeitada num só volume e o trecho selecionado encontra-se às págs. 140 a 144.

Dois dos maiores brasileiros do século passado — o General Couto de Magalhães e o Visconde de Taunay — foram grandes entusiastas de Goiás. Do primeiro talvez fora mais acertado dizer que foi entusiasta do Araguaia. O livro que dedicou ao grande rio, estudando-lhe os recursos e as possibilidades, e que há pouco foi reeditado, demonstrando o interesse que ainda é capaz de despertar, permanece um dos clássicos da nossa literatura geográfica. Publicado em 1863, na própria capital goiana, foi reeditado, com ampliações, em 1889, e depois novamente reimpresso na prestigiosa coleção **Brasileira**, em 1934 e em 1975. Ao ser nomeado presidente da província de Goiás, o grande brasileiro entrevistou as possibilidades que se abriam para aquela extensa região do

Brasil central, entusiasmando-se particularmente pelo problema da navegação do Araguaia. Seu livro encerra valiosa contribuição ao estudo geoeconômico da província para cuja presidência fora designado em 1 863.

Quanto a Taunay, seu interesse foi, pode-se dizer, indireto. Eleito deputado por Goiás em 1 872 e reeleito para a legislatura seguinte, entendeu o futuro Visconde de Taunay (na época apenas Alfredo d'Escragolle Taunay) de demonstrar seu reconhecimento à província que o enviara por duas vezes ao parlamento imperial, escrevendo um ensaio sobre a contribuição goiana à grande exposição de 1 875, preparatória da que se realizaria no ano seguinte, em Filadélfia, ao ensejo da passagem do centenário da independência dos Estados Unidos. Seu trabalho foi publicado em 1 876 com o título **A província de Goiás na Exposição Nacional de 1 875**, mas ao ser reeditado meio século mais tarde, seu filho, o grande historiador Afonso de Taunay preferiu dar-lhe o título mais breve, chamando-o simplesmente **Goiás** (São Paulo, Melhoramentos, 1 931).

É claro que numa seleção de páginas sobre Goiás não poderiam faltar escritos dos dois grandes brasileiros. Assim, **Considerações sobre o Araguaia**, de Couto de Magalhães, e **Considerações sobre Goiás**, de Taunay, enriqueceram sobremaneira o nº 25 da **Notícia Bibliográfica**, onde figuram sob os nºs 7 e 10, respectivamente.

O texto nº 8 foi extraído de Hartt, Charles Frederick Hartt, geólogo e geógrafo norte-americano que veio ao Brasil pela primeira vez em 1 865, integrando a famosa Expedição Thayer, de que fazia parte o grande Agassiz; menos de dez anos depois, retornava ao nosso país, donde não mais sairia, pois faleceu no Rio de Janeiro em 1 878. Desta segunda vez veio especialmente contratado pelo governo imperial para organizar o serviço geológico do Império, criando o órgão que, passando pelas naturais transformações decorrentes de seu próprio desenvolvimento, ainda existe, tendo prestado neste século de existência os mais assinalados serviços à ciência geológica e mineralógica no Brasil. Da grande produção de Hartt, destaca-se **Geology and Physical Geography of Brazil**, publicada em Boston, em 1 870, mas só em 1 941 traduzida para a nossa língua.

Ainda o volume do Visconde de Taunay, há pouco mencionado, forneceu o texto nº 9, constante de precioso relatório nele incluso, sobre os trabalhos da Comissão Exploradora dos Rios Tocantins e Araguaia, de autoria de Pereira do Lago, e do qual extrai o capítulo sobre as colônias militares em Goiás.

O 11º texto foi extraído do relatório do presidente da província, Aristides Spinola (1 880) e refere-se ao estado da instrução pública em Goiás. Encontrei-o na grande obra de Primitivo Moacyr, **A Instrução e o Império**, onde figura no terceiro volume. Não se trata apenas de simples indicação do que havia em sua província ou do que pôde ser realizado no seu governo, como de comum ocorre nos relatórios presidenciais. Não. Há nele muita coisa de valor, a traduzir um espírito voltado igualmente para os temas do espírito e enfronhado nos mais modernos (para a época) conceitos acerca da educação.

O famoso **Relatório Cruls** forneceu-me os textos nºs 12 e 13. Sua origem é conhecida. O cientista belga Luís Cruls, havia muito radicado no Brasil, foi incumbido por Floriano Peixoto de dirigir a expedição encarregada de proceder à demarcação do local onde, nos termos da primeira constituição republicana, deveria ser construída a nova capital federal. Publicado em 1 894, o chamado **Relatório Cruls** foi reeditado duas vezes. Representa um dos mais notáveis trabalhos de reconhecimento geográfico já levado a efeito em nosso país, sobretudo se considerarmos a falta de recursos técnicos e científicos da época. Nada foi esquecido pela equipe que o grande cientista reuniu: geologia, flora, fauna, clima, hidrografia, condições de transporte, salubridade etc. Os tópicos escolhidos referem-se, o primeiro a algumas considerações de ordem geral sobre a importância da interiorização da capital do país, e o segundo sobre as águas medicinais em Goiás.

Hermano Ribeiro da Silva, que, em 1 932, dirigiu a “Bandeira Anhangüera” ao Brasil central, epopéia extraordinária que descreveu em seu livro **Nos sertões do Araguaia**, publicado pela primeira vez em 1 935, forneceu o texto 14, intitulado **Couto de Magalhães e o Araguaia**.

Os três últimos textos referem-se à fundação de Goiânia, a nova capital do Estado, idealizada na interventoria de Pedro Ludovico. Os dois primeiros, de pessoas ligadas à construção da cidade, os Engenheiros Armando Augusto de Godoy e A. Correia Lima, e o terceiro do geógrafo francês Pièrre Monbeig, que na época vivia no Brasil. Descreve a primeira viagem por ele realizada a Goiânia, em 1 938, uma página hoje histórica, convidando a refletir sobre os contrastes que uma descrição recente ofereceria. Foi das páginas mais apreciadas do fascículo e a ela publicamente se referiu, no discurso de abertura do simpósio, o saudoso presidente da ANPUH, Eurípedes Simões de Paula.

Para encerrar esta nota sobre a contribuição de nossa Universidade Católica ao simpósio de Goiânia, lembraria a colaboração do Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, na época professor da Universidade, e que ao

conclave compareceu com um trabalho sobre as fontes para a história da medicina no Brasil, assunto que é a sua grande especialidade e sobre o qual já escrevera para o simpósio de Campinas.

Como já foi mencionado, o número especial da **Notícia Bibliográfica** dedicado ao simpósio de Goiânia alcançou excelente repercussão, refletida principalmente na expressiva moção de regozijo e congratulações aprovada na última sessão plenária. Mas, mais do que isto, e mais significativo ainda, foi que a publicação campineira despertou interesse em outras unidades da Federação, que por ela passaram a se interessar visando especialmente a números similares quando idêntica circunstância ocorresse. Foi assim que, ao anunciar-se que o simpósio seguinte seria em Belo Horizonte, um dos colegas mineiros, despedindo-se, bateu-me às costas com este carinhoso apelo: “Não podemos ficar atrás. Também queremos um número especial sobre Minas Gerais.” Este “também queremos” revestiu-se, para mim, de profunda significação. E foi o que me animou, daí por diante, e preparar números especiais sobre os Estados onde se realizassem os simpósios.

Vale dizer que nossa Universidade é a única instituição universitária do país a marcar, dessa forma permanente, a colaboração nos simpósios de História promovidos pela ANPUH. É a já esperada “nota campineira”, simpática e expressiva, que leva o nome não apenas de nossa Universidade, mas o da própria cidade de Campinas aos mais afastados rincões do Brasil.

Para o simpósio de Belo Horizonte escolheu-se um tema altamente sugestivo: **A Cidade e a História**. Percebi desde logo que ele me propiciaria material para editar um fascículo, não disperso como fiz com Goiás, mas concentrado no próprio tema da reunião. E a primeira idéia que me ocorreu foi respigar nos relatos dos viajantes estrangeiros do século XIX o que eles houvessem escrito sobre as velhas cidades mineiras. E assim foi composto o nº 46, distribuído no VII Simpósio, realizado na capital mineira em setembro de 1973.

Não julgo necessário estender-me sobre ele, tal como fiz com o número relativo a Goiás. Lembrarei, apenas, que, pela primeira vez, esse número transmitia uma palavra oficial da Reitoria de nossa Universidade, traduzida numa página de apresentação do fascículo, e ao mesmo tempo de saudação aos professores e historiadores reunidos em Belo Horizonte. O Magnífico Reitor, Professor Doutor Barreto Fonseca fez sentir aos simposiastas o interesse e o significado da revista que lhes era oferecida: “Dado o reconhecido interesse que a leitura dos viajantes do século passado vem despertando como fonte para o conhecimento das condições de vida de nosso país na época em que eles o visitaram, estamos

certos de poder oferecer aos ilustres professores reunidos em Belo Horizonte não apenas deliciosas páginas evocativas do passado mineiro, mas, igualmente, um precioso material de estudo para o conhecimento da vida urbana no Brasil no século XIX”.

Tais palavras revestiam-se da maior significação, especialmente se considerarmos que as obras utilizadas para a formação da seleta eram totalmente esgotadas, raríssimas, longe, portanto, do alcance dos estudiosos de hoje. Atualmente muitas delas — registro-o com prazer — estão novamente em curso através de excelentes edições da Livraria Itatiaia, de Belo Horizonte, em convênio com a Universidade de São Paulo. Às vezes em novas traduções, outras vezes utilizando as mesmas das edições primitivas. Mas, um boa parte permanece, ainda, na categoria dos livros raros, fazendo a felicidade de seus ditosos possuidores.

Os viajantes que utilizei para esse número “mineiro” de nossa revista foram: Avé-Lallement, Burmeister, Burton, Canstatt, Gardner, Spix e Martius, Pohl e Saint-Hilaire. E as cidades sobre as quais coligi suas valiosas impressões foram: Barbacena, Congonhas do Campo, Diamantina, Formiga, Itabira do Mato Dentro, Juiz de Fora, Mariana, Ouro Preto, Paracatu, Sabará, São João del Rei, Serro (então Vila do Príncipe) e Teófilo Otoni (então denominada Filadélfia). Cidades as mais variadas, como se depreende da simples relação, quase todas tendo em comum a origem mineradora, mas dentre as quais se destacam duas exceções: Juiz de Fora e Teófilo Otoni, ambas originadas de uma valiosa experiência de colonização estrangeira. A velha Santo Antônio do Paraibuna acabou fundindo-se com a Colônia D. Pedro II para a formação da grande metrópole da Zona da Mata, enquanto que a primitiva Filadélfia, o fruto mais importante da obra colonizadora de Teófilo Otoni no vale do Mucuri, transformou-se na grande metrópole do Norte de Minas, posteriormente crismada, com toda a justiça, com o nome do grande estadista do Segundo Reinado que um seu biógrafo denominou o “Ministro do Povo”.

O número 46 da **Notícia Bibliográfica** prescindia de qualquer página introdutória ou comentários por parte do organizador. Trazia, apenas, como prefácio, as palavras de apresentação e saudação de nosso Reitor. Entendi que os textos, tão claros e precisos, dispensavam quaisquer outras palavras que, no caso, viriam apenas avolumar a publicação. Nem todos, porém, entenderam assim. Tanto que a única crítica feita à revista foi exatamente a falta de algumas palavras de introdução ou de comentário aos textos. Partindo de quem partiu — a Professora Alice P. Canabrava, uma das nossas mais cultas e capazes

pesquisadoras no campo da história brasileira — não pude deixar de reconhecer a procedência de sua observação, não propriamente com referência a comentários, mas a uma apresentação dos viajantes escolhidos. Procurei sanar a falha escrevendo um **Prefácio ao número 46**, que foi publicado no nº 54, de fevereiro do ano seguinte. Tal “prefácio” foi incluído no texto do trabalho original, para efeito de publicação nos **Anais do VII Simpósio**.

Não ficou nisso, entretanto, a participação de Campinas no simpósio de Belo Horizonte. Duas das mais expressivas figuras da cultura campineira — Lycurgo de Castro Santos Filho, médico e historiador, e então presidente da Academia Campinense de Letras, e Hílton Federici, professor e historiador, também membro da Academia Campinense — participaram da reunião. Ambos, na época, integravam o corpo docente da Universidade Católica e, também, nesta qualidade compareceram ao simpósio.

Lycurgo de Castro Santos Filho — sabem-no todos — é a maior autoridade brasileira em história da medicina. A obra que dedicou ao assunto é o que de melhor se escreveu até agora. Todavia, apesar desta sua especialidade, tem-se dedicado igualmente à história da arte, à história da cultura e à história social do Brasil, em cuja área elaborou um dos mais belos trabalhos já levados a efeito entre nós — **Uma comunidade rural do Brasil antigo** — que a todo instante recomendo aos meus alunos como exemplo modelar de um trabalho de pesquisa. Se, nos dois simpósios anteriores (Campinas e Goiânia), Lycurgo de Castro Santos Filho compareceu com trabalhos de interesse para a história da Medicina, ao de Belo Horizonte compareceu com precioso subsídio à margem do tema principal de sua **Comunidade rural**: o arrolamento do documentário, que se encontra em seu poder, relativo ao Sobrado do Brejo do Campo Seco, no interior da Bahia. Documentário esse a que não teve acesso nenhum dos pesquisadores que anteriormente trataram do assunto (e foram vários autores baianos) e que só foi utilizado para o seu próprio ensaio, publicado em 1956, no qual estudou com mestria aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX.

Hílton Federici é cruzeirense. Embora tenha deixado sua cidade ainda muito jovem, para estudos em Lorena e em São Paulo, e, depois, já na vida profissional, tenha perambulado por duas ou três localidades antes de fixar-se em Campinas, onde reside há quase trinta anos, tendo aqui se aposentado como professor de nosso tradicional Ginásio do Estado (o “Culto à Ciência”) — apesar de tudo isso — Hílton Federici nunca perdeu contacto com a sua Cruzeiro, da qual se tornou o historiador por excelência. Lembro-me

de quando ainda estudante (pois fomos colegas na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo), lá por 1936 ou 37, já havia ele publicado dois ou três opúsculos sobre a história de sua cidade. O desenraizamento profissional, a que foi obrigado, não o fez abandonar suas pesquisas da mocidade. Estava apenas à espera de uma oportunidade para levá-las avante, o que só aconteceu quando se desobrigou do ensino médio, o qual, como de comum acontece, absorvia-lhe todo o tempo. Ao usufruir, merecidamente, o "otium cum dignitate" que a aposentadoria lhe propiciou, começou a rever suas velhas pesquisas, "retirando do baú" muita coisa preciosa já esboçada, mas que só então pôde rever e publicar. Ainda este ano, publicou o segundo volume da **História de Cruzeiro** e está no momento preparando uma edição comentada das atas da Câmara Municipal da cidade. E além disso, atirou-se a novas pesquisas com relação a Campinas, cidade que adotou como sua. Não sei de nenhum campineiro autêntico que seja mais apaixonado por Campinas do que esse cruzeirense que um dia aqui ancorou e daqui nunca mais quis sair, embora não lhe faltasse a tentação das cidades maiores. Os numerosos trabalhos que publicou, na maior parte sobre sua cidade natal, revelam o pesquisador honesto, integrado na mais moderna metodologia, fugindo o mais possível ao ranço que, lamentavelmente, e com raras exceções, caracteriza ainda a história urbana no Brasil. As monografias de Hílton Federici são modelos de clareza (não fôra ele o excelente professor que todos reconhecem), mas também de método. Ao simpósio de Belo Horizonte, apresentou o trabalho **Cruzeiro, exemplo original de urbanização no vale do Paraíba**. Aliás, a tônica dos trabalhos do preclaro professor e historiador tem sido, sempre, mostrar Cruzeiro como uma exceção no vale do Paraíba. Um dos seus ensaios, estampado na conceituada **Revista de História**, do saudoso Simões de Paula, tem precisamente esse título.

Aproximando-se a época da realização do simpósio seguinte, marcado para Aracaju, começaram minhas preocupações em torno do fascículo especial, que, a exemplo dos anteriores, fazia questão de preparar para dedicá-lo à reunião da capital sergipana. Fui estimulado, nesta tarefa, por alguns colegas de Sergipe, notadamente o Professor José Silvério Leite Fontes. Trocando idéias com alguns colegas, especialmente com o presidente da ANPUH, fixei-me no preparo de uma seleção de textos de autores sergipanos de interesse para a historiografia, não apenas daquele Estado, mas que pudessem ser úteis à própria historiografia brasileira. Assim, foi organizado o nº 69, da **Notícia Bibliográfica**, distribuído durante o simpósio, ao qual infelizmente não pude comparecer. Mas algumas cartas que recebi e o depoimento de diversos amigos que lá estiveram me fizeram crer na excelente receptividade que o fascículo alcançou, traduzindo

louvores, que não tomo para mim, mas para a instituição que me permitiu preparar tal trabalho. Desta vez procurei sanar as lacunas apontadas em o número anterior, escrevendo não apenas uma introdução, mas pequenos comentários a cada um dos autores selecionados, que foram: Tobias Barreto, Sílvio Romero, Felisbello Freire, João Ribeiro, Manuel Bonfim, Bernardino José de Sousa e Gilberto Amado. Tal como o fascículo dedicado ao simpósio de Belo Horizonte, foi este portador de uma mensagem de saudação da Reitoria de nossa Universidade aos simposiastas reunidos na capital sergipana, aos quais era oferecida a modesta seleção de algumas das páginas mais expressivas do muito que os historiadores de Sergipe escreveram. A registrar-se, como peça principal do fascículo, o famoso **Discurso em mangas de camisa**, de Tobias Barreto, muito citado mas, na realidade pouco lido, e que foi transcrito na íntegra, com exclusão apenas das notas complementares que o autor apôs à primeira edição, em 1879. As demais seleções apresentavam a maior diversidade, tais como a Revolução de 1817, a função do carro de boi no Brasil, a emancipação de Sergipe e as instituições políticas do país.

A aproximação do nono Simpósio, marcado para julho de 1977 na capital catarinense, coincidiu com a época em que pesquisava para um livro sobre Afonso de Taunay, efetivamente publicado mais para o fim do ano pelo Museu Paulista, com o caráter comemorativo do centenário do grande historiador. Embora nascido na velha cidade do Desterro, capital da então Província de Santa Catarina, Afonso de Taunay não viveu na cidade natal mais que o primeiro semestre da longa existência, pois tendo seu pai, o Visconde de Taunay, deixado a presidência da Província, foi para o Rio de Janeiro, onde se processou toda a sua formação, e depois radicou-se em São Paulo, onde produziu toda a sua imensa obra. Daí haver dito que Taunay era “catarinense de nascimento, fluminense de formação e paulista de realização”. Mesmo com a pequena vinculação à terra natal, esperava encontrar em sua obra alguns elementos que ressaltassem esse vínculo, pois em vários de seus livros ocupou-se de Santa Catarina. E havia ainda a circunstância de seu pai haver sido, não apenas presidente da província, mas representante dela no Senado Imperial, portanto com muito maior vinculação que o filho. Daí a idéia de oferecer ao Simpósio de Florianópolis um ensaio intitulado **Santa Catarina no obra dos Taunay**. Mas era pouco para preencher um fascículo especial da **Notícia Bibliográfica**. Interessado sempre na literatura dos viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, julguei oportuno completar o volume com uma seleção de escritos sobre Santa Catarina de alguns desses viajantes. E assim surgiu o nº 80 da NBH, intitulado **Páginas Catarinenses**. Tal como os anteriores, trazia prefácio de nosso Reitor Magnífico cumprimentando

Eurípedes Simões de Paula pela realização do Simpósio e saudando os simposiastas reunidos em Florianópolis. Desse fascículo, foi feita uma tiragem em forma de livro.

O Reitor de nossa PUC era expressivo e creio oportuno transcrevê-lo:

“A Pontifícia Universidade Católica de Campinas cumprimenta a Associação Nacional dos Professores Universitários de História, ao ensejo da realização, em Florianópolis, de seu IX Simpósio, e oferece aos participantes da importante reunião este número especial de **Notícia Bibliográfica e Histórica**, preparado pelo Professor Odilon Nogueira de Matos, do Departamento de História desta Universidade. No presente volume, os leitores encontrarão: 1) um ensaio do Professor Odilon Nogueira de Matos sobre a presença de Santa Catarina na obra do Visconde de Taunay e na de seu filho, o grande historiador Afonso de Escagnolle Taunay; 2) uma seleção de depoimentos de viajantes estrangeiros que visitaram Santa Catarina no século passado, criteriosamente escolhidos e apresentados pelo mesmo professor.

Considerando a raridade de algumas páginas aqui reunidas, bem como a oportunidade do ensaio do Professor Odilon Nogueira de Matos (pois há pouco o Brasil todo comemorou o centenário do grande historiador), estamos certos de poder oferecer aos ilustres professores reunidos em Florianópolis uma contribuição não de todo desvaliosa para o conhecimento da bela terra catarinense.

Esta Reitoria augura os melhores resultados para o IX Simpósio da ANPUH, congratulando-se com o seu Presidente, Professor Eurípedes Simões de Paula, por mais este admirável esforço de conagraçamento dos professores de História, de nosso país.”

Além do relatório apresentado ao deixar o governo de Santa Catarina e de um substancioso discurso proferido no Senado em 31 de maio de 1889 – publicado depois em opúsculo com o título **Questões de Imigração** –, ocupou-se o Visconde de Taunay da terra catarinense em diversos outros pronunciamentos parlamentares e em escritos pela imprensa. De sua permanência na província resultou, ainda, extenso trabalho que deixou inédito, e foi publicado pelo seu filho Afonso com o título de **Impressões e reminiscências da costa sul e de Santa Catarina**, o qual, juntamente com as **Curiosidades naturais do**

Paraná e As Caldas da Imperatriz, e ainda algumas notas avulsas acerca de pessoas e fatos, constituem o volume póstumo **Paisagens Brasileiras**, editado pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, em 1926 (data do prefácio). Foi o Visconde de Taunay um enamorado de Santa Catarina, como deixou transparecer nos seus numerosos escritos. Enamorado de um litoral por ele considerado um dos mais belos do universo. Enamorado igualmente da boa gente que, em três oportunidades, confiara-lhe a representação no Parlamento. O que se respigou para o volume **Páginas Catarinenses** acerca da presença de Santa Catarina na obra do autor de **A Retirada da Laguna** está muito longe de ser completo, mas pareceu ao organizador do volume suficiente para demonstrar o grande interesse do político e escritor pela terra que por três vezes o enviou à Câmara e ao Senado e que o teve como presidente, embora por um período curto, mas bastante para credenciá-lo à estima da progressista província do Brasil meridional.

Quanto ao filho, embora pouco conhecendo de sua terra, dela cuidou em diversos escritos. Além do que se encontra na **História Geral das Bandeiras Paulistas**, dedicou três trabalhos especiais ao seu torrão natal: **Santa Catarina nos anos primevos**, **Em Santa Catarina colonial** e **Cinco peças da velha iconografia catarinense**, publicados em 1931, 1936 e 1950, respectivamente. Em todos eles consagrou-se Taunay à recensão dos depoimentos de viajantes estrangeiros que visitaram Santa Catarina, quer nos tempos coloniais, quer depois da Independência: Frézier, Shelvocke, Don Pernetty, La Pérouse, Krusenstern, Lesson, Semple Lisle, Langsdorff, Kotzebue, Adalberto Chamisso e Luís Choris.

Para a segunda parte de **Páginas Catarinenses** (seleção de textos de viajantes) foram escolhidos dois russos (Golovnin e Krusenstern), três franceses (Saint-Hilaire, Leonce Aubé e Barral), dois alemães (Avé-Lallement e Hornmeyer) um polonês (Saporski) e um italiano (Ganarini).

Tal como os números anteriores da **Notícia Bibliográfica**, **Páginas Catarinenses** fez jus à expressiva moção de regozijo e congratulações com a nossa Universidade Católica numa das sessões plenárias do IX Simpósio, moção essa, pouco depois, comunicada à Reitoria da Universidade pelo preclaro colega de Florianópolis, Prof. Dr. Walter F. Piazza, Coordenador do IX Simpósio:

“Ao ensejo do feliz término do IX Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, apresso-me em agradecer a atenção de Vossa Magnificência a esse certame, quer prefaciando as **Páginas Catarinenses**, quer permitindo a participação direta do Prof. Dr. Odilon Nogueira de Matos naquele evento.

Neste ensejo, informo-lhe ter sido aprovado pela Assembléia, por unanimidade, um voto de aplauso e louvor pelo trabalho profícuo da **Notícia Bibliográfica e Histórica**, sob orientação daquele professor".

Tornou-se, assim, uma verdadeira tradição a presença da PUC de Campinas nos Simpósios da ANPUH, através de números especiais da **Notícia Bibliográfica** dedicados às unidades da Federação onde se tem realizado tais reuniões, e que são distribuídos aos simposiastas presentes e enviados depois aos assinantes de todo o país e do exterior. E sempre, desde a primeira vez, fazendo jus a moções ou votos de louvor, como o que vem de ser registrado com referência à reunião de Florianópolis, a última realizada e infelizmente a última também a contar com a presença e a direção dinâmica e entusiástica do saudoso Eurípedes Simões de Paula. É significativo lembrar que a nossa PUC tem sido a única universidade do Brasil a participar assim de maneira tão marcante dos simpósios dos professores de História, que constituem atualmente uma das mais importantes reuniões culturais do país.

*

EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA E A CRIAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS JUDAICOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Prof. Dr. Nachman Falbel(*)

Em 1979 o Centro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo comemorará os seus 10 anos de existência, completando uma década plena de realizações e atividades na área dos estudos judaicos a nível universitário, as quais constituem, sem dúvida, uma contribuição ímpar para a vida acadêmica brasileira.

À semelhança de outras instituições e iniciativas universitárias de reconhecida importância, o nome do Professor Eurípedes Simões de Paula está também intimamente associado à criação do Centro de Estudos Judaicos, exemplificando assim, mais uma vez, o seu pendor para abrir novos caminhos, estimular estudiosos, e acima de tudo, dar alento criativo a tudo e a todos que o cercavam.

* Diretor do Centro de Estudos Judaicos e Coordenador do Setor de História Medieval da Universidade de São Paulo.

Neste ensejo, informo-lhe ter sido aprovado pela Assembléia, por unanimidade, um voto de aplauso e louvor pelo trabalho profícuo da **Notícia Bibliográfica e Histórica**, sob orientação daquele professor”.

Tornou-se, assim, uma verdadeira tradição a presença da PUC de Campinas nos Simpósios da ANPUH, através de números especiais da **Notícia Bibliográfica** dedicados às unidades da Federação onde se tem realizado tais reuniões, e que são distribuídos aos simposiastas presentes e enviados depois aos assinantes de todo o país e do exterior. E sempre, desde a primeira vez, fazendo jus a moções ou votos de louvor, como o que vem de ser registrado com referência à reunião de Florianópolis, a última realizada e infelizmente a última também a contar com a presença e a direção dinâmica e entusiástica do saudoso Eurípedes Simões de Paula. É significativo lembrar que a nossa PUC tem sido a única universidade do Brasil a participar assim de maneira tão marcante dos simpósios dos professores de História, que constituem atualmente uma das mais importantes reuniões culturais do país.

*

EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA E A CRIAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS JUDAICOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Prof. Dr. Nachman Falbel(*)

Em 1979 o Centro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo comemorará os seus 10 anos de existência, completando uma década plena de realizações e atividades na área dos estudos judaicos a nível universitário, as quais constituem, sem dúvida, uma contribuição ímpar para a vida acadêmica brasileira.

À semelhança de outras instituições e iniciativas universitárias de reconhecida importância, o nome do Professor Eurípedes Simões de Paula está também intimamente associado à criação do Centro de Estudos Judaicos, exemplificando assim, mais uma vez, o seu pendor para abrir novos caminhos, estimular estudiosos, e acima de tudo, dar alento criativo a tudo e a todos que o cercavam.

* Diretor do Centro de Estudos Judaicos e Coordenador do Setor de História Medieval da Universidade de São Paulo.

Foi graças ao seu apoio que, em 1969, um grupo de intelectuais e professores da Universidade de São Paulo, encetou os primeiros passos no sentido de esboçar os objetivos do Centro e redigir o primeiro projeto de regimento, estruturando assim a sua organização. Passado pouco mais de um semestre, em 1970, o Centro se encontrava atuando em vários setores, desde o de publicações e pesquisa, até a promoção de cursos optativos e de extensão universitária, além de manter um intercâmbio com universidades estrangeiras interessadas em estudos judaicos e incentivar os estudos da história dos judeus no Brasil.

O Prof. Simões de Paula, com sua intuição intelectual e sua ampla visão da vida universitária, infelizmente tão rara em nossos dias, percebeu a importância, bem como a contribuição, que os estudos judaicos poderiam trazer à Universidade, considerando-se a necessidade de compreender e estudar os valores de uma civilização em boa parte definida como judaico-cristã.

Por ocasião da visita do Dr. Marc Uveeler, diretor do Memorial Foundation for Jewish Culture, em 1969, o Prof. Simões de Paula concorreu para o estabelecimento do primeiro convênio com aquela Fundação, permitindo que o Centro, o qual estava dando os seus primeiros passos, recebesse o necessário respaldo financeiro a fim de poder-se desenvolver como instituição. Foi ele também o primeiro a ver na existência do Centro um modo pelo qual a Universidade prestaria serviços à comunidade brasileira, no sentido de evitar o excessivo isolamento da vida acadêmica e sentir o pulsar cotidiano da sociedade mais ampla e suas necessidades.

Porém, nem sempre contou com o devido apoio, e muitas vezes se deparava com o isolamento e a incompreensão de suas convicções. Apesar dos momentos amargos e difíceis, jamais deixou de acompanhar a instituição que ajudara a criar, e, durante todos os anos de atuação do Centro, encontramos nele um amigo e orientador sempre disposto a colaborar, a encontrar soluções aos problemas, e a dar de si a fim de que tudo se resolvesse a contento.

Os cursos do Centro de Estudos Judaicos foram introduzidos paulatinamente, como optativas oferecidas aos alunos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, através dos respectivos Departamentos. Assim surgiram os cursos de história do povo judeu no período antigo, medieval e moderno, bem como cursos de demografia e sociologia judaica, e outros. Por outro lado, além dos cursos em nível de graduação, o Centro, devido à intervenção

direta do Prof. Eurípedes, como Diretor da Faculdade de Filosofia, conseguiu muitas vezes trazer à Universidade de São Paulo renomados professores visitantes que deram uma contribuição valiosa aos estudos judaicos em nossa instituição.

Ultimamente o Centro de Estudos Judaicos passou a organizar cursos em nível de pós-graduação com professores visitantes da Universidade Hebraica de Jerusalém, a começar com o Prof. Leonid Schur que ministrou um curso sobre “Fontes russas relativas à História do Brasil”. Recentemente recebemos a visita do Prof. Haim Beinart, conhecido historiador da Inquisição Ibérica, que já havia estado entre nós anteriormente, o qual ministrou um curso sobre “As comunidades judias na Península Ibérica durante os séculos XIII a XV”. Com a vinda de professores de outras universidades, abriam-se novos horizontes para um intercâmbio científico entre a Universidade de São Paulo e outras, o que resultou numa importante troca de experiência para os professores do Centro. Ademais, tal intercâmbio permitiu o envio de docentes do Centro como bolsistas para a realização de estágios e cursos de aperfeiçoamento em universidades estrangeiras, assim como a possibilidade destes se atualizarem nas respectivas disciplinas e de prepararem suas teses de mestrado e doutoramento.

No setor de publicações, o Prof. Eurípedes Simões de Paula ensejou ao Centro de Estudos Judaicos, a partir de 1975, a possibilidade de publicar uma coleção de estudos que tinha por objetivo estimular os estudiosos, assim como fornecer material didático aos alunos e professores interessados em estudos judaicos. O primeiro livro publicado na coleção, de autoria de Egon e Frieda Wolff, incluía uma pesquisa inédita sobre os “Judeus no Brasil Imperial”, sendo o trabalho apresentado e introduzido pelo próprio Prof. Eurípedes, que, entre outras palavras, assim se expressou sobre ele: “O caráter inédito do trabalho consiste justamente no fato de que o período do nosso Império ainda não foi devidamente estudado sob o ângulo da presença dos judeus e sua participação social e econômica naquele período. Seria importante e necessário que se fizesse, antes de tudo, uma avaliação básica das fontes disponíveis para os futuros estudiosos”. Os livros da série de estudos judaicos publicados pela Faculdade de Filosofia chamaram a atenção de bibliotecas, institutos e centros de estudos judaicos de universidades americanas e européias, sem mencionar obviamente as de Israel, que se interessaram em adquirir o material, editado pela primeira vez em língua portuguesa.

Em fins de 1974, ao procedermos à uma avaliação de quase cinco anos de atuação do Centro, chegamos à conclusão conjunta, — o Prof. Eurípedes e nós, — de que a entidade estava amadurecida a fim de passar à

categoria de Centro Interdepartamental, conferindo-lhe uma amplitude que na prática já possuía. Nesta oportunidade, o Centro recebeu todo o apoio do Prof. Eurípedes Simões de Paula, que procurou dar a orientação inicial aos seus diretores responsáveis. Posteriormente dirigimo-nos ao Prof. Pasquale Petrone cuja colaboração na formulação do Anteprojeto do Centro Interdepartamental foi decisiva para sua aprovação no C.I.D. da Faculdade de Filosofia, e para a definição de seus órgãos constitutivos. Permitimo-nos transcrever os dois primeiros artigos do novo regimento, aprovado pelo C.I.D., e que descreve os seus objetivos universitários e científicos atuais:

Artigo 1º — O Centro de Estudos Judaicos (C.E.J.) define-se como Centro Interdepartamental junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Artigo 2º — O Centro de Estudos Judaicos (C.E.J.) tem como propósito:

- a) Incentivar em nível universitário, o estudo da herança judaica, em suas manifestações culturais, artísticas, literárias e científicas;
- b) Colaborar com a F.F.L.C.H., na promoção da vinda de professores, brasileiros e estrangeiros, a fim de participar das atividades de Graduação e Pós-Graduação, obedecidas as normas regulamentares, bem como de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização em estudos judaicos;
- c) Difundir as expressões da cultura judaica e informar sobre problemas culturais judaicos da atualidade por meio de cursos, conferências e publicações;
- d) Organizar, orientar e patrocinar pesquisas;
- e) Estabelecer e manter intercâmbio cultural com instituições acadêmicas, em Israel, no Brasil e nos países onde existam centros de estudos judaicos;
- f) Estimular a concessão de bolsas de estudos judaicos no Brasil, em Israel e nos países onde existam possibilidades de especialização em tais estudos;
- g) Colaborar com a F.F.L.C.H. na manutenção da biblioteca, arquivos e laboratórios para o estudo da língua hebraica, bem como de outros recursos adequados para o bom desempenho de suas atividades.

- § 1º — A fim de alcançar os objetivos discriminados no presente artigo o C.E.J. além de projetos próprios desenvolvidos por seus órgãos de pesquisa, poderá efetuar acordos com entidades públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, bem como estabelecer convênios com órgãos da U.S.P., no espírito das letras a, b e f, sempre que respeitarem as normas estatutárias da U.S.P.
- § 2º — Para atender seus propósitos e indo ao encontro do item 11 do convênio de cooperação entre a U.S.P. e o Ministério das Relações Exteriores, o C.E.J. encontrar-se-á com a Coordenadoria de Atividades Culturais — CODAC — oferecendo seus programas de atividades a este órgão e com ele se relacionando em assuntos comuns.

Desde a sua aprovação, o Centro Interdepartamental ficou vinculado aos Departamentos de Lingüística e Línguas Orientais, Filosofia, História, Geografia e Ciências Sociais, o que permitiu a ampliação e o enriquecimento de suas atividades.

Poderíamos alongar-nos muito mais a respeito do papel e da contribuição do Prof. Eurípedes Simões de Paula para a criação do Centro de Estudos Judaicos, mas parece-nos suficiente recordar estes poucos elementos acima mencionados, para termos uma idéia do quanto devemos a ele e do quanto a sua perda nos aflige.

*

UMA GRANDE REALIZAÇÃO: A "REVISTA DE HISTÓRIA"

Odilon Nogueira de Matos

Em a nota de abertura do presente fascículo citei a **Revista de História** como sendo uma das duas grandes realizações de Eurípedes Simões de Paula que de perto acompanhei e que, inequivocamente, veio a constituir seu maior legado. Para mim, é particularmente grato recordar o seu início. Foi em fins de 1949 ou já em princípios de 1950, a data exata pouco importando no caso. Simões de Paula ocupava interinamente a diretoria da Faculdade de Filoso-

- § 1º — A fim de alcançar os objetivos discriminados no presente artigo o C.E.J. além de projetos próprios desenvolvidos por seus órgãos de pesquisa, poderá efetuar acordos com entidades públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, bem como estabelecer convênios com órgãos da U.S.P., no espírito das letras a, b e f, sempre que respeitarem as normas estatutárias da U.S.P.
- § 2º — Para atender seus propósitos e indo ao encontro do item 11 do convênio de cooperação entre a U.S.P. e o Ministério das Relações Exteriores, o C.E.J. encontrar-se-á com a Coordenadoria de Atividades Culturais — CODAC — oferecendo seus programas de atividades a este órgão e com ele se relacionando em assuntos comuns.

Desde a sua aprovação, o Centro Interdepartamental ficou vinculado aos Departamentos de Lingüística e Línguas Orientais, Filosofia, História, Geografia e Ciências Sociais, o que permitiu a ampliação e o enriquecimento de suas atividades.

Poderíamos alongar-nos muito mais a respeito do papel e da contribuição do Prof. Eurípedes Simões de Paula para a criação do Centro de Estudos Judaicos, mas parece-nos suficiente recordar estes poucos elementos acima mencionados, para termos uma idéia do quanto devemos a ele e do quanto a sua perda nos aflige.

*

UMA GRANDE REALIZAÇÃO: A "REVISTA DE HISTÓRIA"

Odilon Nogueira de Matos

Em a nota de abertura do presente fascículo citei a **Revista de História** como sendo uma das duas grandes realizações de Eurípedes Simões de Paula que de perto acompanhei e que, inequivocamente, veio a constituir seu maior legado. Para mim, é particularmente grato recordar o seu início. Foi em fins de 1949 ou já em princípios de 1950, a data exata pouco importando no caso. Simões de Paula ocupava interinamente a diretoria da Faculdade de Filoso-

fia da Universidade de São Paulo, essa mesma diretoria para a qual seria eleito daí a alguns meses e na qual permaneceria durante oito anos de fecunda e heróica administração, para a qual retornaria em outras ocasiões difíceis e na qual se encontrava novamente ao falecer em fins de 1977. Como secretário da instituição, tinha com ele contacto diário. Uma tarde, já ao encerrar-se o expediente, na costumeira indagação de diretor para secretário, perguntou-me se não havia algum papel para despacho. Milagre dos milagres, naquele dia não havia ! Convidou-me então o “velho” amigo e companheiro a dar-lhe uma mãozinha na correção das provas do primeiro número da revista que ele idealizara e realizara à custa de uma dedicação sem par e sobre a qual, meses antes, havíamos conversado demoradamente enquanto descíamos a escadaria da velha Escola Normal da Praça da República, em cujo terceiro andar estava, então, instalada a Faculdade de Filosofia. Agora, já em novas instalações da Rua Maria Antônia, víamos a tão sonhada **Revista de História** tomar corpo.

Embora na época estivesse inteiramente afastado do magistério, apenas ocupando relevante cargo administrativo na Faculdade de Filosofia, teve o diretor da **Revista de História** a nímia gentileza de incluir meu nome entre os ilustres componentes de sua comissão de redação. Minha colaboração para esse primeiro número havia sido bem pequena: apenas um ligeiro artigo sobre a Revolução Praieira de 1848, escrito mais com o objetivo de chamar a atenção para alguns pontos de vista expendidos pelo historiador pernambucano Amaro Quintas num trabalho elaborado como tese de concurso, portanto de publicação restrita e apenas muito mais tarde divulgado em edição comercial. Em números subsequentes colaborei mais algumas vezes, sempre com trabalhos modestos, às vezes simples resenhas bibliográficas, mas, apesar disto, a gentileza de Simões de Paula persistiu fazendo com que meu nome continuasse figurando na contracapa da revista, o que me valeu, diga-se de passagem, excelente credencial, como tive a prova em mais de uma ocasião.

Desde o início, fiel ao programa exposto naquele primeiro número publicado em março de 1950, duas características constituíram a dominante na orientação impressa à revista: seu caráter eclético, que a levou a interessar-se por todas as áreas da cultura histórica e o espírito aberto que a levou sempre a abrir suas páginas a qualquer colaboração julgada de interesse, embora às vezes de valor muito desigual, como não poderia deixar de ser, e independentemente de ideologias ou cores políticas ou religiosas de seus signatários. Lembro-me de que certa vez o saudoso Professor Émile G. Léonard, que havia elaborado extenso trabalho sobre o Protestantismo no Brasil, perguntou-me se a

Revista de História acolheria em suas páginas o alentado trabalho. Não havia sequer conversado com Eurípedes, mas, conhecendo-o bem, julguei-me autorizado a dar ao grande historiador francês uma resposta afirmativa. Realizados os necessários entendimentos com o diretor da revista, foi o extenso estudo de Leónard publicado ao longo de doze ou treze números. Outros casos como esse poderiam ser citados.

O Programa com que a **Revista de História** apresentou-se ao público é bem significativo quanto aos propósitos da publicação: “O seu objetivo precípua é oferecer aos estudiosos uma oportunidade de divulgação sistemática e mais ou menos ampla dos trabalhos e das pesquisas que o amor ao estudo e a dedicação ao magistério universitário propiciam e orientam. Mas a **Revista** quer também outra finalidade: quer ser o traço-de-união entre a Faculdade e os professores de História do ensino normal e secundário. Para isso pretende fornecer-lhes bibliografias sempre atualizadas, interpretações novas de fatos históricos em geral, resenhas críticas de obras recentes, comentários desapassionados à margem de assuntos controvertidos e documentos antigos devidamente estudados. Tudo, enfim, quanto possa obviar, em parte, as naturais deficiências das bibliotecas existentes no interior do Estado”.

E com aquela modéstia que sempre o caracterizou: “Escusado será dizer que não pretendemos, de forma alguma, competir com as publicações especializadas já existentes no país e, principalmente, com as que se dedicam aos estudos de História Pátria; pretendemos, isto sim, merecer um modesto lugar entre elas, dando publicidade a trabalhos que provavelmente não poderiam ser acolhidos em suas páginas, à vista das exigências muito razoáveis da especialização, às quais devem subordinar-se.

Compreendendo a História como ciência do homem, segundo o conceito de Lucien Febvre, estamos certos de que não nos faltará também o apoio de quantos, no âmbito universitário ou fora dele, cuidem de assuntos de fundo histórico. A largueza de nosso campo de ação permitirá, sem dúvida, o acolhimento de trabalhos de quaisquer setores da História: econômico, social, político, religioso, literário, filosófico e científico.

Para sintetizar tão largo programa, precisávamos, evidentemente, para a nossa revista de um designativo capaz de afastar desde logo qualquer preocupação restritiva. E foi graças à gentileza do nosso eminente colega, Prof. Fidelino de Figueiredo, que pudemos satisfazer inteiramente nossos desejos, adotando a denominação **Revista de História**. Consentiu o ilustre professor que retomássemos o prestigioso título de uma sua antiga publicação

(1 912 – 1 928), e nós, congratulando-nos com isso, tomá-la-emos como modelo da nossa, pondo desde já ao serviço de todos os Homens de Boa Vontade, a nova **Revista de História**”.

“Precisa-se dizer mais ?” indagou o Prof. Dr. José Sebastião Witter ao comentar esse programa no excelente artigo que publicou em **Ciência e Cultura**, pouco após o falecimento de Eurípedes Simões de Paula. Creio que, de fato, não se precisa dizer mais nada para conhecer o espírito e os propósitos que orientaram Simões de Paula ao produzir durante mais de um quarto de século aquela que se tornou sua maior obra: a **Revista de História**. O programa do número inicial foi fielmente cumprido no seu espírito e nos seus propósitos. Suas páginas foram sempre franqueadas a todos os estudiosos que tivessem o que publicar, longe de ser, como de comum acontece em casos similares, uma publicação fechada, restrita aos amigos e colegas do Departamento. Ao contrário, muitos e muitos volumes foram publicados sem uma colaboração sequer do próprio Departamento de História. E com grande frequência de colaboradores estrangeiros, pois a revista alcançou desde logo projeção internacional, recebendo valiosas contribuições dos mais diversos países. E a revista que seu criador, com incrível modéstia, dizia não pretender competir com outras publicações similares do país, mas apenas merecer “um modesto lugar entre elas”, afirmou-se desde logo como a mais importante publicação no gênero existente no Brasil e uma das mais importantes do mundo, ombreando-se, isto sim, com antigas e prestigiosas revistas européias ou norte-americanas. Os 112 números publicados (os dois últimos, infelizmente, não chegaram a ser vistos por Eurípedes, que os deixara prontos para a impressão) revelam a mais variada gama de interesses em torno do que pode servir aos estudos históricos. Tal como foi prometido no programa do número inicial, em março de 1 950...

Mais ainda: como complemento à sua tarefa, criou Eurípedes Simões de Paula uma coleção especial — denominada simplesmente **Coleção da Revista de História** — reunindo separatas dos trabalhos mais volumosos primeiramente publicados nas páginas da revista. Com o tempo, a coleção passou a acolher também trabalhos não necessariamente publicados na revista, como os diversos volumes dos **Anais dos Simpósios da Associação Nacional dos Professores Universitários de História** (do quarto ao oitavo simpósio), num total de doze alentados tomos. Consta a **Coleção Revista de História** de mais de setenta volumes, cujos títulos o leitor encontrará após esta nota.

Com a morte de Eurípedes Simões de Paula, a **Revista de História** passará a ser editada, segundo estou informado, pelo próprio Departamento

de História da Universidade de São Paulo. É grande a herança e maior ainda a responsabilidade. Mas, integrado por elementos do mais alto valor nos mais variados setores da cultura histórica, espera-se que o Departamento de História prosiga na tarefa que lhe foi legada e possa fazer com que a obra de Simões de Paula não pereça, que ela continue circulando com a periodicidade e a regularidade com que nos habituamos nos 27 anos em que seu grande fundador esteve à sua frente.

*

COLEÇÃO REVISTA DE HISTÓRIA

(Obs.: Houve alguns enganos na numeração dos volumes da coleção. Assim, por exemplo, dois volumes receberam o nº 27, e outros dois o nº 40. Excusas pelas lacunas, pois o pedido de informações que a respeito dirigimos à secretaria da Revista, infelizmente não foi atendido).

1. J. Cruz Costa — Augusto Comte e as origens do Positivismo. (1 951).
2. Lívio Teixeira — Nicolau de Cusa: estudo dos quadros históricos em que se desenvolveu o seu pensamento e análise dos livros I e II do “De Docta Ignorantia” (1 951).
3. Gustavo de Freitas — A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1 951).
4. Pedro Moacyr Campos — A idealização de Roma e sua aceitação pelos cristãos (1 952).
5. Raul de Andrada e Silva, Odilon Nogueira de Matos e Pasquale Petrone: A Evolução Urbana de São Paulo (1 955).
6. Osmani Emboaba — História da Fundação de Ribeirão Preto (1 955).
7. José van den Besselaar — Introdução aos Estudos Históricos (1 955).
8. Vitorino Magalhães Godinho — O Mediterrâneo Saariano e as caravanas do ouro (1 956).
9. Otto A. Piper — A Interpretação Cristã da História (1 957).
10. José van den Besselaar — As interpretações da História, através dos séculos, vol. I (1 958).
11. Álvaro da Veiga Coimbra — Noções de Numismática, vol. I (1 958).
12. Tomás Oscar Marcondes de Sousa — Algumas achegas à história dos descobrimentos marítimos (1 958).
13. José van den Besselaar — As interpretações da História através dos séculos, vol. II (1 958).
14. Myriam Ellis — Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (1 958).

de História da Universidade de São Paulo. É grande a herança e maior ainda a responsabilidade. Mas, integrado por elementos do mais alto valor nos mais variados setores da cultura histórica, espera-se que o Departamento de História prosiga na tarefa que lhe foi legada e possa fazer com que a obra de Simões de Paula não pereça, que ela continue circulando com a periodicidade e a regularidade com que nos habituamos nos 27 anos em que seu grande fundador esteve à sua frente.

*

COLEÇÃO REVISTA DE HISTÓRIA

(Obs.: Houve alguns enganos na numeração dos volumes da coleção. Assim, por exemplo, dois volumes receberam o nº 27, e outros dois o nº 40. Excusas pelas lacunas, pois o pedido de informações que a respeito dirigimos à secretaria da Revista, infelizmente não foi atendido).

1. J. Cruz Costa — Augusto Comte e as origens do Positivismo. (1 951).
2. Lívio Teixeira — Nicolau de Cusa: estudo dos quadros históricos em que se desenvolveu o seu pensamento e análise dos livros I e II do “De Docta Ignorantia” (1 951).
3. Gustavo de Freitas — A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1 951).
4. Pedro Moacyr Campos — A idealização de Roma e sua aceitação pelos cristãos (1 952).
5. Raul de Andrada e Silva, Odilon Nogueira de Matos e Pasquale Petrone: A Evolução Urbana de São Paulo (1 955).
6. Osmani Emboaba — História da Fundação de Ribeirão Preto (1 955).
7. José van den Besselaar — Introdução aos Estudos Históricos (1 955).
8. Vitorino Magalhães Godinho — O Mediterrâneo Saariano e as caravanas do ouro (1 956).
9. Otto A. Piper — A Interpretação Cristã da História (1 957).
10. José van den Besselaar — As interpretações da História, através dos séculos, vol. I (1 958).
11. Álvaro da Veiga Coimbra — Noções de Numismática, vol. I (1 958).
12. Tomás Oscar Marcondes de Sousa — Algumas achegas à história dos descobrimentos marítimos (1 958).
13. José van den Besselaar — As interpretações da História através dos séculos, vol. II (1 958).
14. Myriam Ellis — Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (1 958).

15. Álvaro da Veiga Coimbra – Noções de Numismática, vol. II (1 958).
16. Nícia Vilela Luz – Aspectos do Nacionalismo Econômico Brasileiro (1 959).
17. Carlos Lopes de Matos – Um Capítulo da História do Tomismo (1 959).
18. Álvaro da Veiga Coimbra – Noções de Numismática, vol. III (1 959).
19. Antônio Paulino de Almeida – Memória histórica sobre São Sebastião (1 959).
20. Eulália Maria Lahmeyer Lobo – Caminhos de Chiquitos às Missões Guaranis de 1 690 a 1 718 (1 959).
21. Álvaro da Veiga Coimbra – Noções de Numismática, vol. IV (1 959).
22. Edmundo M. Genofre – Rivalidades das casas reinantes hispano-lusas na divisão do Mar Oceano, conquista da América e apossamento do Brasil (1 960).
23. D. João Mehlmann, OSB – História da Palestina nos tempos do Novo Testamento, vol. I (1 961).
24. Álvaro da Veiga Coimbra – Nações de Numismática, vol. V (1 961).
25. Josué Callander dos Reis – Noções da Arte da Armaria (1 962).
26. Antônio Paulino de Almeida – Memória Histórica sobre Cananéia, vol. I (1 963).
27. Álvaro da Veiga Coimbra – Noções de Numismática, vol. VI (1 966).
27. Tomás Oscar Marcondes de Sousa – Novas achegas à história dos descobrimentos marítimos (1 963).
28. Antônio Paulino de Almeida – Memória histórica sobre Cananéia, vol. II (1 966).
29. D. João Mehlmann, OSB – História da Palestina nos tempos do Novo Testamento, vol. II (1 966).
30. Joaquim Barradas de Carvalho – As fontes de Duarte Pacheco Pereira no “Esmeraldo De Situ Orbis” (1 968).
31. Anais do IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História (1 969).
32. Jorge Bertolaso Stela – A Bhagavad-Gita (1 970).
33. Índice do nº 41 a 80 da “Revista de História” (1 970).
- 34.
- 35/36. Anais do V Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, 2 vols. (1 971).(Obs.: Na capa do 2º volume, consta como volume nº 35, mas na página de rosto figura o nº 36.)
37. Manuel Nunes Dias – A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1 971).

- 38.
39. Joaquim Barradas de Carvalho – O descobrimento do Brasil através dos textos, vol. II (1 971).
40. Victor Valla – Os Estados Unidos e a influência estrangeira na economia brasileira (1 972).
40. Brasil Bandecchi – O Município no Brasil e sua função política (1 972).
41. Yvonne Dias Avelino – O Instituto da Naturalização.
42. Gentil A. Titon – A reforma da Província Franciscana da Imaculada Conceição (1 972).
- 43/45. Anais do VI Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, 3 vols.
46. História das Ciências (1 975)
47. Nachman Falbel – “De Reductione Artium ad Theologiam”, de São Boaventura (1 974).
48. Emanuel Soares da Veiga Garcia – Buenos Aires e Cádiz: contribuição ao estudo do comércio livre (1 974)
49. Aldo Janotti – Condicionismo sócio-cultural das origens do movimento universitário europeu: a singularidade do caso português (1 974).
50. José Sebastião Witter – Um estabelecimento agrícola da Província de São Paulo nos meados do século XIX.
51. Uacury de Assis Bastos – Os Jesuítas e seus sucessores (1 974).
52. O Ideal Republicano: Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo da Associação Nacional dos Professores Universitários de São Paulo (1 974).
- 53.
54. Maria Christina Russi da Matta Machado – Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste Brasileiro (1 974).
- 55/57. Anais do VII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, 3 vols.
58. Diário do General Couto de Magalhães, com introdução e notas de Brasil Bandecchi (1 975)
59. O Café: Anais do II Congresso de História de São Paulo (1 975).
60. Ricardo M. Gonçalves – Considerações sobre o culto de Amida no Japão Medieval (1 975).
61. Heródoto S. Barbeiro – O Diário do Tenente Preble: contribuição para o estudo do início das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e o Japão.
62. Carlos Marques Pinho – A macropolítica econômica e os sindicatos operários (1 976).

63. Simão Mathias — Cem anos de Química no Brasil (1 976).
- 64/66. Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, 3 vols, (1 976).
67. Diva Benevides Pinho — A atividade econômica cooperativa (1 976).
68. Silvestre Ferreira da Silva — Relação do sítio da Nova Colônia do Sacramento, com introdução e notas de Brasil Bandêcchi (1 977).
69. Victor Deodato da Silva — A legislação econômica e social consecutiva à Peste Negra de 1 348 e sua significação no contexto da depressão do fim da Idade Média (1 976).
- 70.
71. Dulce Helena Álvares Pessoa Ramos — Um exemplo de pesquisa bibliográfica como elemento de pesquisa pública: as teses americanas sobre o Brasil (1 977).
72. D. Martinho Johson, OSB — Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento (1 978).

*

BIBLIOGRAFIA DE EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

Muito escreveu Eurípedes Simões de Paula. Além de mais de sessenta trabalhos originais, entre livros, publicações avulsas, comunicações a congressos, conferências, artigos em revistas, deixou, ainda, como diretor e editor da **Revista de História** um número considerável de resenhas bibliográficas, editoriais, necrológicos, crônicas, notícias, notas circunstanciais, tudo a traduzir um labor incessante. Não há volume da **Revista de História** em que não apareçam as iniciais E.S.P. firmando escritos da mais variada natureza. Só as resenhas bibliográficas, alcançam a 150... O Prof. Dr. José Sebastião Witter, no já citado artigo de **Ciência e Cultura**, procedeu a um arrolamento de seus trabalhos originais. São os mesmos que aqui se indicam, com pequenas modificações e alterada apenas a distribuição. Enquanto Witter preferiu a ordem cronológica, ela aqui se apresenta pela sua natureza, dividida em 1) Livros; 2) Trabalhos avulsos; 3) Colaboração nos Simpósios da ANPUH; 4) Artigos na **Revista de História**; 5) Artigos em outras publicações.

1 — LIVROS:

1. **O comércio varegue e o Grão-Principado de Kiev**. 1 942. Apresentado originalmente como tese de doutoramento e depois publicado na cole-

de **Boletins** da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (série História da Civilização, nº 3).

2. **Marrocos e suas relações com a Ibéria na Antiguidade.** Tese de curso de cátedra. Livraria Martins, 1 946.
3. **Estudos Ibero-Atlânticos**, em colab. com Jean Gagé e Astrogildo Rodrigues de Melo. Col. **Boletins** da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (série História da Civilização, nº 2), 1 940. Nesse volume é de sua autoria a monografia intitulada **Tartesso e a rota do estanho**.

2 – AVULSOS

4. **O caiçara e a região de Itanhaém.** 1 934.
5. **A Pré-História.** 1 935.
6. **Os canais interoceânicos.** 1 936.
7. **Contribuição monográfica para o estudo das doutrinas sobre a população entre os gregos.** 1 936.
8. **A Segunda Fundação de São Paulo.** 1 936. Repr. em “Revista de História”, vol. 17. 1 954.
9. **As origens das corporações de ofício. As corporações em Roma.** 1 965. Monografia apresentada ao III Simpósio da ANPUH, incluída nos respectivos anais, bem como reproduzida na “Revista de História” (vol. 65), mas publicada primeiramente avulsa.

3 – COLABORAÇÃO NOS ANAIS DOS SIMPÓSIOS DA ANPUH

10. **História Antiga e Medieval, dois espíritos e duas especialidades: problemas que suscita a sua definição numa só cadeira.** Primeiro Simpósio, Marília, 1 961.
11. **As origens do latifúndio: da “villa” romana aos engenhos e fazendas do Brasil colonial.** Segundo Simpósio, Curitiba, 1 962. (Reprod. em “Revista de História”, nº 84, 1 970.)
As origens das corporações de ofício. As corporações em Roma. Terceiro Simpósio, Franca, 1 967. (Já arrolado entre os avulsos.)
12. **As origens da colonização romana.** Quarto Simpósio. Porto Alegre, 1 968.
13. **Contribuição ao estudo da difusão da seda no Império Romano.** Quinto Simpósio. 1 971.
14. **Algumas considerações em torno da escravidão em Roma: o problema dos libertos.** Sexto Simpósio. 1 973.

15. **A urbanização do Maghred como forma de sedentarização: a colonização romana na África do Norte.** Sétimo Simpósio, 1 974.
 16. **A propriedade rural no Baixo-Império romano** (em colaboração com Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula). Oitavo Simpósio. 1 976.
 17. **A técnica agrícola em Roma** (em co-autoria com Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula). Nono Simpósio. No prelo.
- 4 – COLABORAÇÃO NA “REVISTA DE HISTÓRIA” (excluídos os publicados anteriormente).
18. **Inventário de documentos inéditos de interesse para a História de São Paulo.** Nº 9 a 12. 1 952.
 19. **Revistas de História existentes em algumas bibliotecas de São Paulo.** Nº 14, 1 953.
 20. **Mensagem do Presidente João Teodoro à Assembléia Legislativa de 1 873.** Nº 17. 1 954.
 21. **Lucien Febvre.** Nº 28. 1 956.
 22. **As universidades medievais.** Nº 31. 1 957.
 23. **Alguns aspectos das relações do Ocidente com o Extremo-Oriente durante a Antiguidade e Idade-Média.** Nº 43. 1 960.
 24. **As origens remotas da Armênia.** Nº 43. 1 960.
 25. **O Infante D. Henrique e as responsabilidades do desastre de Tânger.** Nº 47. 1 961.
 26. **Bizâncio e a Primeira Cruzada.** Nº 48. 1 961.
 27. **As origens do Exército Brasileiro.** Nº 49. 1 962.
 28. **D. Dinis e a Reconquista.** Nº 50. 1 962.
 29. **As origens da medicina. A medicina no antigo Egito.** Nº 51. 1 962.
 30. **Introdução ao estudo da História da África.** Nº 52. 1 962.
 31. **A universidade de São Paulo e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.** Nº 54. 1 963.
 32. **Pequena nota sobre a incorporação de Neuchâtel à Suíça.** Nº 56. 1 963.
 33. **Hamurabi e seu código.** Nº 56. 1 963.
 34. **Alguns aspectos da economia medieval no Ocidente.** Nº 60. 1 964.
 35. **Algumas considerações em torno do XII Congresso Internacional de Ciências Hstóricas.** Nº 63. 1 965.
 36. **A marinha imperial e a unidade nacional.** Nº 66. 1 966.
 37. **A época de Dante.** Nº 67. 1 966.

38. **Relatório sobre o Colóquio Brasil-Japão.** Nº 67. 1 966.
 39. **Breve nota sobre o Curso de Estudos Orientais, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.** Nº 67. 1 966.
 40. **Algumas considerações em torno do VIII Congresso Internacional de História Marítima.** (em co-autoria com Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula). Nº 68. 1 966.
 41. **Alguns aspectos da influência armênia em Bizâncio.** Nº 69. 1 967.
 42. **Fidelino de Figueiredo e a renovação dos estudos históricos em Portugal.** Nº 70. 1 967
 43. **Segundo Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa.** Nº 71. 1 967.
 44. **O sarcófago do rei Ahiram de Biblos.** Nº 72. 1 967.
 45. **Breve nota sobre o II Colóquio Brasil-Japão** (em co-autoria com Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula). Nº 73. 1 968.
 46. **Biblos, o sarcófago do rei Ahiram e a origem do alfabeto.** 1 969.
 47. **Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a Historiografia Brasileira.** Nº 88. 1 971.
 48. **Relatório das atividades do Setor de Documentação do Departamento de História da Universidade de São Paulo.** Nº 93. 1 973.
- 5 – COLABORAÇÃO EM OUTRAS PUBLICAÇÕES.
49. **Cornélio Procópio e o povoamento do Norte do Paraná,** em “Geografia”, 1 936.
 50. **A nova concepção histórica da Idade Média,** em “Filosofia, Ciências e Letras”, nº 7, 1 940.
 51. **O comércio de Bizâncio com o Extremo-Oriente,** em “Filosofia, Ciências e Letras”, nº 8, 1 941.
 52. **A História e seu ensino na Faculdade,** em “Filosofia, Ciências e Letras”, nº 12. 1 952.
 53. **As lendas, as amazonas e a América,** em “Boletim de Estudos Históricos”, nº 2. Marília, 1 963.
 54. **A Pré-História e a origem do alfabeto,** em “Didática”, nº 1. Marília, 1 964.
 55. **A instalação do Museu de Arte e Arqueologia da Universidade de São Paulo,** em “Dédalo”, nº 1. 1 965.

56. **O Museu de Pré-História e Proto-História do Lácio**, em “Dédalo”, nº 1. 1 965.
57. **As relações do Ocidente com o Extremo-Oriente durante a Idade Média**, em “Anais do I Colóquio Brasil-Japão”, 1 967.
58. **A moeda e a circulação do ouro na Antiguidade e Idade-Média**, em “Anais da I Semana de Estudos Históricos”. Ponte Nova, 1 972.
59. **A FEB: tema para um historiador**, em “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, vol. 317. Rio de Janeiro, 1 977.

*

* *

AS CONSEQÜÊNCIAS DA INTRODUÇÃO DO CRISTIANISMO NA RÚSSIA

Em 989 Vladimiro volta para Kiev acompanhado por Ana e pelos dignitários e eclesiásticos bizantinos que a acompanharam a Cherson. Nas margens do Dnieper ele fez o batismo dos seus doze filhos e de toda a população da cidade que não era ainda cristã. O neófito fez também flagelar e precipitar no rio os ídolos eslavos e escandinavos que existiam na cidade e, em seu lugar, fez erigir igrejas de acordo com os modelos bizantinos. A nova religião propagou-se pacificamente ao longo de todas as rotas comerciais freqüentadas pelos varegues, com exceção de Novgorod, onde Vladimiro foi obrigado a empregar a força, o que vem provar mais uma vez que a cristianização da Rússia foi obra do comércio varegue com Bizâncio. Mas, nas regiões longínquas e selvagens, fora dessas rotas comerciais, o paganismo persistiu durante séculos, sem recuar diante da propaganda cristã, como entre os viatchichi e krivichi até o início do século XII e em Muron até o século XIII. Em muitas regiões, as antigas crenças não foram esquecidas e se amalgamaram com a nova religião, formando um todo supersticioso e esquisito.

Por outro lado, não devemos pensar que a conversão dos russos foi simples mudança de religião. O Cristianismo, tornando-se religião oficial do Estado e crença predominante, não se manifestava somente pela evangelização e pelo culto, mas também por grande número de novas instituições e ordenanças. Bizâncio organizou a igreja russa e sua hierarquia eclesiástica: o metropolitano russo, consagrado pelo patriarca de Constantinopla, tinha a sua residência em Kiev. As outras cidades receberam bispos — inicialmente foram criados cinco

56. **O Museu de Pré-História e Proto-História do Lácio**, em “Dédalo”, nº 1. 1 965.
57. **As relações do Ocidente com o Extremo-Oriente durante a Idade Média**, em “Anais do I Colóquio Brasil-Japão”, 1 967.
58. **A moeda e a circulação do ouro na Antiguidade e Idade-Média**, em “Anais da I Semana de Estudos Históricos”. Ponte Nova, 1 972.
59. **A FEB: tema para um historiador**, em “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, vol. 317. Rio de Janeiro, 1 977.

*

* *

AS CONSEQÜÊNCIAS DA INTRODUÇÃO DO CRISTIANISMO NA RÚSSIA

Em 989 Vladimiro volta para Kiev acompanhado por Ana e pelos dignitários e eclesiásticos bizantinos que a acompanharam a Cherson. Nas margens do Dnieper ele fez o batismo dos seus doze filhos e de toda a população da cidade que não era ainda cristã. O neófito fez também flagelar e precipitar no rio os ídolos eslavos e escandinavos que existiam na cidade e, em seu lugar, fez erigir igrejas de acordo com os modelos bizantinos. A nova religião propagou-se pacificamente ao longo de todas as rotas comerciais freqüentadas pelos varegues, com exceção de Novgorod, onde Vladimiro foi obrigado a empregar a força, o que vem provar mais uma vez que a cristianização da Rússia foi obra do comércio varegue com Bizâncio. Mas, nas regiões longínquas e selvagens, fora dessas rotas comerciais, o paganismo persistiu durante séculos, sem recuar diante da propaganda cristã, como entre os viatchichi e krivichi até o início do século XII e em Muron até o século XIII. Em muitas regiões, as antigas crenças não foram esquecidas e se amalgamaram com a nova religião, formando um todo supersticioso e esquisito.

Por outro lado, não devemos pensar que a conversão dos russos foi simples mudança de religião. O Cristianismo, tornando-se religião oficial do Estado e crença predominante, não se manifestava somente pela evangelização e pelo culto, mas também por grande número de novas instituições e ordenanças. Bizâncio organizou a igreja russa e sua hierarquia eclesiástica: o metropolitano russo, consagrado pelo patriarca de Constantinopla, tinha a sua residência em Kiev. As outras cidades receberam bispos — inicialmente foram criados cinco

episcopados na Rússia e depois mais dez — subordinados ao metropolitano de Kiev. Nesta cidade e em todas as outras dioceses foram fundadas igrejas e mosteiros cujo clero (secular e regular) estava diretamente subordinado a seus bispos e, através destes, ao metropolitano de Kiev. É interessante notar a grande influência bizantina no alto clero russo, pois entre os 23 metropolitanos de Kiev conhecidos — desde a conversão de Vladimiro até a conquista tártara do século XIII — encontramos 17 prelados bizantinos, 3 russos e 3 de origem desconhecida. O metropolitano russo, cousa que revela sua subordinação a Constantinopla, só podia ser julgado por motivo de faltas graves pelo patriarca bizantino e não pelo grão-príncipe de Kiev, o que, sem dúvida, lhe dava grande independência em face do poder principesco.

A conversão da Rússia, a organização da sua igreja e do seu clero, tiveram também repercussões na Igreja bizantina, pois devem ter contribuído para o aumento do seu prestígio e da sua área de jurisdição. Esse fato, sem dúvida, estimulou o patriarca a exigir para si maior liberdade em face do Papado. Sabemos também que o acordo entre as Igrejas de Roma e de Bizâncio, concluído em 898 e renovado em 920, tinha sido em geral observado e se a opinião da grande maioria dos membros das suas comunidades tivesse encontrado meio de exprimir-se, talvez o Cisma do Oriente pudesse ter sido evitado. Mas durante esse longo período, um dos mais sombrios para o poder do Papado, os patriarcas de Constantinopla, cuja influência crescera com os sucessos externos do Império, tinham ficado quase independentes de Roma. Longe de repudiar a tradição do patriarca Fócio, eles tinham continuado a manifestar sua hostilidade contra o uso do latim. Na aparência a paz prevaleceu, mas na realidade os defensores dos dois rituais eram inimigos secretos, pois outra cousa não podemos deduzir do fato dos missionários gregos que instruíram e batizaram Vladimiro na fé cristã, chamarem solícitamente sua atenção para o erro do emprego do latim e, com o fim de explicá-lo, chegaram à perfeição de inventar um verdadeiro romance, cheio de calúnias, tão odiosas quanto grosseiras. Esse estado de cousas perdurou até o rompimento definitivo de Miguel Cerulário (1054). Como vemos, a conversão dos russos contribuiu, ainda que muito indiretamente, para separação das duas Igrejas cristãs.

A Bíblia e outros livros canônicos, traduzidos outrora em eslavão por Cirilo e Metódio, foram transcritos no alfabeto cirílico aperfeiçoado, tornando-se assim mais acessíveis, por ser o eslavão língua que todos os eslavos compreendiam. Foram também criadas inúmeras escolas e iniciada a prática de copiar manuscritos raros, formando-se dessa maneira, paulatinamente,

uma literatura de base grega, tanto laica como religiosa. Logo após, começaram a surgir anais e crônicas indígenas, como a de **Nestor** e a de **Novgorod**.

O metropolitano, e o clero em geral, governavam e julgavam os que lhes estavam subordinados, da mesma maneira que os eclesiásticos bizantinos, baseando-se para isso em obras bizantinas, como a tradução do **Nomocanon**, que continha as leis canônicas dos Apóstolos e dos concílios ecumênicos e também as leis civis dos imperadores de Constantinopla. Outra obra usada, e que teve grande reputação entre os canonistas russos, foi a **Prochiron** ou **lex manualis**, promulgada entre 870 e 879 por Basílio I (867-886) e continuada por seu filho Leão VI, o Sábio (886-911). Esse manual tão simples consistia em textos que eram aplicados continuamente; eles estavam baseados nas traduções gregas e nos comentários das obras de Justiniano e formavam a sua primeira parte. Na segunda parte o **Prochiron** reproduzia as cláusulas da **Ecloga** e continha algumas inovações de Basílio.

A Igreja russa possuía terras que o clero e os mosteiros administravam à sua vontade, guiando-se pelas leis bizantinas e aplicando aos agricultores que faziam parte dos seus domínios as normas jurídicas de Bizâncio. Nestas condições, a Igreja russa exerceu uma autoridade jurídica considerável. Numa sociedade dividida em famílias, tribos, cidades, distritos, ela formou um grupo à parte, tendo seus súditos, seu direito e sua jurisdição. Essa comunidade eclesiástica englobava não somente o clero regular, os membros do clero secular e suas famílias, como também todo o pessoal das igrejas e das instituições por ela regidas, como hospitais e hospícios com todas as pessoas neles recolhidas (peregrinos, mendigos, inválidos, escravos, libertos por promessas de seus senhores etc.); ela compreendia também os que se tinham separado de suas comunidades de origem e, em consequência, perdido sua proteção (filhos iletrados de padres, mercadores arruinados etc.). De acordo com as prerrogativas outorgadas por Vladimiro e seus sucessores, a Igreja e toda a sua clientela eclesiástica era julgada em assuntos civis e criminais, não pelo príncipe, mas pelas autoridades religiosas. Por outro lado, todos os atentados à religião e aos costumes, assim como assuntos de família (discórdia entre esposos, conflitos entre pais e filhos etc.) eram da alçada da Igreja. Como esta se inspirava nos seus julgamentos, mais nas leis de Bizâncio do que nos usos e costumes locais, podemos fazer idéia de como a Igreja introduziu na Rússia as regras do direito bizantino e de como influiu posteriormente na sua legislação e na sua jurisprudência.

Anteriormente à introdução do Cristianismo na Rússia, o grão-príncipe de Kiev sempre se esforçara para unificar as tribos eslavas e formar

um único Estado, como também sempre pretendia estabelecer vantajosas relações comerciais com os países vizinhos e principalmente com Bizâncio, e também sempre procurara defender a Rússia dos seus inimigos externos. Mas com a nova fé sua posição mudou: o príncipe tornou-se não mais o servidor do Estado, mas sim, seu senhor. A Igreja contribuiu poderosamente para a unificação do território, como também para o desenvolvimento das novas funções do príncipe: administrador e juiz. Com efeito, o clero propagou a idéia do poder divino do príncipe — de acordo com o direito bizantino — mas ao mesmo tempo o obrigou a criar e a manter certa ordem social. Essas idéias contribuíram para transformar o embrionário Estado de Kiev em verdadeira monarquia principesca.

A arte russa inicialmente foi mera cópia da arte bizantina, mas logo começou a adquirir traços originais, oriundo em grande parte de influências orientais. Assim, a grande igreja de Santa Sofia, de Kiev, bizantina pela sua forma e mosaicos, possuía traços que a ligavam estreitamente às igrejas da Geórgia, principalmente à pequena igreja de Movki. Esse intercâmbio de idéias fez nascer pouco a pouco um estilo artístico russo original. É difícil dizer até onde essa civilização russa medieval, de origem bizantina, se difundiu nesse imenso país, então ainda não unificado, além do que a invasão tártara do século XIII entravou seu desenvolvimento, impregnando-a, porém, profundamente com seus usos e costumes, chegando mesmo a dar-lhe, às vezes, um aspecto inteiramente oriental. Mas, em todo o caso, podemos afirmar que, quando os grão-príncipes de Kiev queriam construir qualquer igreja, ou então desejavam adorná-las com mosaicos e obras de arte, era de Bizâncio que faziam vir os arquitetos, os artistas e pintores de ícones de que tinham necessidade. Sabemos, por outro lado, que a primeira igreja que Vladimiro mandou erigir foi dedicada a São Basílio e edificada numa colina onde antes existira um ídolo de **Perun**. Dessa época, possuímos ainda os alicerces do templo de Dsiatinnaya em Kiev, porque muitas das outras igrejas foram destruídas, principalmente pela invasão dos tártaros.

Notamos também uma curiosa influência bizantina na onomástica russa, principalmente na adoção de nomes de santos gregos. Assim, começam a aparecer grande número de pessoas com nomes de Alexandre, Sérgio, Nicolau, Miguel, João (Ivan), Jorge (Yuri), Teodoro (Feodor), Pedro (Piotr), Estêvão (Stepan), Maria, Marta (Marfa), Sofia, Irene, Natália, Teodora (Fedora), Ágata (Agáfia), Eufêmia (Ifêmia), Xênia etc.

Concluindo: a nova religião foi responsável na Rússia por imensas mudanças, pois introduziu novos poderes políticos e religiosos, novas leis e tribunais, novos usos e costumes, principalmente na família, suprimindo a

poligamia e as tradicionais vinganças pessoais. A Rússia medieval é, pois, na verdade, filha de Bizâncio.

(O Comércio Varegue e o Grão-Principado de Kiev , 79 — 84.)

*

ROMA E SUA CIVILIZAÇÃO NA TINGITÂNIA

Apesar das insurreições e incursões de mouros na Bética, obra dos nômades, a paz que Roma fez reinar em todo o Império beneficiou muitíssimo a Tingitânia, permitindo mantivesse esta com todas as regiões do **Mare Nostrum** e principalmente com a Ibéria, importantes relações comerciais. Essas relações permitiram também a eclosão duma magnífica civilização urbana na zona do litoral e nas planícies, pois durante quase dois séculos (de 42 até o reinado de Alexandre Severo, 222-235) não houve aí turbação grave e contínua da **pax romana**.

1. As relações comerciais da Tingitânia com o mundo romano

Temos absoluta certeza de relações comerciais entre a Mauritânia Tingitana e a Ibéria, principalmente com a Bética. Mas, se não possuímos provas de que os mouros iam comerciar diretamente na Europa, sabemos pelo menos que marinheiros e pescadores de Gades e de outros lugares da Ibéria freqüentavam os portos do atual Marrocos e suas costas atlânticas. Eles se aventuraram também, juntamente com os mercadores de púrpura da Getúlia, muito longe, ao longo da costa ocidental da África.

Juba, apesar de ser um sábio e um escritor, procurou obter grandes lucros com a instalação da indústria da púrpura nas ilhas de Mogador, aproveitando a abundância do múrice na costa da Mauritânia. Essa indústria constituirá, sem dúvida, um monopólio real, pois só assim se justifica o interesse pessoal do soberano por ela. Horácio, falando da qualidade da púrpura getula, gaba as vestimentas tintas duas vezes: “...**bis Afro murice** tinctae lanae...”

A púrpura da Getúlia foi objeto duma grande exportação para as outras regiões do Império. Infelizmente, não possuímos dados diretos sobre esse comércio, porque conhecemos de modo seguro somente alguma coisa da exportação desse produto da Tingitânia, através do movimento do porto de Cesaréia, que, como sabemos, estava situado na Mauritânia Cesariana. Esse porto tinha um comércio intenso com a Ibéria. Tanto é assim, que as cidades que mais importavam mercadorias da Mauritânia eram precisamente Gades, Cartagena e

poligamia e as tradicionais vinganças pessoais. A Rússia medieval é, pois, na verdade, filha de Bizâncio.

(O Comércio Varegue e o Grão-Principado de Kiev, 79 – 84.)

*

ROMA E SUA CIVILIZAÇÃO NA TINGITÂNIA

Apesar das insurreições e incursões de mouros na Bética, obra dos nômades, a paz que Roma fez reinar em todo o Império beneficiou muitíssimo a Tingitânia, permitindo mantivesse esta com todas as regiões do **Mare Nostrum** e principalmente com a Ibéria, importantes relações comerciais. Essas relações permitiram também a eclosão duma magnífica civilização urbana na zona do litoral e nas planícies, pois durante quase dois séculos (de 42 até o reinado de Alexandre Severo, 222-235) não houve aí turbação grave e contínua da **pax romana**.

1. As relações comerciais da Tingitânia com o mundo romano

Temos absoluta certeza de relações comerciais entre a Mauritània Tingitana e a Ibéria, principalmente com a Bética. Mas, se não possuímos provas de que os mouros iam comerciar diretamente na Europa, sabemos pelo menos que marinheiros e pescadores de Gades e de outros lugares da Ibéria freqüentavam os portos do atual Marrocos e suas costas atlânticas. Eles se aventuraram também, juntamente com os mercadores de púrpura da Getúlia, muito longe, ao longo da costa ocidental da África.

Juba, apesar de ser um sábio e um escritor, procurou obter grandes lucros com a instalação da indústria da púrpura nas ilhas de Mogador, aproveitando a abundância do múrice na costa da Mauritània. Essa indústria constituirá, sem dúvida, um monopólio real, pois só assim se justifica o interesse pessoal do soberano por ela. Horácio, falando da qualidade da púrpura getula, gaba as vestimentas tintas duas vezes: “...**bis Afro murice tinctae lanae...**”

A púrpura da Getúlia foi objeto duma grande exportação para as outras regiões do Império. Infelizmente, não possuímos dados diretos sobre esse comércio, porque conhecemos de modo seguro somente alguma coisa da exportação desse produto da Tingitânia, através do movimento do porto de Cesaréia, que, como sabemos, estava situado na Mauritània Cesariana. Esse porto tinha um comércio intenso com a Ibéria. Tanto é assim, que as cidades que mais importavam mercadorias da Mauritània eram precisamente Gades, Cartagena e

Tarragona, cousa aliás muito natural, em virtude da proximidade existente entre Marrocos e a Ibéria. E a prova da interpenetração comercial entre as duas regiões está no fato de as cidades de Gades e Cartagena solicitarem a Juba a aceitação, por um ano, da sua mais alta magistratura, e no fato, bem característico, dos arqueólogos encontrarem grande número de moedas da África nessas cidades (e inversamente), além de inscrições dedicadas a Juba.

Com a Itália, Cesaréia mantinha comércio bem concorrido, como provam os restos de vasos vermelhos chamados *arretinos*, cobertos com um verniz brilhante e com imagens em relevo, oriundos de Arretium (Arezzo, na Toscana), pois eles conservam ainda as marcas de fábrica bem visíveis. Esse comércio durou de 40 a.C. a 60 da nossa era, mais ou menos. Algumas fábricas de cerâmica da Campânia exportaram também seus produtos para Cesaréia. Vasos iguais a esses, mas originários da Gália (da região de Rouarge), são encontrados igualmente em Cesaréia; parece que penetraram na África do Norte entre o reinado de Tibério e o fim do I século. Nesses locais são encontradas muitas moedas provenientes da África e vice-versa.

Sabemos muito pouca cousa sobre as vias romanas da Tingitânia. As colônias fundadas por Augusto nessa região estavam ligadas aos portos marítimos e talvez também entre si. Conhecemos, mas em época posterior à desse imperador, a existência de vias romanas entre Tingis, Sala (Chela) e Ad Mercurium, assim como entre Tingis e Volubilis. Mas é interessante ressaltar que essas cidades estavam mais ligadas à Ibéria, que lhes ficava bem próxima, do que às outras províncias do norte da África. As comunicações por terra com as regiões vizinhas não foram sempre contínuas, mesmo no III e IV séculos, quando a rede das vias romanas atingiu seu desenvolvimento máximo, porque o desfiladeiro de Taza foi ocupado várias vezes pelos nômades, antes de lhes cair definitivamente em mãos. A prova disso está em que se ia de Tingis a Porto Magno, na Cesaréia, somente por mar. Essa solução de continuidade nas comunicações terrestres explica-se também pela grande facilidade e segurança dos transportes marítimos. Além disso, muitos dos rios da Berbéria eram navegáveis e por eles as cidades do interior se comunicavam com o litoral. A navegação era também muito ativa na costa norte da África, onde abundavam o peixe e o múrice.

As cidades da costa ocidental da Tingitânia tinham laços estreitos com as cidades da costa ibérica. Tanto isso é verdade, que Tingis estava ligada a Belo por um serviço regular de transportes marítimos — apesar da distância entre elas ser de trinta milhas mais ou menos — acontecendo o mesmo entre Lixo e Gades. O tio de Columela encontrou carneiros da África em navios

de certos *munerarii*, exportadores de animais ferozes destinados aos jogos circenses. Siga, na Cesariana, comunicava-se da mesma maneira com Málaga, que Estrabão e Plínio chamam de “mercado dos nômades da outra margem.”

Existe também um grande número de inscrições assinalando a presença de espanhóis na África e de africanos na Espanha. Assim é que um cidadão de Cesaréia residia em Tarraco e que um espanhol da Bética, enterrado naquela cidade, deixou um epitáfio em que revela sua origem: **Baetica me genuit tellus.**

Mas apesar desse comércio intenso com a Itália e principalmente com a Ibéria, e não obstante a fundação de colônias romanas ao longo do litoral e no interior, a Mauritània foi sempre uma região mal conhecida pelos escritores gregos e latinos.

2. As colônias romanas e a civilização urbana

A influência de Roma se fez sentir na Tingitânia principalmente nas cidades, quase todas situadas no litoral. Essa influência foi mais intensa nas colônias romanas fundadas — algumas em antigas cidades púnicas — depois da vitória de Otávio. De fato, este criou uma dezena de colônias, mas não as menciona no relatório oficial do seu reinado, porque não foram fundadas em província romana, pois nessa época (entre 33 e 25 a.C.) a Mauritània estava dependente de Augusto, numa situação toda especial. Com a instalação do reino de Juba II, seria difícil supormos a criação de novas colônias romanas num reino estrangeiro, ainda que dependente de Roma.

Mas não foram somente as colônias e as cidades marítimas os focos de romanização da Tingitânia. Volubilis, que dominava uma extensa planície, tornou-se o centro mais ativo e florescente dessa região, principalmente após a época de Septímio Severo (193-211), que parece tê-la visitado. Isso não quer dizer que ela não tivesse sido antes uma cidade importante, pois segundo a opinião de Carcopino, Volubilis foi uma das residências reais de Juba e depois se tornou, temporariamente, a sede do governo romano na Tingitânia. Em todo o caso, Volubilis foi a sede dum município romano, criado na época de Cláudio, em substituição a uma próspera cidade indígena. Hoje ela apresenta ruínas imponentes, chamadas pelos indígenas de Ksar Faraun (Castelo dos Faraós). De suas escavações, podemos concluir que era uma cidade que podia conter uma população urbana de 15 a 20 mil habitantes. Foram exumados das ruínas o arco de Caracala, ruas, casas, lugares; foi descoberto o fórum com sua basílica, suas estátuas e sua tribuna; foram encontrados também belos mosaicos, objetos de arte, como o famoso cão de bronze, um efebo em bronze (bela

cópia dum original grego do V século a.C.) e uma cabeça de mármore na qual se pretende reconhecer os traços dum jovem bérbere.

Devemos dizer, entretanto, em abono da verdade, qua a civilização romana na Tingitânia foi menos brilhante que em qualquer outra província da África do Norte, pois as ruínas de Cesaréia, de Lambessa, de Thebeste etc., são muito mais ricas. Não vemos aí também a magnífica eclosão das artes, das ciências e das letras, — que só com o Cristianismo adquiriram certo brilho na Tingitânia — que fizeram da Bética, depois de Trajano, a mais romanizada das províncias do Império, pois não encontramos nem em Tingis, nem em Volubilis, as mesmas provas de vida intelectual. Como explicar esse fato, sendo as duas províncias tão próximas uma da outra? Pensamos que a resistência dos indígenas das zonas montanhosas, o acantonamento dos romanos e dos romanizados nas cidades do litoral, assim como a distância que separa Marrocos de Roma — mesmo sem levar em conta que ela foi a última província conquistada no Extremo-Occidente do Mediterrâneo — explicam sobejamente porque na Tingitânia encontramos a civilização romana mais atenuada. Mas em todo o caso, a Bética foi de todas as províncias do Império Romano, a que mais fez sentir sua influência na Tingitânia. Temos a prova disso na escultura e na arquitetura, pois existe uma semelhança notável entre certos capitéis e estátuas da Tingitânia e da Espanha.

Essa civilização urbana, oriunda de Roma, encontrou uma base fenício-púnica. E não podia deixar de ser assim, pois as antigas colônias fenícias e cartaginesas foram fundadas ao longo do litoral e os indígenas adotaram os usos e costumes semitas, ficando o interior quase imune desse contacto. Sabemos também que as cidades indígenas fundadas depois do domínio cartaginês, portanto em pleno período romano, conservaram curiosamente os quadros e as instituições púnicas, como, por exemplo, Volubilis. Isso vem mostrar que foi no interior de Marrocos que a civilização púnica penetrou por último e por isso mesmo foi aí o seu derradeiro reduto. O mesmo acontecerá com o cristianismo, na época romana.

A Tingitânia foi antes de mais nada uma província militar e seu exército de ocupação protegia a Bética e a Cesariana, mais romanizadas, do ataque dos nômades. Esse exército foi recrutado depois dos Antoninos, na sua maioria, entre os próprios indígenas, acontecendo o mesmo com a administração. Portanto, o caso da Tingitânia é bem diferente do das outras províncias do Império, onde a agricultura pôde tomar grande incremento. Na Tingitânia, cada

cidade era um centro de romanização com uma guarnição permanente, mas possuindo pouca indústria e pequeno comércio de cereais.

A partir da época de Aureliano (270-275), portanto em pleno III século, as cidades da Tingitânia estavam fortificadas e não possuíam território maior que vinte e cinco hectares. Toda cidade que passasse desse limite devia criar uma colônia. Temos um exemplo disso na fundação de Tocolosida por Volubilis, em 204 mais ou menos, segundo as inscrições. Esse fato explica porque havia tantas cidades no triângulo Tingis-Volubilis-Sala. Essa aglomeração de cidades num pequeno território, foi prejudicial à Tingitânia, porque as crises políticas e sociais do Império repercutiram aí duma maneira intensa, facilitando assim a tarefa das tribos insubmissas, que sempre atacaram os sedentários romanizados, defendidos pelas muralhas da cidade.

Podemos medir, de maneira concreta, até onde a romanização, sob a forma urbana, penetrou em Marrocos. Basta observarmos a localização do **limes** que defendia o sedentário romanizado do nômade insubmisso. Na Tingitânia esse **limes** passava ao sul de Sala no I século, mas já no III século os romanos possuíam apenas, **grosso modo**, o litoral ao sul de Rusadir. Esse recuo é consequência da introdução do camelo, pois esse animal deu ao nômade a velocidade e a mobilidade necessárias para atacar o sedentário no momento favorável, e a faculdade de retirar-se rapidamente, assim que sentia resistência encarniçada. Paralelamente ao recuo do **limes**, temos a expulsão dos etíopes das estepes do sul de Marrocos para o Sudão.

Após o III século, o domínio romano só se manteve nas cidades costeiras da Tingitânia e assim permaneceu até a conquista da África do Norte pelos vândalos, que dominaram também na zona do litoral, para, por sua vez, caírem exangues sob os golpes da reconquista de Justiniano, que não conseguiu recuperar o interior da Tingitânia.

A romanização da Tingitânia se processou, portanto, somente nas cidades. Daí, o contraste violento entre as populações urbanas e as populações nômades das montanhas, entre os costumes mais ou menos policiados e a barbárie ou a semibarbárie, quase imutáveis: essa oposição é um dos característicos mais particulares da história de Marrocos.

Finalizando, podemos concluir dizendo que Roma, conquistando todas as regiões ocidentais ribeirinhas do **Mare Nostrum**, procurou torná-las um prolongamento da Itália, introduzindo nelas sua civilização urbana. Na Tingitânia, ela só conseguiu seu intento parcialmente e assim mesmo através da

Ibéria. Esse fato é curioso, porque se a Proconsular foi uma das províncias mais romanizadas, a Tingitânia, como muito bem o disse Gsell, foi um **baluarte** da Espanha.

(*Marrocos e suas relações com a Ibéria na Antiguidade, 248 — 258.*)

*

O IV SÉCULO E A DECADÊNCIA DO IMPÉRIO

A respeito do IV século, os códigos legais revelam o completo controle estatal sobre o indivíduo. Não apenas algumas profissões, mas todas estão agora organizadas em **collegia** hereditários. Sabe-se, por exemplo, da existência de associações de estalajadeiros, pescadores, oleiros, cinzeladores etc. Havia organizações similares de funcionários públicos, de polícias, obreiros das oficinas têxteis do Estado, casas de cunhagem de moedas. Chegou-se ao cúmulo, em 406, de se proibir aos padeiros que se casassem fora de sua classe. E logo após o arrolamento de alguns **collegia**, como por exemplo, o dos **curiales**, tornou-se punição para a classe burguesa das cidades provinciais e pena para todos os que até então tivessem escapado à “incorporação”.

Nas cidades provinciais abaixo dos decuriões estavam os artesãos agrupados em corporações (**collegiati**). Estavam isentos do imposto de capitação (**capitatio**) que só incidia sobre a população rural, mas deviam, sem dúvida, prestar serviços gratuitos ao Estado (**corvéia**).

É dentro da plebe que devemos enquadrar os profissionais liberais como: médicos, advogados, professores, que não eram pessoas de fortuna, mas também não eram miseráveis. Desde o Alto-Império gozavam de imunidades que Constantino e seus sucessores houveram por bem manter. Beneficiavam-se sobretudo das longas férias dos tribunais e das escolas. Os professores e sobretudo os advogados podiam fazer uma bela carreira política.

Tanto a decadência da organização política do Império Romano como o despotismo crescente dos imperadores reflete-se no **status** social de todo o Império. As fontes de riqueza haviam diminuído de muito; a classe média acantoadada nas cidades foi desaparecendo em virtude da sujeição dos seus bens à magistratura exercida na Cúria; as classes pobres sofriam negra miséria, chegando mesmo, algumas vezes, a se sublevar, como o fizeram no fim do III século os camponeses da Gália.

Ibéria. Esse fato é curioso, porque se a Proconsular foi uma das províncias mais romanizadas, a Tingitânia, como muito bem o disse Gsell, foi um **baluarte** da Espanha.

(*Marrocos e suas relações com a Ibéria na Antiguidade*, 248 — 258.)

*

O IV SÉCULO E A DECADÊNCIA DO IMPÉRIO

A respeito do IV século, os códigos legais revelam o completo controle estatal sobre o indivíduo. Não apenas algumas profissões, mas todas estão agora organizadas em **collegia** hereditários. Sabe-se, por exemplo, da existência de associações de estalajadeiros, pescadores, oleiros, cinzeladores etc. Havia organizações similares de funcionários públicos, de polícias, obreiros das oficinas têxteis do Estado, casas de cunhagem de moedas. Chegou-se ao cúmulo, em 406, de se proibir aos padeiros que se casassem fora de sua classe. E logo após o arrolamento de alguns **collegia**, como por exemplo, o dos **curiales**, tornou-se punição para a classe burguesa das cidades provinciais e pena para todos os que até então tivessem escapado à “incorporação”.

Nas cidades provinciais abaixo dos decuriões estavam os artesãos agrupados em corporações (**collegiati**). Estavam isentos do imposto de capitação (**capitatio**) que só incidia sobre a população rural, mas deviam, sem dúvida, prestar serviços gratuitos ao Estado (*corvéia*).

É dentro da plebe que devemos enquadrar os profissionais liberais como: médicos, advogados, professores, que não eram pessoas de fortuna, mas também não eram miseráveis. Desde o Alto-Império gozavam de imunidades que Constantino e seus sucessores houveram por bem manter. Beneficiavam-se sobretudo das longas férias dos tribunais e das escolas. Os professores e sobretudo os advogados podiam fazer uma bela carreira política.

Tanto a decadência da organização política do Império Romano como o despotismo crescente dos imperadores reflete-se no **status** social de todo o Império. As fontes de riqueza haviam diminuído de muito; a classe média acantoadada nas cidades foi desaparecendo em virtude da sujeição dos seus bens à magistratura exercida na Cúria; as classes pobres sofriam negra miséria, chegando mesmo, algumas vezes, a se sublevar, como o fizeram no fim do III século os camponeses da Gália.

Algumas classes sociais estavam isentas dos serviços municipais. As imunidades podiam ser garantidas pela idade ou situação pessoal. Assim, as liturgias pessoais não eram impostas aos maiores de 70 anos, às mulheres, nem aos que tivessem cinco ou mais filhos vivos. Por outro lado, essas garantias não desobrigavam os portadores de **munera patrimoniorum** de executarem as suas obrigações. As isenções eram concedidas também em virtude de outros serviços públicos ao Estado. Sob essa categoria estavam compreendidas as seguintes classes: membros da nobreza imperial, oficiais ou funcionários dos escritórios e repartições estatais, **conductores** ou agentes empregados no recolhimento de taxas para o Estado, membros de alguns **collegia** como os **navicularii** e **centonarii** (bombeiros), de primordial importância, e os **coloni** ou locatários do Imperador nas suas propriedades. Os veteranos também gozavam de imunidades das liturgias pessoais, mas não das patrimoniais; os soldados em serviço ativo estavam isentos de todas as liturgias. Finalmente, os médicos e os mestres-escolas — com exceção dos professores elementares — estavam livres dos serviços pessoais. O mesmo privilégio era extensivo aos professores de Filosofia; mas, como todo filósofo autêntico, deviam desprezar as riquezas e se julgavam sujeitos às liturgias que cabiam às suas classes sociais.

Os serviços de utilidade pública para o Estado eram os que se beneficiavam da isenção os serviços municipais. Neste assunto é interessante verificar o que acontecia com as corporações e associações de proprietários de navios, mercadores e bombeiros. Esses **collegia**, inicialmente voluntários e agrupando gente da mesma profissão, paulatinamente foram sendo utilizados pelo Estado pela facilidade que este encontrava em mobilizá-los para o serviço de abastecimento, transporte de tropas e comissariado. Não é improvável que as isenções concedidas a seus membros fossem a resposta a protestos como o de proprietário de navios de Arrelate contra o uso excessivo dos seus serviços pelo Estado. Mas é necessário lembrar que o Estado não reconhecia ainda uma responsabilidade absoluta aos **collegia**. As inscrições eram concedidas a membros individuais das corporações e dava-se ênfase à necessidade das pessoas serem de **bona fide**, comerciantes ativos, proprietários de navios e bombeiros, antes de reclamarem o gozo de tais privilégios.

Como acabamos de ver, documentos de IV século nos podem dar uma idéia do estado das classes sociais do Império, cuja condição havia piorado muito. A camada inferior dessa sociedade era formada por escravos cuja condição melhorará um pouco, talvez devido à influência do Cristianismo. As outras classes, a artesanal, dos mercadores e dos proprietários de terras (pos-

sessores) continuavam como anteriormente. Quanto aos artesãos perderam eles a liberdade e ficaram ligados a um ofício hereditário, de tal maneira que o filho de um carpinteiro tinha de ser forçosamente carpinteiro. As corporações tornaram-se obrigatórias e o Estado fez pesar sobre elas o seu despotismo.

A hereditariedade das profissões surgiu porque toda a vida econômica do Império Romano se baseara na escravidão. Houve um grande transtorno quando esse material de trabalho diminuiu o seu efetivo. Conseqüentemente, disposições legislativas possibilitaram a eclosão de uma nova forma econômica. Sobre os escravos apoiava-se o trabalho no campo, nos estaleiros, nas oficinas. Ao diminuir gradativamente o seu número, aumentou espantosamente outra classe: a dos libertos, ex-escravos que tinham conseguido a alforria. Esses libertos passaram a engrossar os quadros dos artesãos e constituíram uma classe intermediária, dado o preconceito contra o trabalho manual na Antiguidade, que era considerado como mister de escravos.

Todavia, os que trabalhavam num mesmo ofício reuniam-se em sociedades cuja importância foi crescendo, a ponto de ser reconhecida pelo Estado, que lhes outorgava o direito de corporação reconhecendo-lhes capacidade jurídica. Porém, em lugar de implantar uma economia baseada no trabalho livre, empregou o Império Romano meio completamente diverso com a obrigação e sujeição das profissões.

Diante da realidade que o despovoamento fazia cada vez mais acentuar os seus efeitos, principalmente nos encargos de manutenção do exército e da burocracia, o imperador Maxêncio (305-312) sentiu-se obrigado a introduzir o princípio da hereditariedade das profissões. De início para os que se ocupavam com o comércio do trigo e da carne, dispositivo que posteriormente se estendeu aos demais ofícios. As corporações, antes livres, eram agora obrigatórias. Quanto maior era o peso dos encargos, tanto mais provocava o desgosto pelo trabalho e, do outro lado, a tendência para fugir à vida cidadina.

O êxodo foi tão expressivo que facultou o aparecimento de uma nova classe: os colonos. Constituíram-na lavradores e cultivadores de terra alheia, isto é, de outro dono, os quais eram juridicamente livres (não eram escravos), porém não podiam mais abandonar a terra que cultivavam, como acontecerá na Idade Média com os chamados "servos da gleba".

O regime tinha a marca da desigualdade, pois somente as classes inferiores se encarregavam dos tributos em dinheiro e *in natura*, e estavam sujeitas a serviços pessoais e militares. Até as penas a que estavam sujeitas, por

crimes idênticos, eram maiores do que as aplicadas à classe dos ricos e dos nobres. Estes enviavam homens em seu lugar para servir no exército e não sofriam castigos corporais. A simples usurpação de um grau social era punível com o máximo rigor, mesmo que fosse de boa fé. Sobre tudo e sobre todos pesava o poder absoluto do Imperador.

(...) O princípio hereditário posteriormente foi aplicado ao serviço militar. Filhos de soldados deviam seguir a carreira dos pais e se a isso se recusassem e tivessem a idade de 25 anos, seriam enviados para uma Cúria. Escolha semelhante era facultada aos filhos dos veteranos. Todos os incapazes para o serviço militar tornavam-se decuriões. A despeito dessas regulamentações de Constantino, as Cúrias continuaram desertas e evasões ao dever continuaram a se processar até que no IV século a “caça ao decurião” tornou-se um esporte da burocracia imperial.

Em abono dos imperadores devemos dizer que esse foi o único caminho conhecido que encontraram para deter a decadência do Império. Chegou-se mesmo ao absurdo de proibir-se ao decurião de entregar-se ao comércio para aumentar o seu patrimônio, que era a garantia do pagamento dos tributos devidos ao Estado. Chegou-se também ao cúmulo de impor-se que todo o indivíduo, por bem ou por mal, devia fazer parte de uma corporação ou instituto definido.

Valentiniano (364-375) reforçou ainda mais o regime corporativo. As corporações de Roma tomaram-se as rodas da máquina estatal. Nenhum imperador fez tanto quanto ele nesse sentido.

(*As origens das corporações de ofício. As corporações em Roma.*)

*

ALGUNS ASPECTOS DA DECADÊNCIA DO IMPÉRIO ROMANO

Para muitos historiadores a Idade Média teria sido uma “Idade das Trevas”. Contestamos tal afirmação por julgá-la muito vaga e difusa, pois na maioria das vezes aqueles que emitem tal juízo se esquecem que desde 395 da nossa era, com a morte do Imperador Teodósio-o-Grande, o imenso Império Romano fora dividido em duas partes, aliás cumprindo fatal destino em virtude de ser ele bilíngüe, de cultura e língua latina no Ocidente e de língua e cultura grega na porção oriental. Dissemos destino fatal, porque desde Diocleciano com a sua famosa tetrarquia, essa divisão se impunha.

crimes idênticos, eram maiores do que as aplicadas à classe dos ricos e dos nobres. Estes enviavam homens em seu lugar para servir no exército e não sofriam castigos corporais. A simples usurpação de um grau social era punível com o máximo rigor, mesmo que fosse de boa fé. Sobre tudo e sobre todos pesava o poder absoluto do Imperador.

(...) O princípio hereditário posteriormente foi aplicado ao serviço militar. Filhos de soldados deviam seguir a carreira dos pais e se a isso se recusassem e tivessem a idade de 25 anos, seriam enviados para uma Cúria. Escolha semelhante era facultada aos filhos dos veteranos. Todos os incapazes para o serviço militar tornavam-se decuriões. A despeito dessas regulamentações de Constantino, as Cúrias continuaram desertas e evasões ao dever continuaram a se processar até que no IV século a “caça ao decurião” tornou-se um esporte da burocracia imperial.

Em abono dos imperadores devemos dizer que esse foi o único caminho conhecido que encontraram para deter a decadência do Império. Chegou-se mesmo ao absurdo de proibir-se ao decurião de entregar-se ao comércio para aumentar o seu patrimônio, que era a garantia do pagamento dos tributos devidos ao Estado. Chegou-se também ao cúmulo de impor-se que todo o indivíduo, por bem ou por mal, devia fazer parte de uma corporação ou instituto definido.

Valentiniano (364-375) reforçou ainda mais o regime corporativo. As corporações de Roma tomaram-se as rodas da máquina estatal. Nenhum imperador fez tanto quanto ele nesse sentido.

(*As origens das corporações de ofício. As corporações em Roma.*)

*

ALGUNS ASPECTOS DA DECADÊNCIA DO IMPÉRIO ROMANO

Para muitos historiadores a Idade Média teria sido uma “Idade das Trevas”. Contestamos tal afirmação por julgá-la muito vaga e difusa, pois na maioria das vezes aqueles que emitem tal juízo se esquecem que desde 395 da nossa era, com a morte do Imperador Teodósio-o-Grande, o imenso Império Romano fora dividido em duas partes, aliás cumprindo fatal destino em virtude de ser ele bilíngüe, de cultura e língua latina no Ocidente e de língua e cultura grega na porção oriental. Dissemos destino fatal, porque desde Diocleciano com a sua famosa tetrarquia, essa divisão se impunha.

Com a célebre crise do III século — crise econômica, financeira, religiosa, social, política etc. — o Império Romano foi-se tornando cada vez mais emperrado. Os transportes e as comunicações entre as diversas províncias tornaram-se gradativamente mais difíceis. A “barbarização” do Império começa então. Inúmeros camponeses e mercenários germânicos — “bárbaros” para os romanos — começam a tomar importância na sociedade imperial. Com a separação das carreiras civis das militares na administração romana, esses bárbaros tiveram a oportunidade de ascenderem a importantes posições no exército, acabando mesmo, posteriormente, por estarem de posse de postos-chaves da carreira militar e terem de fato, em suas mãos, por pessoas interpostas, o verdadeiro poder. Essa barbarização não é, pois, coisa típica da Idade Média, vem da Antiguidade, desde o chamado Baixo-Império.

Uma prova do emperramento da economia nos é apresentada pelo chamado “Édito dos Máximos” da época de Diocleciano, com o qual esse imperador tentou estabilizar os preços. Não é preciso dizer que fracassou, como fracassaram idênticas tentativas entre nós. O que seria preciso era incrementar a produção e não tentar a contenção dos preços das utilidades, pois a lei da oferta e da procura destrói qualquer medida controladora. As mercadorias, não podendo ser vendidas por preço acima das tabelas, passaram para o “mercado negro” que existiu no III século como funciona agora entre nós.

Em consequência da estagnação do comércio, tanto por via terrestre como marítima ou fluvial, as propriedades cresceram e se transformaram em latifúndios. Aliás, essa tendência já vinha-se fazendo sentir desde o fim da República Romana, como consequência imediata da conquista militar que possibilitou uma imensa expansão do Estado. Ao mesmo tempo que isso acontecia, tanto a classe média como a pequena propriedade foram sendo extintas como os camponeses foram sangrados pela eternização das campanhas militares e também porque não podiam fazer frente a um verdadeiro **dumping** oriundo dos tributos dos estados vencidos, pagos principalmente em trigo e em gado. A **nobilitas**, a classe senatorial, aproveitou-se da angústia econômica dos pequenos proprietários para adquirir os seus bens imóveis — a preço vil como era de se esperar nessa fase de especulação — ao mesmo tempo que lançava também mão do **ager publicus**, terra pertencente ao Estado que estivesse nas vizinhanças de suas propriedades.

Os grandes proprietários transformaram-se em autênticos latifundiários, abandonando a cidade e vindo habitar as suas **villa**, procuran-

do produzir nela tudo que lhes fosse possível, originando-se daí uma economia fechada, auto-suficiente ou quase, uma verdadeira autarquia que se tornou típica da Alta Idade Média. Essa *villa* transformou-se assim na propriedade-padrão no fim da Antiguidade e na Alta Idade Média.

No fim do Império Romano houve infiltração “bárbara” no exército e também entre os camponeses. Os romanos concentraram-se nas aglomerações urbanas, principalmente em Roma, onde vendiam o seu voto nas eleições da Cúria. O campo permaneceu nas mãos de elementos heterogêneos, muitos deles escravos; embaralha-se ainda a situação com a chegada de numerosos contingentes germânicos, fugidos à pressão dos hunos que se expandiam rumo ao Oeste.

No exército temos fenômeno idêntico, como já dissemos, mas aí esses germanos obtiveram um *foedus*, um acordo com o Estado romano, e por isso mesmo são chamados *foederati*. A infiltração bárbara foi tão grande que até os uniformes, insígnias, técnicas militares, vozes de comando, tudo foi germanizado. Devemos, entretanto, esclarecer que os efetivos militares não eram muito numerosos. Assim, essas invasões na realidade são lentas infiltrações e não intromissões maciças como querem fazer sentir alguns historiadores alemães. A realidade foi outra e a toponímia e a antropologia mostram que a população primitiva foi conservada, tendo havido, é óbvio, principalmente nas zonas fronteiriças e em lugares estratégicos, maior concentração germânica.

A barbarização foi muito maior no Ocidente do que no Império Bizantino que conseguiu manter-se até o século XV. No Ocidente, as propriedades em parte foram confiscadas — sobretudo aquelas que pertenciam ao Estado e à Igreja — e muitas outras tiveram de suportar a curiosa instituição do *hospitum*, que consistia no confisco de 2/3 da propriedade em benefício dos guerreiros germânicos, ficando o restante para o antigo proprietário, que tinha por obrigação enviar a parte do lucro que coubesse ao senhor bárbaro. Esse curioso hábito explica-se pela necessidade de o invasor não se dispersar devido ao seu pequeno número. Isso justifica a concentração desses guerreiros em guarnições militares colocadas em lugares estratégicos, verdadeiros pontos-chaves para o domínio de vastas regiões.

(*Alguns aspectos da economia medieval*, em “Revista de História”, 60, págs. 275-227. 1 940.)

AS ROTAS DO ESTANHO

O estanho desempenhou na Idade do Bronze o mesmo papel que o carvão e o ferro em nossos dias. Era indispensável na fabricação do bronze, metal com que os homens de então manufaturavam armas, objetos e instrumentos de que tinham necessidade.

A proveniência do metal empregado na fundição do bronze na bacia mediterrânea, constitui, ainda hoje, um dos problemas mais complicados da História Antiga. No caso do Egito, por exemplo, certos historiadores chegam até a citar o tráfego de caravanas de estanho, proveniente do Sudão Central. Mas a maioria dos autores gregos e romanos era partidária da vinda do estanho da região de Tartesso, pois eles já localizavam a região produtora desse metal no litoral atlântico da Europa. Foi nessa época que se começou a falar em ilhas longínquas como fornecedoras de estanho. Heródoto já se referira — apesar de duvidar — à existência das Cassitérides, grupo de ilhas situadas no Oceano, ao largo da ponta noroeste da Europa. Pensamos mesmo que essa idéia apareceu quando os geógrafos começaram a ter conhecimento das Ilhas Britânicas.

Como as viagens marítimas à região do estanho partissem da Ibéria — ponto intermediário dessa antiquíssima rota comercial entre o Mediterrâneo e o Atlântico — compreende-se perfeitamente o papel exercido por Tartesso: o de verdadeiro monopolizador desse comércio.

Estrabão dizia haver dez ilhas produtoras de estanho, situadas uma após outras na direção dos **Artabres** (Galiza), na mesma latitude que a Inglaterra, pois a Geografia da Antiguidade prolongava tanto o cabo Land's End que ele ficava na altura da ponta noroeste da Ibéria. Estrabão nos descreve também os pacíficos insulares com as suas longas vestes pretas até aos pés. Os autores antigos e modernos concordam em situar as jazidas de estanho no Ocidente, mas há entre si grande divergência na localização precisa das Cassitérides.

Segundo Avieno (95-115), os tartéssios faziam regularmente o tráfego do estanho com a Bretanha, deixando aos naturais da região o transporte através da Mancha. Isso é uma prova de que o comércio era muito antigo e de que não foram os fenícios os descobridores da rota do estanho, como querem alguns autores. Como sabemos, Avieno descreve uma situação bem posterior à indicação do profeta Ezequiel, quando este refere ao estanho de Társis, que era importado regularmente por Tiro. Esse comércio, tão regular em época assim recuada, deixa entrever alguns séculos para o seu estabelecimento e a fun-

dação de Gades foi feita, sem dúvida alguma, para aproveitar-se desse tráfego.

Os tartessos possuíam grandes barcos — os navios de Társis — com os quais faziam essas longas navegações em direção à *Oestrymnis* e às ilhas vizinhas, que na Antiguidade constituíram um vasto entreposto do chumbo e do estanho oriundo da Inglaterra. Devemos notar que o comércio de estanho se concentrou de tal maneira em Tartesso, que essa cidade passou, na Antiguidade, pelo sítio das jazidas do metal.

É interessante notarmos também que o estanho da Cornualha era objeto dum comércio intenso com a Escandinávia e, naquela região, os navegantes nórdicos deviam-se encontrar com os tartéssios, provindo talvez desse contacto, a introdução do âmbar no Mediterrâneo desde 2.000 a. C.

(...) O primeiro traço da circulação terrestre do estanho através da Península aparece em Avieno, quando este trata das distâncias entre Tartesso e as costas oeste e sul da Ibéria. Mas, infelizmente não possuímos as distâncias exatas, porque ele as dá em jornadas de marcha em vez de estádios ou milhas.

Na rota marítima, antes de atingir as Cassitérides, os navegantes poderiam ter encontrado outras jazidas de estanho, pois a Espanha era também uma região produtora desse minério — mas em pequena escala — principalmente a Galiza (Finisterra) e as Astúrias (entre o Porto e Oviedo), como o atestam Diodoro e Plínio. Outras jazidas estavam ainda mais próximas de Tartesso, na região de Salamanca e Granada, com comunicações pelas rotas fluviais do Guadiana e do Guadalquivir.

As rotas de transumância atual, da Estremadura ao Guadiana, Tejo e Alagon, até Salamanca e Burgos, foram, talvez, as antigas rotas de transumância e do estanho através da Península, em direção a Tartesso.

Sabemos também que durante dez ou doze séculos pelo Oceano, por intermédio de Tartesso e, depois, pelo da sua sucessora, Gades, os Mediterrâneos receberam o estanho das Cassitérides. Mas, já no tempo de Augusto, esse tráfego era unicamente terrestre, tendo Gades perdido seu monopólio devido à queda de Cartago. Gades manteve essa posição privilegiada até somente o início do Império Romano, porque a Gália não estava ainda inteiramente pacificada. Mais tarde surge a rota ístmica entre Boulogne e Marselha, mas na qual o estanho vai pouco a pouco perdendo a importância, devido ao abandono progressivo da metalurgia do bronze, há muito substituída pela do ferro.

Por outro lado, sabemos que a riqueza de Tartesso não se cifrava exclusivamente no monopólio comercial do estanho. A agricultura, a pecuária e a pesca eram bem desenvolvidas. Mas a riqueza natural mais importante era a prata, de que Tartesso possuía ricas minas na Sierra Morena e na região de Cartagena. O cobre também era abundante na Andaluzia, na Galiza e o ouro, na Lusitânia. Uma prova da sua riqueza em prata temos na afirmação de Aristóteles de que, em Tartesso, até âncoras foram fundidas com esse metal.

(**Tartesso e a rota do estanho**, em "Estudos Ibero-Atlânticos". págs. 28-33.)

*

SÃO PAULO EM 1 872

Depois de consultar estatísticas e vários livros, chegamos à conclusão de que pelo ano de 1 872 começou a transformação de São Paulo. Mas, queremos desde já tornar claro que, sem certos fatos anteriores, absolutamente não se teria dado esse progresso, e que essa mudança não pode ser marcada em um dia certo, nem mesmo em determinado ano. É o resultado conjugado de vários fatores políticos, econômicos e sociais.

Queremos fazer um retrospecto da fisionomia da cidade. Para isso transportemo-nos ao mapa de São Paulo, à **Plan'História de São Paulo**, de Afonso A. de Freitas. Por ela vemos quanto São Paulo era pequeno e faremos também uma idéia precisa do loteamento das chácaras que a cercavam.

São Paulo mudou pouco de 1 820 a 1 870. E, ainda em 1 820, muito pouco diferia da cidade colonial de 1 810. A população urbana condensava-se entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú. No campo do Bexiga, que abrangia todo o espaço entre as ruas Consolação e Santo Amaro, hoje cortado de ruas e coberto de casario, caçavam-se perdizes, veados e até escravos fugidos. Em torno da cidade havia um círculo de latifúndios baldios que se transformaram nos atuais bairros dos Campos Elísios, Bom Retiro, Vila Buarque, Rua Conselheiro Furtado, Avenida Brigadeiro Luís Antonio, Rua Barão de Iguape, Pedroso e adjacências, pelo aumento sem cessar do preço dos terrenos.

Sobre São Paulo de 1 860 temos o depoimento valiosíssimo de Emílio Zaluar, citado por Spencer Vampré (*). A cidade era triste, monótona e desanimada — observa Zaluar — e tornava-se ainda mais com as férias dos acadêmicos, porque os estudantes, durante a sua residência nas famosas "repú-

(*) Ao tempo em que o autor elaborou o presente trabalho (1 936), a obra de Zaluar não era encontrada senão na edição original, bastante rara, de 1 863. Daí ter lançado mão duma citação indireta, através do livro de Spencer Vampré sobre a Faculdade de Direito de São Paulo. Só em 1 943 apareceria uma nova edição da **Peregrinação pela Província de São**

Por outro lado, sabemos que a riqueza de Tartesso não se cifrava exclusivamente no monopólio comercial do estanho. A agricultura, a pecuária e a pesca eram bem desenvolvidas. Mas a riqueza natural mais importante era a prata, de que Tartesso possuía ricas minas na Sierra Morena e na região de Cartagena. O cobre também era abundante na Andaluzia, na Galiza e o ouro, na Lusitânia. Uma prova da sua riqueza em prata temos na afirmação de Aristóteles de que, em Tartesso, até âncoras foram fundidas com esse metal.

(**Tartesso e a rota do estanho**, em "Estudos Ibero-Atlânticos". págs. 28-33.)

*

SÃO PAULO EM 1 872

Depois de consultar estatísticas e vários livros, chegamos à conclusão de que pelo ano de 1 872 começou a transformação de São Paulo. Mas, queremos desde já tornar claro que, sem certos fatos anteriores, absolutamente não se teria dado esse progresso, e que essa mudança não pode ser marcada em um dia certo, nem mesmo em determinado ano. É o resultado conjugado de vários fatores políticos, econômicos e sociais.

Queremos fazer um retrospecto da fisionomia da cidade. Para isso transportemo-nos ao mapa de São Paulo, à **Plan'História de São Paulo**, de Afonso A. de Freitas. Por ela vemos quanto São Paulo era pequeno e faremos também uma idéia precisa do loteamento das chácaras que a cercavam.

São Paulo mudou pouco de 1 820 a 1 870. E, ainda em 1 820, muito pouco diferia da cidade colonial de 1 810. A população urbana condensava-se entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú. No campo do Bexiga, que abrangia todo o espaço entre as ruas Consolação e Santo Amaro, hoje cortado de ruas e coberto de casario, caçavam-se perdizes, veados e até escravos fugidos. Em torno da cidade havia um círculo de latifúndios baldios que se transformaram nos atuais bairros dos Campos Elísios, Bom Retiro, Vila Buarque, Rua Conselheiro Furtado, Avenida Brigadeiro Luís Antonio, Rua Barão de Iguape, Pedroso e adjacências, pelo aumento sem cessar do preço dos terrenos.

Sobre São Paulo de 1 860 temos o depoimento valiosíssimo de Emílio Zaluar, citado por Spencer Vampré (*). A cidade era triste, monótona e desanimada — observa Zaluar — e tornava-se ainda mais com as férias dos acadêmicos, porque os estudantes, durante a sua residência nas famosas "repú-

(*) Ao tempo em que o autor elaborou o presente trabalho (1 936), a obra de Zaluar não era encontrada senão na edição original, bastante rara, de 1 863. Daí ter lançado mão duma citação indireta, através do livro de Spencer Vampré sobre a Faculdade de Direito de São Paulo. Só em 1 943 apareceria uma nova edição da **Peregrinação pela Província de São**

blicas”, emprestavam à povoação um vida fictícia. Apesar dos seus 26.000 habitantes, e de ser a capital da Província, de ser assento da Assembléia Provincial e residência do presidente da Província, de manter o bispado, uma Faculdade de Direito, um jardim botânico, uma biblioteca notável, um seminário episcopal, um Hospital de Misericórdia, a Câmara, várias igrejas e mosteiros, dois teatros e grande comércio, a cidade era triste.

A cidade era taciturna, contrastando com a cordialidade e expansão no interior dos lares. O interessante é que esse aspecto que Emílio Zaluar ressaltava, ainda predomina até hoje: basta que se analise perfunctoriamente a cidade dentro da qual vivemos.

O paulista já era naquele tempo ameno e franco no trato familiar, ainda que reservado no primeiro encontro. Tinha um falar descansado que lhe era peculiar e ajuntava certa tonalidade particular distinta no seio da linguagem da família brasileira.

No meio dessa população pacífica, havia os inquietos estudantes. Os habitantes da cidade e os estudantes formavam dois corpos heterogêneos, que não se combinavam: os acadêmicos não se misturavam com os “fútricas”.

A moda, pelo ano de 1 860, impunha aos estudantes e às pessoas distintas da cidade sobrecasaca e colete de pano preto, cartola preta ou clara, calças de “boca de sino”, em fazenda grossa, listrada, de xadrez ou escocesa, moda essa que se modificou em 1 863, com as “calças de balão”, correspondentes às saias de balão das senhoras: fechando-se estreitamente sobre os pés, alargavam-se progressivamente pelas pernas acima, até formar na parte superior, desenvolvida curva, e se estreitavam de novo ao redor da cintura. Essa indumentária pode-se apreciar muito bem na curiosa indumentária da época.

Nas ocasiões solenes, envergavam os cavalheiros casaca, com a qual saíam à rua, combinando-a com calças de brim branco.

Não conheciam os colarinhos e punhos postiços, mas somente pregados à camisa; mas usavam gravata, em geral preta, de cetim em nobreza, muitas vezes de laço feito, de mola, que se fechava pelo lado da nuca.

Acrescentando-se um guarda-chuva, menos freqüentemente uma bengala e, finalmente, uns óculos, ou mesmo um monóculo, preso a cadarço

Paulo, do jornalista, poeta e viajante português (São Paulo, Edições Cultura, série “Brasílica”, vol. 4). Posteriormente, mais duas edições de Zaluar vieram a lume: a da Livraria Martins, de 1 954, na col. “Biblioteca Histórica Paulista” (vol. 2) e, mais recente, 1 975, a da Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, na col. “Reconquista do Brasil” (vol. 23). ONM

preto de seda ou a trancelim de ouro, ter-se-á formado idéia de um cavalheiro daquela época.

Imaginem-se românticas melenas à Alfred Musset ou à Théophile Gautier, barba à Napoleão III, à nazarena, à andó, ou ainda à Mefistófeles, e ter-se-á, perfeito e acabado, um tipo de estudante do tempo.

Da imprensa de 1860 temos uma interessante estatística bibliográfica publicada no **Calidoscópico** e citada por Spencer Vampré na sua obra (“Memórias para a história da Academia de São Paulo”). A imprensa da capital de São Paulo publicava os seguintes jornais:

1. Políticos: **O Correio Paulistano**, dedicado aos melhoramentos materiais da Província; **A Lei**, dedicado aos interesses do Partido Conservador; **A Imprensa Paulista**, que advogava a causa liberal; **O Cruzeiro do Sul**, idem.

2. Literários: a **Revista Mensal**, de Filosofia; **Ensaios Literários**, do Ateneu Paulistano; **Memórias**, do Culto à Ciência; **Exercícios Literários**, do Clube Científico; **Murmúrios Juvenis**, do Amor à Ciência; **Esboços Literários**; **Ensaio**; o **Calidoscópico**; a **Revista Dramática**; **O Lírio**.

Com essa longa exposição quisemos dar o ambiente da cidade antes de sua transformação.

(A Segunda Fundação de São Paulo.)

*

DEPOIMENTO DE UM OFICIAL DA FEB

(...) Fomos então deslocados para o setor do Soprassasso, uma imensa muralha de pedra, fortemente guarnecida pelos alemães. Daí eles dominavam toda uma vasta zona e a estrada; atiravam em qualquer coisa que se movesse. A ponte Marano, por exemplo, era um ponto de bombardeio preferido por eles. Praticávamos uma verdadeira “roleta russa” ao transpor o **by pass**, pois a ponte fora destruída. Ficamos numa aldeia chamada Riola Vecchia, e o nosso pelotão ficou acantonado no **potere** de Pepino Bontà, que se recusara sair de casa, apesar da grande **paura** que sentia. A solução encontrada de burlar a vigilância alemã foi a fabricação de uma verdadeira cortina de fumaça que impedia os artilheiros alemães de enxergar os nossos movimentos. Em Riola Vecchia recebemos blusas de peles, luvas de lã, cama-saco. A neve chegara e com ela as patrulhas “brancas” em busca de informações. Às vezes patrulhas nossas se chocavam com as do inimigo, causando e recebendo baixas.

preto de seda ou a trancelim de ouro, ter-se-á formado idéia de um cavalheiro daquela época.

Imaginem-se românticas melenas à Alfred Musset ou à Théophile Gautier, barba à Napoleão III, à nazarena, à andó, ou ainda à Mefistófeles, e ter-se-á, perfeito e acabado, um tipo de estudante do tempo.

Da imprensa de 1860 temos uma interessante estatística bibliográfica publicada no **Calidoscópico** e citada por Spencer Vampré na sua obra (“Memórias para a história da Academia de São Paulo”). A imprensa da capital de São Paulo publicava os seguintes jornais:

1. Políticos: **O Correio Paulistano**, dedicado aos melhoramentos materiais da Província; **A Lei**, dedicado aos interesses do Partido Conservador; **A Imprensa Paulista**, que advogava a causa liberal; **O Cruzeiro do Sul**, idem.

2. Literários: a **Revista Mensal**, de Filosofia; **Ensaio Literários**, do Ateneu Paulistano; **Memórias**, do Culto à Ciência; **Exercícios Literários**, do Clube Científico; **Murmúrios Juvenis**, do Amor à Ciência; **Esboços Literários**; **Ensaio**; o **Calidoscópico**; a **Revista Dramática**; **O Lírio**.

Com essa longa exposição quisemos dar o ambiente da cidade antes de sua transformação.

(A Segunda Fundação de São Paulo.)

*

DEPOIMENTO DE UM OFICIAL DA FEB

(...) Fomos então deslocados para o setor do Soprassasso, uma imensa muralha de pedra, fortemente guarnecida pelos alemães. Daí eles dominavam toda uma vasta zona e a estrada; atiravam em qualquer coisa que se movesse. A ponte Marano, por exemplo, era um ponto de bombardeio preferido por eles. Praticávamos uma verdadeira “roleta russa” ao transpor o **by pass**, pois a ponte fora destruída. Ficamos numa aldeia chamada Riola Vecchia, e o nosso pelotão ficou acantonado no **potere** de Pepino Bontà, que se recusara sair de casa, apesar da grande **paura** que sentia. A solução encontrada de burlar a vigilância alemã foi a fabricação de uma verdadeira cortina de fumaça que impedia os artilheiros alemães de enxergar os nossos movimentos. Em Riola Vecchia recebemos blusas de peles, luvas de lã, cama-saco. A neve chegara e com ela as patrulhas “brancas” em busca de informações. Às vezes patrulhas nossas se chocavam com as do inimigo, causando e recebendo baixas.

Fomos encarregados pelo comandante da nossa Companhia de fazer o Natal dos praças. Deslocamo-nos até Florença, onde conseguimos a impressão de cartões natalinos com a “cobra fumando”, que já se tornara o símbolo da nossa Divisão. Conseguimos fermento numa farmácia e o sargento Andirá arranjou vinho e **grappa** com seu sogro em Lucca, pois se casara secretamente com uma bela **signorina**. Mobilizamos as mulheres de Riola Vecchia e conseguimos oferecer aos nossos pracinhas uma **lasagna** à bolonesa e uma **torteline**, acompanhadas de vinho e grappa. Isso alegrou bastante a nossa gente, porque a alegria da primeira nevasca fora substituída pelo receio dos tombos no gelo. Na noite de São Silvestre demos uma salva de tiros de morteiros ao compasso do “Zé Pereira”, o que irritou bastante os alemães.

Em 5 de março, com hábil manobra de flanco, conseguimos tomar o famigerado Soprassasso, e continuando a progressão, chegamos a Castelnuovo di Garfagna, justamente por onde passara Aníbal em marcha contra Roma durante a Segunda Guerra Púnica. Numerosos prisioneiros foram feitos nessa ocasião.

No dia 9 estávamos em Gaggio Montano e alcançamos o Monte Belvedere, onde substituímos a famosa 10ª Divisão de Montanha dos Estados Unidos, que tomara a posição, mas sofrera pesadas baixas. Com a tomada do Monte Belvedere, a entrada do 11º R.I. em Montese, foi possível ao 1º R.I. a tomada de Monte Castello, que se tornara um símbolo de pertinácia e do valor do nosso soldado.

Fomos para Abetaia, onde substituímos o I/85º R.I. americano. Recebemos ordem de aligeirarmos as nossas bagagens e entramos em marcha de aproximação para tomarmos contacto com o inimigo em retirada. Em Lamari encontramos muitos alemães mortos, já em decomposição, o que causava um cheiro horrível. Passamos por Baraldi, tomamos Zocca em 21 de abril, e aí recebemos um estilhaço que, felizmente, só deixou um grande calombo na testa. Os alemães seguravam o nosso avanço com tanques Tigres armados com canhões de 88m. O seu fogo era dirigido do alto da torre de uma igreja. Concentramos o nosso fogo e derrubamos o observador com sino e tudo. A 2ª Companhia avançou e por incrível que possa parecer o observador apenas ficou ferido, pois preso andava amparado por dois dos nossos soldados. Continuamos a progressão rumo A Guiglia, Levizzano, Regio. Por toda a parte víamos bandeiras brancas e os camponeses vinham receber os **liberatori** com vinho e queijo. Tínhamos atingido o Vale do Pó. Em 23 de abril chegamos a Pontescadagno e depois progredimos a 27 para Colecchio. Encontramos aí uma forte resistência. Eram os alemães que

vinham de Spezzia e procuravam alcançar o Passo do Brenoro, que os levaria de volta para a Alemanha. Atacaram várias vezes, mas nós resistimos com tenacidade. Aí morreram o sargento Andirá e o soldado Silva da nossa Companhia. Tivemos também vários feridos, mas mantivemos a posição. Curioso é o fato de que agora combateríamos do Norte para o Sul, pois fizéramos um grande bolsão onde alemães e italianos ficaram confinados.

Em 29 os alemães pediram as condições para se renderem, pois não tinham mais ânimo para continuar combatendo. As negociações se iniciaram com parlamentares alemães e ficou combinado que se entregariam em Forno com armas e bagagens, ficando os seus feridos ao nosso encargo. Aprisionamos a 148ª Divisão de Infantaria, restos da 90ª Panzer Granadier (alemães) e remanescentes da Divisão Itália. (Seguem-se numerosos dados sobre prisioneiros, mortos e acidentados.)

Em seguida a FEB ocupou uma grande região do Vale do Pó, tendo o I/6º R.I. acantonado em Voghera e o QG da Divisão em Alessandria. Com o fim da guerra muitos acenderam “tochas”; tinham escapado com vida e procuravam ver alguma cousa da Itália.

Consultados se desejaríamos permanecer no serviço ativo, pedimos o repatriamento, pois desejávamos reassumir nosso curso na Universidade de São Paulo. Desligado do Regimento, viemos de jeep até Napóles, onde tomamos um avião que nos levou a Argel, Orã e finalmente Casablanca, onde deveríamos aguardar condução para o Brasil. A demora foi grande, mas aproveitamos ao máximo a nossa estada em Marrocos, visitando Fez, Marrakech e alguns oásis. O interessante é que temos uma grande dívida para com o Exército por essa parada em Marrocos, pois a tese de concurso para a cátedra de História Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que defendemos em 1946, tinha sido deixada redigida numa gaveta da escrivaninha. Sorte maior não poderíamos ter obtido. Tivemos ainda a oportunidade de receber o Regimento na Estação da Luz e desfilar com ele pelas ruas de São Paulo até o Pacaembu. O 6º R.I. bem que mereceu as palmas recebidas durante o apoteótico percurso.

(A FEB: tema para um historiador, em Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil., vol. 317. Rio de Janeiro, 1977.)

*

* *

ÍNDICE

Eurípides Simões de Paula (O.N.M.)	1
Discurso do Prof. Dr. Eduardo d'Oliveira França na sessão especial da Congregação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo ...	5
Eurípides e a ANPUH (Raul de Andrada e Silva)	15
A Universidade Católica de Campinas e os Simpósios de História (O.N.M.) ...	19
Eurípides Simões de Paula e a criação do Centro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo (Nachman Falbel)	42
Uma grande realização: a “Revista de História” (O.N.M.)	46
“Coleção da Revista de História”	50
Bibliografia de Eurípides Simões de Paula	53

PÁGINAS DE E. SIMÕES DE PAULA

As conseqüências da introdução do Cristianismo na Rússia	57
Roma e sua civilização na Tingitânia	61
O IV século e a decadência do Império	66
Alguns aspectos da decadência do Império Romano	69
As rotas do estanho	72
São Paulo em 1 872	74
Depoimento de um oficial da FEB	76

